



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**IMPrensa, Poder e Política: A Trajetória do Jornal
Correio do Norte (1906-1912)**

Manaus-AM
2024

DEBORAH VILHENA TRINDADE

**IMPrensa, Poder e Política: A Trajetória do Jornal
Correio do Norte (1906-1912)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Amazonas
como requisito para obtenção do título de
Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Vieira Moura

Manaus-AM
2024

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

T833i Trindade, Deborah Vilhena
Imprensa, poder e política: A trajetória do jornal Correio do Norte (1906-1912) / Deborah Vilhena Trindade. - 2024.
159 f. : il., p&b. ; 31 cm.

Orientador(a): Anderson Vieira Moura.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus , 2024.

1. Imprensa periódica. 2. Poder. 3. Política. 4. Facções oligárquicas . I. Moura, Anderson Vieira. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

À Maria Aparecida Vilhena e Domingos Trindade, meus pais, pelo apoio constante durante a feitura deste trabalho.

À Stanny Saraiva, minha esposa, amiga e companheira de vida, pelo apoio incondicional em cada etapa desta trajetória.

À Maria Vilhena (In Memoriam) e João Trindade (In Memoriam), por cuidarem de mim no plano espiritual, principalmente nos momentos de maior solidão e ansiedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, cuja proteção constante e orientação me concederam a coragem e a força necessárias para desempenhar, simultaneamente, as funções de pesquisadora, professora e dona de casa.

Aos meus pais, Maria Aparecida Vilhena e Domingos Trindade, que foram e sempre serão meu porto seguro ao longo da vida.

À minha esposa, Stanny Saraiva, minha maior incentivadora nesta empreitada, que esteve ao meu lado desde o processo seletivo até cada etapa concluída. Vivemos, simultaneamente, a experiência da pós-graduação, compartilhamos madrugadas em claro, incontáveis xícaras de café e lágrimas derramadas. Mas, acima de tudo, fomos apoio uma para a outra. Sem você, esse percurso teria sido ainda mais solitário, de modo que não consigo expressar em palavras sua importância. Obrigada por tudo e por tanto.

Aos amigos de vida, Orleyson Gomes, Mônica Souto Maior, Roberta Kelly, Shirley Botelho, Jaqueline Oliveira, Lynne Guedes, Nelly Miranda, Suzy Patrício, Rose Medeiros e Sarah Santos, pela alegria de saber que sempre posso contar com vocês e pela compreensão nos momentos de ausência.

À professora Dra. Maria Luiza Ugarte, por todos os ensinamentos que enriqueceram minha trajetória acadêmica desde o PIBIC até a orientação inicial deste trabalho, sempre com uma leitura atenta e cuidadosa dos meus textos e escritos.

Aos mestres Júlio Cláudio da Silva, Nelson Tomelin Jr., Patrícia Rodrigues da Silva e Síval Carlos Mello Gonçalves, pelos valiosos ensinamentos compartilhados durante as disciplinas cursadas no Mestrado.

Aos professores Dr. Luciano Everton Costa Teles (UEA) e Dr. Anderson Vieira Moura (UFAM), pelas sugestões, correções e apontamentos dispensados no Exame de Qualificação.

Ao professor Dr. Anderson Vieira Moura, que passou a me orientar após o Exame de Qualificação, com paciência e delicadeza na condução de nossas conversas e na compreensão dos meus momentos de desespero.

Aos amigos da turma de 2021: Allan Diego, Amanda Costa, Clarice Gama e Lucas Moura. Em especial, à Bárbara Harianna, com quem compartilhei inúmeras angústias durante a pesquisa, mas que também tornou o percurso mais leve. E ao Matheus Mendonça, que, assim como Bárbara, sempre se mostrou disposto a ajudar com sua escuta sensível e acolhedora.

Aos amigos que não pertencem à turma de 2021, mas que a vida me agraciou: Bárbara Ribeiro, com quem dividi tanto angústias quanto risos; Bárbara Ribeiro, Francisco Adriano, Isabel Cristina, Jordana Caliri, Marineide Ribeiro e Roberta Serrão.

Um agradecimento especial ao Jailson, secretário do PPGH-UFAM, por sua incansável dedicação e disponibilidade. Sua assistência constante e orientação foram cruciais em diversas ocasiões, especialmente nos momentos de desafios e incertezas ao longo deste percurso.

À gestora Caroline Moraes, que, enquanto estive à frente da E.E. Vicente Schettini, me deu total apoio e incentivo desde o início dessa caminhada.

Aos colegas professores, que tantas vezes me viram isolada na biblioteca ou na sala de mídia, entre uma aula e outra, analisando fontes ou lendo artigos. Sempre me ofereceram palavras de ânimo e boas vibrações: Adriana Rodrigues, Ana Paula, Antônio, Aline Lima, Annailce, Bia Karoline, Carla, Everaldo, Laura, Leidiane, Lucas, Myshelly Santana, Porcina Rosa, Ráifran Silene e Wesley.

Agradeço aos arquivos públicos e a seus respectivos funcionários, que me concederam acesso a valiosos acervos. Esse suporte foi essencial para o progresso das minhas pesquisas.

Expresso minha sincera gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo incentivo e financiamento da pesquisa no Brasil. O apoio financeiro proporcionado por meio da bolsa de estudos foi fundamental para minimizar as dificuldades inerentes a essa jornada, possibilitando a aquisição de livros e outros materiais essenciais ao desenvolvimento deste trabalho, bem como a participação em eventos regionais e nacionais.

Por fim, meu profundo agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada!

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é investigar a trajetória do jornal *Correio do Norte* durante os seis anos que militou na arena jornalística de Manaus (1906-1912). O periódico apresentava-se com o subtítulo: “Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas” e durante a maior parte de sua existência teve como principais redatores, Adriano Jorge e Heliodoro Balbi. Nesse período, Manaus como centro exportador da borracha, era uma cidade que se tornara metrópole, controlada por facções oligárquicas ligadas ao extrativismo, em que as disputas pelo poder se efetivavam no interior dos partidos políticos locais. Por vezes, era por meio dos jornais a quem estavam ligados que tais grupos articulavam suas estratégias e jogadas políticas, sobretudo pela capacidade de contato com o público que a imprensa possui, ou seja, capaz de propagar ideias, opiniões e produzir em seus leitores anseios, expectativas e interesses. Sendo assim, o jornal foi trabalhado como objeto de análise, no qual procuramos analisar sua composição, seus projetos políticos e sociais, os seus idealizadores, bem como o universo de trabalho e sociabilidade desses personagens. Buscamos compreender sua importância e singularidade, perceber como o determinado jornal se constituiu e identificou o lugar social da sua “voz”, inventariando seus temas e assuntos de relevância, dentre os quais podemos destacar: a cidade, que emergia do *Correio do Norte* por meio de publicações de denúncias e reclamações em suas páginas, nos levando a perceber de que forma a cidade era apresentada pelo periódico. Por fim, os grupos que se filiou ou articulou durante sua existência, sobretudo no que diz respeito às disputas oligárquicas locais, no qual analisamos o papel desempenhado pelo *Correio do Norte* diante das relações de poder e políticas que se estabeleceram nos primeiros anos da República no Amazonas.

Palavras-Chave: Imprensa periódica, poder, política, facções oligárquicas.

ABSTRACT

The main objective of this research was to investigate the trajectory of the newspaper *Correio do Norte* during the six years it was active in the journalistic arena of Manaus (1906-1912). The newspaper was presented with the subtitle “Organ of the Revisionist Party of the State of Amazonas” and for most of its existence, its main editors were Adriano Jorge and Heliodoro Balbi. During this period, Manaus, as a rubber exporting center, was a city that had become a metropolis, controlled by oligarchic factions linked to extractivism, where disputes for power took place within local political parties. Sometimes, it was through the newspapers to which they were linked that these groups articulated their strategies and political moves, above all, due to the press’s capacity to reach the public, capable of propagating ideas, opinions, and producing desires, expectations, and interests in its readers. Thus, the newspaper was used as an object of analysis, in which we sought to analyze its composition, its political and social projects, and its creators, as well as the universe of work and sociability of these characters. We sought to understand its importance and uniqueness, to perceive how the particular newspaper was constituted and to identify the social place of its “voice”, by inventorying its themes and relevant subjects, among which we can highlight the city, which emerged from *Correio do Norte* through publications of complaints and denunciations in its pages, leading us to perceive how the city was presented by the newspaper. Finally, with which groups it affiliated or articulated during its existence, especially with regard to local oligarchic disputes, in which we analyzed the role played by *Correio do Norte* in the power relations and policies that were established in the first years of the Republic in Amazonas.

Keywords: Periodical press, power, politics, oligarchic factions.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Primeiro Exemplar	28
Imagem 2 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : propagandas	38
Imagem 3 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : anúncios de natureza farmacêutica	38
Imagem 4 - Jornal <i>Correio do Norte</i> : anúncio de natureza aduaneira, comercial e fiscal	57
Imagem 5 - Jornal <i>Quo Vadis?</i> : anúncio de natureza aduaneira	60
Imagem 6 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Despachos da <i>Polícia Sanitária</i>	79
Imagem 7 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Ações do Serviço de Profilaxia	80
Imagem 8 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Notificação de visita médica e sanitária	84
Imagem 9 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Notícias de natureza policial	93
Imagem 10 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Informativo dos grupos espíritas de Manaus	101
Imagem 11 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Anúncio de sessão pública da propaganda espírita	102
Imagem 12 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Anúncio de natureza comercial e religiosa	102
Imagem 13 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Anúncio de Campanha Eleitoral	110
Imagem 14 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Anúncio de natureza comercial	118
Imagem 15 – Jornal <i>Correio do Norte</i> : Anúncio de Campanha Eleitoral	125

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I – HISTÓRIA E IMPRENSA: O JORNAL COMO FONTE E/OU OBJETO DE ANÁLISE HISTÓRICA - O CASO DO JORNAL <i>CORREIO DO NORTE</i>	15
1.1 O jornal como fonte e/ou objeto de análise histórica: Algumas considerações metodológicas	15
1.2 A imprensa no Amazonas e o surgimento do <i>Correio do Norte</i>	21
1.3 Aspectos estruturais: feição e feitura	27
1.4 Nos bastidores da redação: Dirigentes, Redatores e Colaboradores	41
1.5 O <i>Correio do Norte</i> e a causa Revisionista	47
CAPÍTULO II – IMPRENSA E CIDADE: O OLHAR DO CORREIO DO NORTE SOBRE MANAUS	63
2.1 A “Manaus ideal” e a “Manaus real”	63
2.2 Denúncias e conflitos no urbano	70
2.2.1 <i>A implementação dos serviços urbanos</i>	71
2.3 Disciplinando os hábitos populares	77
2.3.1 <i>A higiene e saúde</i>	79
2.3.2 <i>A Prostituição</i>	86
2.3.3 <i>A embriaguez e a vadiagem</i>	93
CAPÍTULO III – IMPRENSA E PODER: O CORREIO DO NORTE E AS DISPUTAS OLIGÁRQUICAS NO AMAZONAS	100
3.1 O <i>Correio do Norte</i> e as relações de poder	100
3.2 Os embates na imprensa e na política	106
3.2.1 <i>O pleito de 1906</i>	109
3.2.2 <i>O pleito de 1909</i>	119
3.2.3 <i>O pleito de 1910: O apoio a Campanha civilista de Rui Barbosa</i>	128
3.3 As disputas locais pela chefia do Partido Republicano Federal e o Bombardeio de 1910 em Manaus.	135
3.4 Período de transições no <i>Correio do Norte</i> (1910-1912): O fim do Partido Revisionista do Amazonas e a adoção de um programa neutro e independente	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
FONTES	154
REFERÊNCIAS	155

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação intrínseca entre a disciplina histórica e a utilização de documentos constitui um dos elementos definidores da singularidade do conhecimento histórico. O uso das fontes desempenha um papel crucial na escrita da história, conferindo a esse campo de estudo uma distinção notável em relação a outras áreas do conhecimento, de um lado.

Por outro, enquanto no passado os historiadores manifestavam reservas em relação à incorporação de documentos de natureza diversa na construção da narrativa histórica, com o passar do tempo, a prática da pesquisa resultou na expansão da concepção de documento.

A área que experimentou um crescimento substancial nesse contexto foi, incontestavelmente, o domínio ocupado pela imprensa, desempenhando um papel significativo na diversificação das fontes acessíveis aos historiadores para fins de pesquisa. Embora a utilização da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa histórica seja considerado consolidado no âmbito historiográfico, é pertinente ressaltar que sua aceitação não se deu sem embates entre os historiadores, haja vista que, inicialmente, expressaram reservas quanto ao emprego desse meio na produção histórica.

Nesse sentido, diversos elementos concorreram para o descrédito da fonte impressa. A esse respeito, Tânia Regina de Luca salienta que “não se pode desprezar o peso de certa tradição dominante até o século XIX e as décadas iniciais do XX” (Luca, 2005). Isto é, até o início do século XX, prevalecia na concepção da História Metódica ou Tradicional a ideia de que as fontes eram santuários da verdade, devendo, portanto, ser empregadas no estudo da História apenas aquelas que não suscitavam dúvidas quanto a sua objetividade. Desse modo, a imprensa não se alinhava à noção de documento elencado por essa escola; ao contrário, era vista como pouco adequada para recuperação do passado, pois não passava nos testes relativos à verdade textual, sendo relegada à condição de fonte de menor valor diante dos documentos considerados confiáveis.

A partir de 1929, a Escola dos Annales se posicionou de maneira contrária a essa historiografia tradicional. Nesse contexto, foi posto em evidência a história-problema e novas abordagens na teoria, em particular na metodologia, no modo de pensar e escrever história. Houve também a inclusão e subsequente exploração de novas fontes. Assim sendo, é pertinente ressaltar que a interação da disciplina histórica com outros campos de estudo propiciou uma expansão do *corpus* de conhecimento, conforme afirma Peter Burke:

O grupo ampliou o território da história abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e do desenvolvimento de novos métodos para explorá-los. Estão também associados à colaboração com outras ciências ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais sessenta anos, um fenômeno sem precedentes das ciências sociais¹.

Já na década de 1970, com a revolução historiográfica conhecida como “Nova História”, a terceira geração dos Annales passou a direcionar sua atenção para novos objetos de estudo, destacando diversos aspectos da existência humana anteriormente subestimados. A esse respeito, Burke salienta que:

A nova história passou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana (...) Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história (...) O que antes era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço.²

Diante dessas mudanças, o conceito de fonte ampliou-se. Se, antes a imprensa foi desprezada pelo critério da subjetividade, a mesma passou a se apresentar como rico material para análise historiográfica e como espaço de representação de inúmeros aspectos da realidade, uma vez que cenas do cotidiano emergem de suas páginas e nos mostram as vivências e relações sociais da sociedade onde se insere.

Dessa maneira, a abordagem da fonte jornalística, à luz das perspectivas e desafios propostos pela Nova História, possibilitou que os historiadores ultrapassassem as concepções tradicionais vigentes no início do século XX, abrindo caminho para a exploração de diversas esferas que, por sua vez, propiciaram novas reflexões e problematizações acerca das sociedades do passado.

Nesse contexto, os jornais passaram a ser concebidos como “fonte de sua própria história e das situações mais diversas; isto é, meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele, encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (CAPELATO, 1988, p. 20). Nesse sentido, uma abordagem renovada sobre a imprensa, considerando-a tanto como fonte quanto objeto de pesquisa, ampliou as perspectivas de visualização e compreensão histórica por meio dos periódicos, destacando seu

¹ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Unesp, 1997. p. 126-127.

² BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UUNESP, 1992, p. 11.

papel na configuração e construção dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais. Através dessa lente, torna-se possível identificar e compreender tais processos com uma riqueza de detalhes dificilmente acessíveis em outras categorias de fontes, isto é:

Há muitas maneiras de se estudar a história das ideias políticas e sociais através da imprensa. Alguns autores utilizam a linguística na análise da ideologia; outros, se preocupam com a identificação das matrizes de ideias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais; alguns escolhem a imprensa como fonte primordial para esse tipo de investigação, e há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. Os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer às colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas. É utilizado nas análises econômicas, nos estudos sobre as condições de vida, relações e lutas sociais etc.³

Como podemos observar, a atuação da imprensa permeia uma variedade de setores e fatores, constituindo-se como uma influência política, veículos moldadores de opinião e mediadores sociais. O reconhecimento dessas características da imprensa enquanto registro e agente ativo nos processos e conjunturas demanda dos historiadores a identificação e adoção de procedimentos metodológicos adequados para a condução da análise histórica, sobretudo por meio da análise da imprensa.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo contribuir com o amplo debate que envolve a relação entre História e Imprensa na produção do conhecimento histórico, tomando como experiência a trajetória do jornal *Correio do Norte*, de propriedade do Partido Revisionista do Estado do Amazonas, que circulou entre os anos de 1906 e 1912, no Amazonas.

A dissertação seguirá um plano de três capítulos. No primeiro capítulo, “História e Imprensa: o jornal como fonte e/ou objeto de análise histórica - o caso do *Correio do Norte*”, iniciaremos tecendo algumas considerações metodológicas a respeito do trabalho do jornal como fonte e/ou objeto de análise histórica, discutindo questões a serem observadas que contemplam esse campo de pesquisa.

Ainda nesse primeiro momento, analisaremos o contexto de surgimento do *Correio do Norte* na arena jornalística de Manaus, buscando desconstruir seu processo de produção,

³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 34

identificando quem eram os sujeitos por trás desse periódico, apresentando o perfil dos seus proprietários, redatores, dirigentes e colaboradores, bem como o universo de trabalho e sociabilidade desses personagens. Além disso, apresentaremos as principais características do jornal, através do mapeamento do seu formato, tiragem, colunas, artigos, notícias e projetos. Para finalizar o primeiro capítulo, iremos analisar a relação do periódico com o Partido Revisionista do Amazonas.

No segundo capítulo, “Imprensa e cidade: o olhar do *Correio do Norte* sobre Manaus”, iremos analisar as representações da cidade de Manaus pelo olhar do jornal *Correio do Norte*, ou seja, de que forma a capital amazonense era apresentada pelo periódico, levando em consideração que o período de circulação do periódico foi marcado por grandes transformações sociais, econômicas e urbanas. No bojo dessas transformações, analisaremos de que forma o jornal atuou, no sentido de reforçar o discurso moralizador e civilizador que permeava na cidade de Manaus, no âmbito de torná-la ideal e sem problemas.

No terceiro capítulo, “Imprensa e Poder: o *Correio do Norte* e as disputas oligárquicas no Amazonas”, analisaremos o papel desempenhado pelo *Correio do Norte* diante das relações de poder e políticas que se estabeleceram nos primeiros anos da República no Amazonas. Também estaremos atentas às atuações do jornal nos momentos de disputas políticas que agitavam a imprensa; dessa forma, os pleitos de 1906, 1909 e 1910 serão analisados com objetivo de verificar o posicionamento do periódico frente a política local e nacional.

Outra análise que se fez indispensável foi o período de transição sofrido pelo periódico em 1910, ocasionado, principalmente, pela extinção do Partido Revisionista do Amazonas e marcado pela adoção de um programa dito neutro e independente. Aqui, fez-se necessário observar com afinco como essas mudanças impactaram nas publicações do jornal e como elas refletiram no seu projeto editorial.

CAPÍTULO I: HISTÓRIA E IMPRENSA: O JORNAL COMO FONTE E/OU OBJETO DE ANÁLISE HISTÓRICA - O CASO DO *CORREIO DO NORTE*.

Neste primeiro capítulo serão apresentadas algumas considerações metodológicas acerca dos estudos que envolvem o diálogo entre história e imprensa, procurando elucidar como a imprensa foi ganhando espaço nos estudos históricos não somente como fonte de pesquisa, mas também como objeto de análise, promovendo assim uma discussão mais ampla acerca do nosso objeto de pesquisa, a saber a trajetória do jornal *Correio do Norte*.

Em um segundo momento, analisaremos o contexto do surgimento da Imprensa no Amazonas e como estava o cenário jornalístico no momento do aparecimento do *Correio do Norte*, bem como foi se configurando seu programa de expansão para outras partes do interior do Amazonas.

Para ampliarmos nosso conhecimento acerca do jornal *Correio do Norte* foi importante conhecermos seus aspectos estruturais e técnicos que nos deram subsídios para analisar as circunstâncias em que o periódico foi produzido, comercializado e mantido. Isto porque produzir um jornal não era tarefa simples e exigia significativo investimento e estratégias, executadas por parte de seus produtores, para mantê-lo ativo no mundo da imprensa.

Ainda nessa busca por compreender como se dava a produção do periódico em análise, buscamos identificar a ambiência que formava o universo jornalístico do *Correio do Norte*, no qual faziam parte os dirigentes, redatores e colaboradores do jornal. De igual modo, atentamos para o contexto social e econômico das relações que esses animadores estabeleciam no interior da redação e fora dela, pois, exerciam atividades diversas, que iam do funcionalismo público ao comércio.

Por fim, analisaremos a campanha revisionista adotada por alguns grupos políticos e elites estaduais, em particular após a promulgação da Constituição de 1891, bem como as diversas propostas alinhadas aos interesses políticos e a nova administração nacional. Isto é, tais propostas e ideias foram largamente debatidas e divulgadas em programas partidários e pela imprensa da época, inclusive no *Correio do Norte* que, como “Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas”, indicava que foi criado para dar sustentação política ao partido, tornando-se o principal veículo das ideias de pensadores e intelectuais, e em defesa das propostas da Revisão Constitucional.

1.1 O jornal como fonte e/ou objeto de análise histórica: algumas considerações metodológicas

A imprensa é tomada pela história considerando duas abordagens: objeto de estudo ou fonte para a pesquisa histórica. Buscando compreendê-las, algumas leituras foram necessárias para nos munirmos de aportes metodológicos frequentemente adotados ao se trabalhar com periódicos, tornando possível uma análise criteriosa do jornal *Correio do Norte*.

Dentre os historiadores especializados no estudo da imprensa, é notável a prevalência dessas abordagens aquela adotada por Renée Barata Zicman. A primeira delas se concentra na construção das origens e trajetórias de um determinado periódico, priorizando a identificação e suas principais características, bem como a análise da sua evolução histórica. Nesse contexto, o periódico em si constitui o objeto central de investigação, sendo essa perspectiva mais propriamente denominada de “História da Imprensa”, de um lado. Por outro, uma segunda abordagem, que é a mais prevalente, envolve a elaboração de uma “História Através da Imprensa”, na qual o periódico é explorado como fonte primária para a pesquisa historiográfica relacionada a uma ampla gama de temas.⁴

Essas abordagens não são mutuamente excludentes, ao contrário, a interação entre ambas tem dado origem a uma história da imprensa que contextualiza essa produção em seus períodos específicos, contemplando dimensões cruciais, como o capital investido, os indivíduos que desempenham papéis-chave na concepção e direção desses empreendimentos, tanto publicamente quanto nos bastidores, ou ainda, o público-alvo das publicações, bem como suas conexões políticas, entre outros fatores relevantes. Esses estudos não apenas permitem uma análise mais aprofundada da presença da imprensa na sociedade em que ela se insere, mas também proporcionam contribuições substanciais para compreensão da própria sociedade e de sua época.

Diante do exposto, a escolha metodológica de se tomar o jornal *Correio do Norte* como objeto e fonte de estudos revelou-se enriquecedora. Essas abordagens, como já dito anteriormente, não são mutuamente excludentes e, por isso, assumimos a postura de integrá-las nesta dissertação. Assim, buscou-se investigar o jornal *Correio do Norte* tomando-o como objeto de análise, simultaneamente explorando o contexto que o envolveu e, de maneira particular, examinando o cenário relacionado às transformações empreendidas na cidade de Manaus no período do *boom* da borracha, bem como as disputas oligárquicas que se estabeleceram em torno do poder, marcadamente presentes naquele período.

⁴ ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, n. 4. São Paulo: EDUSC, 1985, p. 89

Essa articulação possibilitou, em um primeiro momento, minimizar a carência, ainda existente, no que se concerne à análise de jornais enquanto objeto de estudos e, por conseguinte, em um segundo âmbito, através dos temas abordados em seu editorial e artigos, visando assim contribuir, de forma significativa, para lançarmos um novo olhar sobre o período chamado pela historiografia de “Belle Époque” e sobre a relação entre o periódico e o poder público estabelecido no Amazonas, inclusive no recorte temporal em que a pesquisa está situada.

Ainda no campo metodológico, para melhor compreender o jornal *Correio do Norte* e as questões políticas que saltam de suas páginas, foi necessário ampliar a base documental consultada durante a pesquisa, incluindo em nossas análises outras duas principais folhas da imprensa diária (grande imprensa), a saber: o *Jornal do Commercio* e o *Amazonas*; ou seja, no intuito de lançar luz sobre nossas problemáticas, a partir de outras perspectivas.

A necessidade de confrontar as representações contidas no jornal *Correio do Norte* com outros jornais que circulavam no Amazonas na mesma época decorre da percepção de que o jornal e seus animadores não operam em um vácuo, mas sim dentro de contextos socioeconômicos frequentemente caracterizados por conflitos e, em algumas instâncias, hierárquicas.

Em outras palavras, dado que a ação desses agentes é intrinsecamente relacional, tornou-se necessário identificar e contextualizar as atividades dos setores que estavam em conflito e/ou oposição às narrativas e projetos veiculados e promovidos pelo periódico. No entanto, é importante ressaltar que esses jornais foram empregados nesse contexto específico e não foram objetos de análise aprofundada, uma vez que o foco primordial da pesquisa reside no próprio jornal *Correio do Norte* enquanto fonte e objeto de estudo. Todavia, esses jornais nos ajudaram a pontuar questões e posições mais amplas acerca do universo da cidade de Manaus e das relações políticas no Amazonas.

Nesse sentido, dando sequência às contribuições de Zicman, do ponto de vista das preocupações metodológicas necessárias para um correto manusear da fonte periódica, a autora salienta, em linhas gerais, que devemos levar em consideração três aspectos fundamentais: o que está “por trás” do jornal, ou seja, quem contribuiu para a sua criação e detém o seu controle. O que está por “dentro”, ou seja, as características formais da publicação e “na frente”, ou seja, quem é o público-alvo do periódico.⁵ Constituindo dessa forma uma metodologia básica para a produção de um estudo mais atento aos órgãos de imprensa, uma vez que a atuação deles se dá no campo político-ideológico.

⁵ Idem.

Outro autor que damos destaque é José D'Assunção Barros. Na obra: *O jornal como fonte histórica*⁶, ele indica uma diversidade de itens que devem ser levados em consideração ao se trabalhar com jornais diários, tais como: 1- A “Polifonia de textos”, que para o autor atingiu alta intensidade a partir do século XX, classificando o jornal como um empreendimento coletivo e multi-autoral. 2- A “Publicização”, “Periodicidade” e a “Materialidade”, no qual são levados em consideração os modos de impressão, os estilos gráficos, quantidade e tamanho das páginas, se é um jornal diário, semanal, mensal.

Dessa forma, surgem questões como: onde o jornal é vendido ou distribuído? Qual a sua tiragem? Qual preço do exemplar? 3 – “Lugar de produção”, “Recepção” e “Conteúdo”. A partir desses três itens surgem outras questões, como: Quem é o proprietário desse jornal? Quem são seus editores e colaboradores? Quais ligações políticas esses personagens possuem? Qual público ou públicos o jornal quer alcançar? Qual tipo de leitores têm acesso ao jornal? Todos esses itens, reunidos, nos ajudam a compreender os jornais na sua totalidade de aspectos e com consciência das diversas dimensões que eles se referem.

Quanto às contribuições de Tânia Regina de Luca, em: *História dos, nos e por meio dos periódicos*⁷, a autora explora diversos métodos e técnicas aplicáveis quando se utiliza periódicos como fonte ou objeto de estudo. Merecem destaque algumas das contribuições por ela apresentadas, incluindo a necessidade de o pesquisador atentar para a materialidade dos impressos, a importância de contextualizar historicamente a fonte, a análise das funções sociais desempenhadas pelos periódicos, a consideração das ilustrações veiculadas, a investigação da emergência de novos grupos letrados, dos personagens responsáveis pelo editorial, além do olhar atento que o historiador deve ter no que diz respeito aos títulos e textos selecionados para publicação.

É imperativo olhar para essas questões com minúcia, pois, como qualquer documento, a análise de periódicos demanda uma rigorosa abordagem técnica por parte do historiador. A esse respeito, Marialva Barbosa também elabora importantes explicações em seu trabalho, sobretudo em: *Como escrever uma História da Imprensa*, apresentando a produção de uma história da imprensa dentro do campo da história cultural. Dessa forma, a autora propõe que a construção de uma história da imprensa deve incorporar as premissas inerentes à prática

⁶ BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

historiográfica, considerando, simultaneamente, as particularidades associadas à análise de textos e textualidades.

Todas essas preocupações visam identificar o “lugar social de onde cada jornal fala”⁸, contextualizando-os, uma vez que eles se inserem e atuam no interior de sociedades complexas, crivadas pelos mais diversos tipos de estratificação.

Diante do exposto, a imprensa, longe de ser meramente um reflexo passivo da sociedade ou um espelho imparcial da realidade, revela-se como um ator dinâmico e com influência significativa nos domínios histórico, político e social. Além disso, funciona não apenas como um veículo informativo, mas também como um agente ativo na disseminação de ideias e na negociação de conflitos.

Ademais, a análise da imprensa implica, sobretudo, na compreensão do meio de comunicação como um produto do seu contexto temporal, englobando o estilo jornalístico predominante, as propagandas veiculadas, os discursos presentes nas páginas de jornais e revistas e, até mesmo, os silêncios que permeiam sua narrativa. Nesse sentido, o historiador, ao empreender o estudo da imprensa, deve reconhecer que os periódicos, enquanto canais de comunicação, desempenham um papel crucial na formação de opinião pública.

Nesse sentido, em consonância com a perspectiva de Sandra Pesavento, delineada em *Uma Outra Cidade*⁹, os jornais, como agentes formadores de opinião, contribuem para a construção de representações impactantes, repletas de adjetivos e artifícios retóricos, os quais moldam a percepção do mundo de maneira singular ou sob uma determinada ótica.

Diante desse entendimento, por meio da consulta aos periódicos, o historiador se depara com a possibilidade de acessar situações singulares, expressões e concepções características de determinado período, assim como os costumes e práticas sociais vigentes, bem como informações relevantes acerca de questões econômicas e políticas de determinada época. Logo, torna-se imperativo realizar uma análise aprofundada do jogo de interesses manifestado pela imprensa, a qual serve como veículo de expressão para as falas e ideologias de grupos específicos, evidenciando as dinâmicas de poder, especialmente nos periódicos de circulação diária.

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas

⁸ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo *et. al.* A Imprensa Como Fonte Para a Pesquisa Histórica. **Projeto História**, nº 3. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade**. São Paulo: São Paulo: Editora Nacional, 2001.p. 56

páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.¹⁰

É de suma importância situar a História da Imprensa no contexto mais amplo da evolução dos sistemas de comunicação. Nesse contexto, Marialva Carlos Barbosa¹¹ enfatiza a necessidade de abordar a imprensa como parte integrante de processos comunicacionais e das complexas relações que se desenvolvem em torno desse sistema de comunicação. Além disso, é preciso considerar esse sistema no âmbito de um circuito de comunicação, conforme destacado por Robert Darnton¹². Este circuito representa o trajeto que se estabelece desde os produtores do texto até as distintas formas de apropriação das mensagens pelo público. Para uma análise aprofundada desse circuito, é essencial identificar: quem foram os produtores? Para qual audiência foi direcionado? De que maneira foi concebido? Qual é o público-alvo? Quem consumiu a informação? De que forma ocorreu a leitura? Em síntese, essa abordagem requer a consideração minuciosa de todas as formas de interferência e suas consequências associadas.

Na maioria das vezes, ao abordar a temática da imprensa, faz-se referência à sistemática divulgação de notícias e informações por meio de veículos como jornais e revistas, caracterizando a imprensa como um instrumento de transmissão de informação. Além disso, deve-se indagar, acerca da magnitude dessa informação, o público-alvo a ser alcançado e a natureza do conteúdo a ser comunicado.

No ensaio intitulado: *Sobre História: Imprensa e Memória*¹³, Marta Emísia Jacinto Barbosa afirma que o ato de informar implica a disseminação de valores, a apresentação de imagens revistas e refinadas da realidade, culminando na entrega ao leitor de um "produto acabado". Nesse contexto, torna-se essencial compreender a natureza ativa da imprensa, considerando tanto seus produtos quanto os agentes responsáveis por sua produção.

Quando se aborda a notícia ou a informação relativa a um evento específico, sua visibilidade é passível de ser avaliada em consonância com o grau de importância que o jornalista ou o editor deseja conferir a esse acontecimento. Nesse cenário, os periódicos

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994, p. 21

¹¹ BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? In: **Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho**, 2., 2004, Florianópolis. [Anais eletrônicos] Florianópolis, abril de 2004. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo.

¹² DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

¹³ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (Orgs). **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.p. 266

assumem a função de espaços de construção da memória, na medida em que selecionam quais elementos devem ser lembrados e quais devem ser relegados ao esquecimento.

De acordo com as considerações da autora Marialva Barbosa, expostas na obra: *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*, os jornais adquirem a condição de senhores da memória ao exercerem tal prerrogativa.

Funcionando como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, o jornal retém o excepcional. E mesmo quando os fatos mais quotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexo de narrativa que transpõe esses mesmos acontecimentos do lugar comum para o extraordinário (...) tornar-se senhores dos lugares, das agências da memória é, ao mesmo tempo, ser senhor da memória e do esquecimento¹⁴

Diante dessas considerações metodológicas, o propósito delineado consiste em elaborar um perfil do periódico *Correio do Norte*, buscando ir além das abordagens limitadas quanto a sua materialidade, isto é, ao seu substrato físico e editorial.

Em outras palavras, nossa abordagem se propõe a imergir no contexto peculiar da imprensa durante os primeiros anos da República. Nesse intuito, almejamos analisar de que maneira as complexidades enfrentadas pelo referido jornal foram concebidas ao longo desse período, tanto no âmbito interno das tipografias quanto nas esferas exteriores. Em suma, pretendemos compreender as dinâmicas estabelecidas nas relações entre a Imprensa e o governo, bem como entre o *Correio do Norte* e outros órgãos da imprensa.

1.2 A Imprensa no Amazonas e o surgimento do *Correio do Norte*

No ano de 1850, a Comarca do Alto Amazonas foi promovida à Categoria de Província, o que resultou na sua emancipação da subordinação ao Pará. Este fato era há muito desejado por parcela significativa dos seus habitantes, que ansiavam por uma autonomia política e administrativa mais ampla. A capital da recém-criada Província era a cidade da Barra do Rio Negro, caracterizada por suas dimensões modestas, com um reduzido número de habitações e vias, frequentemente entrecortadas por igarapés. De modo geral, apresentava características que lhe eram peculiares, marcadas pela feição regional e a presença marcante da natureza¹⁵.

¹⁴ BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p. 117.

¹⁵ ARANHA, Bento. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1987.

Segundo Maria Luiza Ugarte, ainda no período provincial, a cidade da Barra do Rio Negro, posteriormente denominada Manaus, recebeu vários viajantes que deixaram relatos, muitas das vezes, carregados de preconceito sobre a região:

A região como um todo recebeu ao longo do século XIX uma quantidade enorme de viajantes e naturalistas que deixaram registradas impressões pouco lisonjeiras, para não dizermos negativas e até mesmo preconceituosas. Em geral, atribuíam-lhe um caráter mal disfarçado de aldeia, materializado nas poucas e deterioradas casas, na assimetria das ruas e na população rarefeita e desprovida de hábitos ocidentalizados¹⁶.

Embora os recursos econômicos fossem escassos, a cidade de Manaus começou a ser concebida e imaginada por seus administradores, seguindo o modelo de cidades europeias, particularmente Paris. Essa visão de planejamento urbano começou a ser delineada durante meados do período provincial. Nesse contexto, entre os projetos que refletiram essa aspiração, destacaram-se algumas melhorias no espaço urbano que, embora discretas, foram implementadas gradualmente ao longo desse período. Isso incluiu a calçamento de ruas, arborização e a construção de pequenas edificações.

Portanto, quando Manaus se transformou em um importante exportador da borracha e uma cidade moderna, no início do século XX, devemos ter em mente que essas mudanças não ocorreram de maneira abrupta, transformando uma cidade que, originalmente, era um aglomerado de pequenas habitações em uma metrópole cosmopolita. Isso ocorreu porque as mudanças, embora incipientes, já vinham sendo implementadas de maneira progressiva ao longo do período provincial:

[...] as transformações e melhoramentos urbanos que vinham, de forma lenta e gradual, operando-se ao longo de toda a segunda metade do século XIX. As ingerências do poder público já se faziam sentir nas edificações, nos nivelamentos, calçamentos e aterros, e nas tentativas de suprir demandas tipicamente urbanas, como as ligadas ao abastecimento, iluminação de ruas e praças, e melhoramentos no sentido de favorecer a entrada e saída das embarcações¹⁷.

Nesse contexto, coincidindo com a criação da Província, em uma cidade ainda com dimensões reduzidas e acanhada, surgiu o primeiro jornal do Amazonas, em 1851, intitulado:

¹⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1889-1925. Manaus: Valer, 2001, p. 33

¹⁷ *Ibid.*, p. 35

*Cinco de Setembro*¹⁸, que se limitava a publicar atos governamentais, como: editais, leis e relatórios, através de contratos firmados com o governo. Podemos inferir que, em contraste com o Rio de Janeiro e diversas outras províncias do Brasil, a qual testemunharam o estabelecimento dos primeiros jornais a partir de 1808, o desenvolvimento da imprensa no Amazonas se deu com certo atraso.

Nesse primeiro momento, a imprensa no Amazonas era composta por modestas publicações em formato de pequenas folhas. A disseminação desses impressos representava uma significativa inovação para a sociedade local. Nesse estágio inicial, o Amazonas viveu o período em que predominava a imprensa áulica, notadamente dedicada à divulgação de decretos governamentais da Província e do Império¹⁹.

Nesse cenário, tais características se referiam ao período que vai de 1851, no qual temos como marco a publicação do primeiro jornal do Amazonas, até 1880, momento em que houve um notável crescimento na comercialização da borracha e propiciou a aquisição de modernos maquinários de impressão. Ainda assim, após três décadas da criação do jornal *Cinco de Setembro*, poucos títulos foram publicados:

Com efeito, os trinta anos que se seguiram ao surgimento do primeiro jornal da província (o *Cinco de Setembro*, de 1851) podem ser caracterizados como o momento embrionário da imprensa, com a veiculação de um número modesto de títulos (são apenas 46, ou 12,4% do total de um número de 371 dos jornais arrolados por J.B Faria de Souza); uma qualidade gráfica precária, visível na presença relativamente maior de folhas manuscritas e/ou impressas em pequenos formatos; uma exiguidade de jornais diários, além da efemeridade da grande maioria dos títulos. Melhor seria compreender esse primeiro momento como um período de lenta expansão, se confrontado com o ritmo mais frenético que se abre em 1880, o que não significa que ele não tenha sido importante²⁰.

A esse respeito, Maria Luiza Ugarte Pinheiro analisou a trajetória de jornais pioneiros surgidos no estado, identificando as causas para a demora na introdução da imprensa e os elementos propulsores de seu desenvolvimento. A autora aponta ainda que a tardia circulação de periódicos na Província do Amazonas pode ser atribuída ao contexto singular da região,

¹⁸ Com primeira publicação datada de 03 de maio de 1851, o *Cinco de Setembro* teve como diretor e proprietário o tenente e tipógrafo Manoel da Silva Ramos, que a convite de Tenreiro Aranha, montou a primeira oficina tipográfica de Manaus. Após cerca de oito meses de circulação, seu nome foi substituído por “*Estrela do Amazonas*”. In: FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) – Catálogo de Jornais**. Manaus, Editora Calderaro, Op. Cit. p. 57

¹⁹ FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) – Catálogo de Jornais**. Manaus, Editora Calderaro, 1990, p. 62

²⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte – Letramento e periodismo no Amazonas (1980– 1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015, p. 78

caracterizado pela influência étnica e sociocultural, entrelaçada a uma marcante presença indígena.

Em outras palavras, Pinheiro argumenta que as formas de comunicação foram essencialmente moldadas pela predominância da tradição oral na Amazônia, dado que as sociedades indígenas eram ágrafas, ou melhor, a adoção da língua portuguesa (oral e escrita) foi gradual, consolidando-se apenas no início do século XX, conforme corroborado por estudos de José Ribamar Bessa Freire²¹. Isso explica a extensa utilização do *Nheengatu* ao longo do período colonial e, mesmo durante a Província, sustentando uma tradição cultural fundamentada na oralidade.

No que tange aos aspectos econômicos, a região revelava-se tímida em termos comparativos com as principais províncias brasileiras, haja vista que as atividades econômicas apresentavam uma maior diversificação. Este contraste era particularmente evidente nas regiões do país que se destacaram, sobretudo por estabelecer suas bases econômicas, mediante a exportação de produtos agrícolas, tais como: açúcar, algodão ou café.

Contudo, Pinheiro assinala como o marco divisório da história da imprensa amazonense os primeiros anos da década de 1880, na qual há uma característica anteriormente considerada eminentemente *oficialesca* que, foi pouco a pouco, dando lugar a diversificações não só estilísticas, mas também programáticas, classificando os anos que se seguem a esse momento:

[...] pela proliferação de uma grande e diversidade quantidade de jornais que, embora ainda mantivessem muitas das características do período anterior, começaram já a mostrar sinais de significativo avanço não só em relação ao processo de composição e editoração gráfica, mas também no sentido de ampliação da qualidade editorial consolidando a presença e a participação de um grupo cada vez mais amplo de intelectuais, que faziam das páginas dos jornais um campo fértil para a contínua troca de ideias e para o desenvolvimento do debate político²².

Esse processo de ampliação e proliferação foi alimentado pelo *boom* da economia gomífera. Em 1889, por exemplo, foi publicado no Amazonas cerca de 21 títulos, dos quais podemos citar: *Amazonas*, *Americano*, *Corsário*, *Homenagem*, *Gazeta Literaria*, *Espião* e *A Epocha*²³. Esse contexto não apenas disponibilizou os recursos financeiros necessários para o

²¹ FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Editora: EdUERJ, 2004.

²² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte – Letramento e periodismo no Amazonas (1980– 1920)**. 3ª ed. – Manaus: EDUA, 2015. Pp. 78-79

²³ CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província**: a imprensa durante o período imperial (1851-1889). Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2014.

avanço e a modernização das tipografias por meio da adesão de novas tecnologias, como também possibilitou maior oferta de trabalhadores especializados, especialmente tipógrafos.

Não podemos deixar de mencionar as levas de imigrantes (nacionais e estrangeiros) de diferentes extratos sociais que chegaram na cidade, propiciando uma dinâmica e uma ambiência cultural maior. Dessa forma, a análise proposta de Marialva Barbosa em relação ao Rio de Janeiro, guardada as devidas proporções, cabe perfeitamente para Manaus, isto é: “A cidade tem, pois, todas as condições necessárias para a ampliação e o desenvolvimento de uma nova indústria - a de notícias - construída em moldes inteiramente diversos do que fora até então a atividade de fazer jornal”²⁴.

É nesse contexto de efervescência jornalística, não somente no contexto local, mas também nas demais regiões do Brasil, que houve um verdadeiro *frenesi* de produção periódica, responsável pelo aparecimento de mais de 500 títulos nos cem primeiros anos de sua existência²⁵. Essa expansão levou o governo do Amazonas a nomear uma comissão composta por nomes como o João Batista Faria e Souza, importante colecionador de impressos e um dos responsáveis por inventaria a produção de periódicos desde a província até o centenário da imprensa, comemorado em 1908²⁶. Foi nesse contexto que surgiu o jornal *Correio do Norte*, especificamente nos primeiros anos da República.

Pertencente ao Partido Revisionista do Amazonas²⁷, na primeira edição de 21 de janeiro de 1906, com o artigo intitulado: “No Pórtico”, o *Correio do Norte* trouxe uma primeira definição da linha editorial a ser seguida pelo periódico, chamando os demais jornais de “senso Crítico empanado pela admiração cega dos homens que se esbatem na tenda social”²⁸.

Ao penetrarmos o sagrado portico da imprensa do nosso paiz estamos na obrigação costumeira de anunciar a todos aquelles que constituirão o nosso público alinha de conducta que seguiremos no... da nossa vida.

Com a serenidade superior dos apóstolos da democracia, evangelizando e doutrinando o povo, defendendo-o com heroismo dos convencidos de um systema de defeza social,

²⁴ BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio**: Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p.23

²⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte – Letramento e periodismo no Amazonas (1980– 1920)**. 3ª ed. – Manaus: EDUA, 2015. Pp. 73-74

²⁶ FARIA E SOUZA, João Baptista de; SOUZA, A Monteiro de; BAHIA, Alcides. **A Imprensa no Amazonas, 1851-1908**. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

²⁷ Fundado em 1º de setembro de 1905, o Partido Revisionista do Amazonas concentrou suas atividades em questões de política regional, ao mesmo tempo em que promoveu uma plataforma voltada para a reformulação do ordenamento jurídico brasileiro. De um lado, visava consolidar a oposição aos situacionistas, que estavam agrupados no Partido Republicano Federal, sob a liderança de Silvério José Nery. De outro, a nova agremiação apoiou um projeto de revisão da Constituição brasileira de 1891, com o intuito de ajustar os princípios constitucionais às necessidades políticas e sociais da época.

²⁸ *Correio do Norte*, n° 01, Manaus, 21 de janeiro de 1906.

que é uma glória da civilização e do seculo, aqui estamos nesta tenda de combate, ao lado de todos os oprimidos, de todos os grandes soffredores, de todos os martyres da independencia da sua propria conducta individual oucivica, quando uma e outra forem determinadas pela mais rigorosa e inflexivel probidade social.

Nesse terreno não cederemos um passo. Esquecidos da individualidade pessoal dos representantes do poder político, visaremos apenas a enormidade dos seus erros, levantando em nome dos soffredores o nosso protesto pacífico, quando os representantes da autoridade sejam levados aos seus excessos pela má compreensão da lei;

A nossa analyse fria, impassível, documentada, terá o brilho da verdade inapagável, a agudeza da logica irrespondível. Não usaremos de allusões veladas, de meias tintas, do equívoco plebeu, nem tampouco os adjectivos vermelhos, as palavras rubras, escandalosas, navalhantes, encontrarão sombra debaixo da nossa tenda.²⁹

Ainda na primeira edição, foi publicado o manifesto do partido Revisionista, o que assinalou, com clareza, a posição que o periódico adotaria:

O partido revisionista do Amazonas (...) resolveu sair da penumbra dessa já hoje criminosa abstenção em que se tem deixado asfixia as minorias no Brasil, para pleitear o terso da representação do Amazonas no Congresso Nacional. (...)

Com a clareza de um triunfo brilhante. (...) A vontade popular há de se impor soberana e inviolável escolha de seus representantes, contra a opinião dos que dela se divorciaram e são os seus opressores³⁰.

Estava sinalizado o papel principal do jornal: fazer frente contra as oligarquias que se haviam encastelado no poder estadual, como foi designado o grupo de Silvério Nery. Nesse cenário, suas notícias, artigos e matérias, passariam a ser pautadas, cotidianamente, em denunciar o descaso do governo com a população, a corrupção existente entre as esferas de poder estabelecidas naquele momento e as mazelas sociais, sobretudo assumindo uma postura oposicionista à administração exercida na cidade.

Além disso, o jornal *Correio do Norte* foi bem recebido por representantes do funcionalismo público, pelos colegas da imprensa e pessoas do povo. Na coluna “Gazetilha” foi registrado pelo articulista³¹ o grande entusiasmo com que o jornal foi recebido e saudado pelas pessoas que compareceram às oficinas do jornal no seu primeiro dia de publicação:

O nosso jornal - Temos hoje a alma rejubilada, cheia de justo desvanecimento que nos deixou o espírito a excepcional aceitação que o público de Manáos dispensou ao nosso orgam.

²⁹ Idem.

³⁰ *Correio do Norte*, nº 07, Manaus, 28 de janeiro de 1906.

³¹ Ao longo deste trabalho, o termo "articulista" será frequentemente empregado, uma vez que a maioria dos artigos e editoriais não foram assinados, o que impede a identificação precisa de qual dos dois redatores do jornal, Adriano Jorge e Heliodoro Balbi, foi o responsável pela autoria dos textos.

Durante todo o dia de domingo último as nossas oficinas estiveram em festa, regorgitando de enorme massa de pessoas que nos vinham trazer o testemunho de sua sympathia e de sua solidariedade.

Quando saiu do prélo o primeiro exemplar completo do <Correio do Norte>, o nosso companheiro dr. Heliodoro Balbi, saudou, com aquella encantadora eloquencia de que elle sabe dispor, ao povo que vinha commungar connosco as mesmas idéas de independência e de civismo, que são a nossa força e a nossa glória.

Este brinde, que foi feito a champagne, foi entusiasticamente correspondido.³²

Também encontramos registros na imprensa de outras regiões do país que deram destaque e boas-vindas para o novo jornal surgido no Amazonas. É o caso do *União Portuguesa*³³, que fez a seguinte publicação no dia 18 de fevereiro de 1906:

Com o título *Correio do Norte*, começou a ser publicado no dia 21 de Janeiro um novo jornal que está filiado ao partido opposicionista. A sua redacção compõe-se de cavalheiros, cujo talento como jornalistas já é bastante conhecido da imprensa amazonense. O novo jornal, que é incontestavelmente muito bem escripto, tem tido a melhor aceitação, despertando no público o interesse e a curiosidade proprios dos jornaes que militam nas fileiras da opposição á actual política do Estado³⁴.

A primeira tiragem esgotou-se rapidamente, mesmo com a cobrança de valores acima do estipulado por parte dos vendedores, ensejando assim a uma segunda impressão, o que, por sua vez, foi prontamente consumida pela população. Em suma, o total de exemplares atingiu a cifra de 6500 unidades distribuídas em duas tiragens no mesmo dia.

1.3 Aspectos estruturais: feição e feitura

Na obra intitulada: *História dos, nos e por meio dos periódicos*, a historiadora Tânia Regina de Luca apresenta algumas técnicas fundamentais para o pesquisador que se propõe ao uso dos periódicos como fonte ou objeto de pesquisa:

A atenção que se deve dar a materialidade dos impressos; a preocupação em se historicizar a fonte; a verificação das funções sociais dos impressos; a ilustração que o periódico veiculava; a investigação do aparecimento de novos grupos letrados; do grupo responsável pela linha editorial; além da atenção que o historiador deve ter sobre a escolha dos títulos e dos textos publicados³⁵.

³² *Correio do Norte*, n° 02, Manaus, 23 de janeiro de 1906.

³³ Folha bissemanal, publicada às quintas-feiras e domingos. Defendia os interesses dos portugueses no Brasil. Tinha como proprietário e redator principal Eugenio Silveira. In: **Almanak Laemmert**: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940.

³⁴ *Correio do Norte*, n° 45, Manaus, 15 de março de 1906.

³⁵ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153

Buscando seguir essas orientações, investigar a trajetória do jornal *Correio do Norte* nos leva a conhecer aspectos técnicos que nos dão subsídios para analisar quais circunstâncias o periódico foi produzido, comercializado e mantido. Sabemos, por exemplo, que sua redação se localizava na rua Henrique Martins, nº 51, área central de Manaus e, apesar de impresso em oficina própria, não funcionava conjuntamente com a redação. Isto é, de acordo com notícia veiculada no dia 25 de fevereiro de 1906, isso ocorria devido a insegurança com que atuavam os jornais de oposição no Amazonas:

Apezar de não termos um predio em que funcionem conjuntamente as nossas offinas e esta redacção, por se negarem as companhias de seguros a assegurar qualquer prédio por nós indicado para tal fim, devido ao justificado temor que tem os mesmos seguradores da falta de segurança que entre nós reina e dos incendios que sempre nesta cidade, perseguiram taes empresas, continuamos a dar regularmente as nossas edições, mau grado os boatos aterradores de um proximo empastelamento³⁶.

Levando em consideração que produzir um jornal era bastante custoso, pois incluíam material, maquinário e mão de obra, geralmente essa etapa de produção era terceirizada. Sendo assim, tê-lo em mãos demonstra um significativo investimento para a manutenção da publicação.

Quanto a sua tiragem, durante os primeiros meses de publicação, não era informado o número de exemplares. Contudo, algumas informações podem ser inferidas a partir de notas publicadas no jornal quando a vendagem alcançava números expressivos ou se esgotavam, como no caso da primeira e segunda edição, que foi noticiada na coluna: “Gazetilha”: “O nosso jornal – Temos hoje a alma rejubilada, cheia de justo desvanecimento que nos deixou no espirito a excepcional aceitação que o publico de Mánaos dispensou ao nosso orgam [...] A nossa tiragem de 6500 exemplares em duas edições, foi inteiramente exgotada”³⁷.

Também no mês de março o jornal publicou outra nota, demonstrando o êxito na vendagem e aceitação do jornal: “As nossas edições de nte-hontem e hontem foram completamente exgotadas. A primeira de 6 e a segunda de 4 mil exemplares. Ficamos desvanecidos com tanta gentileza do povo amazonense”³⁸.

³⁶ *Correio do Norte*, Manaus, 25 de fevereiro de 1906.

³⁷ *Correio do Norte*, Manaus, 23 de janeiro de 1906.

³⁸ *Correio do Norte*, Manaus, 01 de março de 1906.

Imagem 1 – Jornal *Correio do Norte*



Fonte: *Correio do Norte*, nº 1, 1906

Somente a partir de 5 de abril de 1906, na edição de número 64, o jornal passou a publicar na sessão “Expediente” a tiragem do dia, sendo de 3.000 mil exemplares no ano de 1906. Depois, chegando a 6.000 exemplares em 1912, já como órgão independente.

Apesar do periódico estampar em seu subtítulo um dos principais objetivos de sua publicação, “órgão do partido revisionista”, pode-se observar que o *Correio do Norte* procurava manter certa autonomia financeira em relação ao partido. Nota-se, por exemplo, a cobrança de \$200 (duzentos réis) pela edição do dia. Em edições anteriores também eram disponibilizadas ao custo de \$500 (quinhentos réis). A assinatura semestral do periódico era comercializada por 20\$000 réis na capital e 25\$000 réis no interior. Para fins de comparação, o *Jornal do Commercio* cobrava em sua assinatura semestral 25\$000 réis na capital e 30\$000 réis no interior³⁹, o que indica um valor compatível com as publicações da época.

Outro aspecto importante que apontava para uma tentativa de independência financeira era a reserva de um espaço para os anunciantes das chamadas “profissões liberais” que, a partir da edição de número 23, passou a se concentrar na coluna “Indicações úteis”, no qual encontramos os serviços de João Reis – Tabelião; Raymundo Sampaio – Advogado; Dr. Costa Fernandes – Médico. Camillo Ramos – Agência. Também identificamos alguns notórios

³⁹RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte**: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914). Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2014.

membros do Partido Revisionista do Amazonas, como: “Dr. Heliodoro Balbi – advogado”⁴⁰, “Dr. Adriano Jorge – Médico”⁴¹ e “Dr. Alvaro de Castro Gonçalves – Dentista”⁴², que apontavam o engajamento da militância.

Mais generosas em seus espaços para os anunciantes, as últimas páginas do jornal traziam os mais diversos anúncios, ou seja, desde informes sobre medicamentos – O elixir de Formiato de Sódio: Regenerador das forças musculares –, passando por estabelecimentos comerciais, como, por exemplo: a Pharmacia Barreira ou ainda Tabacaria e Charutaria Boer, Tabacaria Paraense, Restaurante Francez, El-dorado Café concerto, Alfaiataria Duarte, Armazens “Rosas” de J.G. Araujo, Casa “Carvalhaes”, Agencia Camilo Ramos, Merceria Souza e Irmão, Confeitaria America, o Armazen de ferragens, armarinho e miudezas de Pereira de Araujo & C e, por fim, a Loja do povo de Justino Lopes e C⁴³.

Na coluna intitulada: “Commercio”, eram publicados serviços de utilidade pública em todas as edições, dividida em subseções ligadas à economia e ao movimento do porto de Manaus, entre elas pode-se citar: o “Boletim do Cambio”, com a cotação da Libra em Paris, Portugal, Nova York, Espanha e na Itália; “Movimento do porto”, que indicava a saída e a chegada de embarcações e seus respectivos destinos. Também havia a cotação dos principais gêneros do Estado, como goma elástica, azeite, manteiga de tartaruga, castanha, entre outros. Destaca-se também, a partir da edição 72, na segunda página do periódico, um espaço na parte inferior destinada ao folhetim⁴⁴.

Ademais, originário dos jornais franceses, o folhetim passou a desempenhar um papel significativo no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Sua publicação objetivava tanto a aquisição de novos leitores, quanto a promoção de obras literárias de renomados escritores da época, que passaram a contribuir com maior frequência para os periódicos. Assim, os folhetins se tornaram uma tendência popular entre os leitores, sobretudo aqueles que acompanhavam, com grande interesse, o desenvolvimento das narrativas apresentadas.

Além disso, muitos dos folhetins veiculados nos jornais brasileiros eram traduções ou adaptações de publicações europeias. Ademais, diversos autores brasileiros também se destacaram nacionalmente ao escreverem romances nesse formato, como, por exemplo, José de

⁴⁰ Editor do jornal *Correio do Norte* e membro do diretório do Partido Revisionista do Estado do Amazonas.

⁴¹ Editor do jornal *Correio do Norte* e membro do diretório do Partido Revisionista do Estado do Amazonas

⁴² Membro do diretório do Partido Revisionista do Estado do Amazonas.

⁴³ *Correio do Norte*. Manaus: 07 de fevereiro de 1906, p. 3 e 4

⁴⁴ O folhetim, naquele período, constituiu-se uma importante estratégia de venda. Marlyse Meyer debruça-se sobre a história do romance-folhetim e sua entrada no Brasil, bem como sua consagração em terras brasileiras no período da Belle Époque. Ver: MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

Alencar com a publicação de o *Guarani*, em 1854. A respeito desse fenômeno literário, afirma Nelson Werneck Sodré:

O folhetim era o melhor atrativo do jornal e o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser um hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo das Cortes, reunidos todos da casa, permitida a presença das mulheres. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria⁴⁵.

O primeiro folhetim publicado pelo *Correio do Norte* data de 1906, com o título: *O mysterio d'uma tutela*, de Th. Bentzon. Quanto a esse tipo de publicação para o Amazonas, Pinheiro afirma que, apesar de lido também por homens, o público-alvo do folhetim eram as mulheres.

Embora fosse lido por homens e mulheres indistintamente, o folhetim consolida-se em associação à “[...] contumaz frivolidade da ‘gentil leitora’ [...]”. A íntima associação do folhetim com o público feminino foi, na verdade, a expressão de um duplo (porém articulado) movimento que amplifica a participação feminina na sociedade. Numa das pontas, trata-se de reconhecer que, já desde o século XVIII europeu, a prática da leitura começou a associar-se mais pontualmente ao universo feminino e a ser encarada como importante instrumento para o aprimoramento moral não só da mulher, mas também da família e da sociedade como um todo⁴⁶.

Esse direcionamento ao público feminino ficou claro ao ser anunciado a publicação do primeiro folhetim no jornal, isto é:

Começamos hoje a publicar um folhetim, cujo enredo, cheio de transes dramáticos, empolgara o leitor desde as primeiras phrases. Para o *Mysterio d'uma tutela* chamamos a atenção, principalmente das nossas leitoras, por o personagem principal do romance – uma donzella a quem, não so querem roubar a fortuna, mas até tentar contra a sua liberdade, pretendendo casar-a contra a vontade e assassinar-a por se recusar⁴⁷.

Podemos perceber que a crescente participação da mulher na sociedade, resultante, principalmente das mudanças culturais trazidas pelos avanços da modernidade, juntamente com o desejo do jornal de atrair esse novo público, culminou na publicação sistemática de folhetins

⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁴⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte – Letramento e periodismo no Amazonas (1980–1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015. p.296

⁴⁷ *Correio do Norte*, nº 72, Manaus, 15 de abril de 1906.

na seção inferior da segunda página do jornal *Correio do Norte*. Com relação a essa estratégia adotada pela imprensa diária amazonense, Pinheiro observou que:

Além da tradicional empatia do romance com o universo feminino, é preciso reconhecer também que a expansão do folhetim vai estar associada à difusão da imprensa e, principalmente, ao seu barateamento, fruto de tiragens cada vez maiores. Daí que ele apareça com maior intensidade nos grandes jornais da imprensa diária, do que nas pequenas folhas hebdomadárias. É ainda importante salientar que o aparecimento do folhetim reforçou a aquisição do jornal por meio de assinaturas, alavancando as vendas. Todavia ele foi apenas uma das portas por onde os jornais buscaram se aproximar do público feminino, pois mesmo as pequenas folhas passaram a explorar este filão, dedicando seções e colunas ao público leitor feminino, onde imperavam a crônica social com larga exploração da vida mundana⁴⁸.

A partir dessas estratégias de manutenção financeira podemos chegar a duas conclusões a respeito do *Correio do Norte*. Primeiro, o jornal foi parte do projeto de fortalecimento do Partido Revisionista do Amazonas. Segundo, havia o grande interesse em atingir o máximo possível de leitores que se identificassem com a causa revisionista, buscou convencê-los da necessidade urgente de revisar alguns pontos da Constituição de 1891.

A respeito dos recursos imagéticos do jornal, inicialmente, as ilustrações eram restritas às páginas três e quatro, ou seja, dedicadas aos anúncios. Tratava-se de um recurso utilizado para atrair a atenção aos reclames que, de modo geral, publicavam o oferecimento de serviços e produtos. Essas ilustrações exerciam basicamente uma função decorativa.

Ademais, no dia 18 de julho de 1909, o jornal anunciou a publicação de um Suplemento Ilustrado, que seria vendido a avulso às segundas-feiras, dias em que o jornal não era publicado. A proposta era trazer ao público “espirituosas caricaturas” e proporcionar ao público “gargalhadas sadias” com alegrias e paródias. O primeiro exemplar foi publicado no dia 19 de julho de 1909.

Nesse sentido, o tom crítico à família Nery esteve presente em todas as edições do Suplemento Ilustrado, que totalizaram 8 publicações. À título de exemplo, temos a parodia intitulada: “Os três irmãos”, assinada por *pensador*, provavelmente um pseudônimo:

O mais moço dos três, que ao nome de Raimundo,
vivo acode e sagaz
é o roedor mais omnívoro do mundo
o mais cauto e voraz
O segundo, que é pior que o mal levantino

⁴⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte – Letramento e periodismo no Amazonas (1980–1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015. p.297

Peior que a maldição
É a fera sem nome, o canil Constantino,
O mais bobo e poltrão
O terceiro é o demônio, a hydra, o cemitério,
Pai do crime e do mal
O monstro irmão da treva, o rápido Silverio
Truculento chacal⁴⁹.

Como podemos observar, a paródia traz duras críticas à família Nery, no qual os irmãos Raimundo, Constantino e Silvério são comparados metaforicamente com seres vorazes e perigosos. A linguagem satírica utilizada pode ser entendida como mecanismo de desmoralização política dos irmãos em meio às disputas pelo poder que eram vigentes no estado.

Já a partir de 1910, em nota divulgada no dia 24 de julho, o *Correio do Norte* anunciou aos seus leitores a publicação de xilogravuras⁵⁰, a partir da montagem de um atelier xilográfico. Isto significa que o jornal pretendia publicar gravuras e caricaturas de humor e atualidades. Esta última salientada pelo articulista como uma grande conquista para a publicação.

Correio do Norte

Já está montado o nosso atelier xilographico. Isto quer dizer que vae começar o grande triumpho do CORREIO.

Por todo correr da semana vindoura o nosso jornal palpitará de finas e espirituosas gravuras, por onde o espírito do leitor voará deliciado num goso indefinido e supremo. Caricaturas magnificas de humour e actualidades, saltitantes de verve encantadoras, provocarão com certeza o mais ruidoso successo do nosso meio jornalístico.

E o generoso povo amazonense que sabe avaliar os ingentes esforços que temos empregado para servil-o, decerto não regateará os seus mais calorosos applausos a essa nova e esplendorosa victoria que ha de alcançar o seu legitimo orgam⁵¹.

⁴⁹ *Correio do Norte – Suplemento Illustrado*, n° 02, Manaus, 26 de julho de 1904.

⁵⁰ Desenho feito a partir de uma matriz de madeira. Os desenhos são feitos em baixo relevo, nos sulcos ficam depositados as tintas que ao serem pressionadas no papel formam o desenho. Cf. Instituto Moreira Salles. Glossário de Técnicas e Processos Gráficos e Fotográficos do Século XIX. Disponível em: <http://www.ims.com.br>. As xilogravuras no Brasil começaram a ser utilizadas de forma oficial a partir da instalação da Imprensa Régia, em 1808. Porém, ganharam notoriedade a partir do momento em que o processo de composição se aperfeiçoou, fazendo com que os periódicos passassem a utilizar cada vez mais essa ferramenta para atrair o público-leitor. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁵¹ *Correio do Norte*, n° 498, Manaus, 24 de julho de 1910.



Fonte: *Correio do Norte*, nº 516, 1910.

Em sua primeira e segunda fase, o jornal apresentou algumas colunas fixas nas duas primeiras páginas. Isto é, na capa do jornal, na primeira coluna, encontravam-se o editorial seguido de artigos de opinião. No primeiro, expressava-se a posição oficial do *Correio do Norte* sobre temas variados, principalmente sobre política ou a situação econômica do Estado. Já os artigos de opinião eram carregados de visões pessoais dos autores que os assinavam e sempre buscavam persuadir o leitor sob uma perspectiva particular.

Na coluna dedicada ao “Noticiário”, os assuntos veiculados eram variados. Nela, podemos encontrar informações sobre os principais acontecimentos da cidade, tais como as utilidades públicas, demissões e admissões, reclamações e denúncias sobre as condições de infraestrutura urbana, principalmente relacionados às ruas da capital amazonense, bem como a respeito do calçamento e abastecimento de água. Também havia informes sobre reuniões de associações e denúncias sobre atrasos de salários. Para citar um exemplo: “Até hontem ainda não haviam sido pagos os 100 operarios que trabalharam no Velódromo. Os pobres homens ainda hontem passearam a cidade em numeroso bando, com os estomagos cheios de fome e os olhos cheios de lagrimas”⁵².

Na seção intitulada “Gazetilha”, que noticiava acontecimentos em níveis regional, nacional e internacional, encontravam-se informações sobre avanços e descobertas científicas, progressos no tratamento de doenças, os principais fatos políticos na Europa e nos Estados Unidos, além de curiosidades, exposições artísticas e greves. Um exemplo disso foi a greve dos

⁵² *Correio do Norte*, nº 41, Manaus, 09 de março de 1906.

trabalhadores da limpeza pública do Amazonas, que, há nove meses, não recebiam pelos serviços prestados. Assim, no dia 24 de janeiro de 1906, o jornal denunciou o seguinte:

Greve - Os trabalhadores da limpeza publica, em avultado numero, resolveram hontem, a meia-noite fazer uma greve geral, pacifica, em virtude de não ter o contratante da limpeza publica, há já 9 mezes, pago os seus salários. Os pobres homens que com uma resignação evangelica e heroica, supportaram durante tantos mezes o trabalho do seu rude mister bem merecem que sobre elles recaia um pouco de misericordia, que se lhes não neguo a sua remmuneração já de si tão parca e que elles conquistam a custo de tantos esforços Já hoje é-lhes impossível continuar a trabalhar no serviço de limpeza pública, taes sao as dificuldades com que lutam. Achamos justíssima essa attitude dos pobres homens e para elles solicitamos as vistas dos que lhes podem minorar os soffrimentos⁵³.

Havia também a coluna: “Salas e Salões”, em que eram diariamente parabenizadas pessoas importantes e renomadas que moravam na cidade, geralmente políticos, coronéis e outros personagens influentes. Também eram divulgadas as datas de encontros políticos que aconteceriam na cidade e no interior do Estado. Publicavam ainda os eventos sociais que iriam ocorrer, como: os bailes, espetáculos teatrais, comemorações, quermesses e reuniões da alta sociedade, além de convocações de clubes e agremiações, entre outras solenidades. Para citar um exemplo:

Club internacional – Esta distincta e fidalga associação abriu, domingo ultimo, os seus salões, realizando uma das mais bellas festas a que n’estes últimos tempos temos assistido ali. (...) Parece que há signos de saudável revivencia dos bellos dias primitivos que este em que este club dava a nota da elegancia e do bom grado. A cargo dos directores João Hermes de Araujo e Raphael Machado, a soirée com que o Internacional deleitou seus socios e convidados excedeu a expectativa geral, muito embora grandes esforços houvesse a esperar dos dois incançaveis moços [...]⁵⁴.

A partir do número 140, já no segundo ano de publicação, a coluna passou a ser subdividida de acordo com o evento divulgado; assim, tínhamos festa, aniversários, visitas, viajantes, participação, nascimentos e consórcios. Cabe salientar que, por vezes, a publicação de “Salas e Salões” era veiculada na segunda página do jornal, isso ocorria quando o editorial, os artigos e noticiário eram extensos.

A primeira página se encerrava com poesias e poemas, na coluna “URNAS”. O jornal, desde seu primeiro número, comprometeu-se em fazer algo bem peculiar e muito bem elaborado

⁵³ *Correio do Norte*, n° 03, Manaus, 24 de janeiro de 1906.

⁵⁴ *Correio do Norte*, n° 02, Manaus 23 de janeiro de 1906.

para os seus leitores em relação ao seu núcleo literário. Dessa forma, as poesias ora eram elaboradas por colaboradores do jornal, ora eram transcritas de alguma personalidade em voga na literatura nacional ou internacional, no qual podemos destacar Celso Vieira e Olavo Bilac:

URNAS
OUVIR ESTRELLAS

- Ora (dizeis) ouvir estrellas! Certo
Perdeste o senso! - E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvil-as, muita vez desperto
E abro a janella, pallido do espanto...

E conversamos toda noite, enquanto
A via lactea, como um pallio aberto,
Scintilla. E, ao vir o sol, saudoso e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.

Dizeis agora: Tresloucado amigo!
Que conversas com ellas? Que sentido,
Tem o que dizem, quando estão contigo?

E eu vos direi: - Amai para entendel-as,
Pois só quem ama póde ter ouvido,
Capaz de ouvir e de entender estrellas

Olavo Bilac⁵⁵.

Na segunda página, o *Correio do Norte* frequentemente apresentava a coluna “Intendência Municipal”, que publicava intimações, requerimentos, decretos e despachos do município de Manaus.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL

Ordens e detalhes de serviço, de hontem, da Superintendencia Municipal:
O engenheiro chefe da 3ª secção mande, pela turma respectiva, fazer os reparos necessarios na depressao existente no calçamento da rua Marquez de Santa Cruz, defronte do predio n. 39.
O fiscal chefe faça cumprir com todo rigor o disposto do art. 15 do Cod. de Posturas com respeito a tapagem dos andames das obras em construcção, applicando aos infractores a competente multa⁵⁶.

Havia também a coluna: “A pedidos”, que se caracterizava como uma espécie de plataforma para os autores, geralmente composta por leitores, por meio da qual podiam se

⁵⁵ *Correio do Norte*, n° 183, Manaus, 22 de junho de 1909.

⁵⁶ *Correio do Norte*, n° 37, Manaus, 04 de março de 1906.

expressar de variadas maneiras. Isso incluía críticas a indivíduos ou instituições, bem como a defesa de acusações provenientes de outros cidadãos, ou até mesmo, de outras publicações.

Essa coluna é de suma importância na análise dos jornais, pois através dela podemos observar a interação dos leitores com o próprio jornal, haja vista que ali utilizavam aquela seção como um meio diversificado de expressão. Segundo Ana Luiza Martins, a coluna “A Pedido” emergiu como um elemento recorrente em vários jornais do país, ainda no início do século XIX, na qual a autora declarou o seguinte:

Curiosas e instigantes eram as seções “A Pedidos”, que mediante pagamento veiculavam reclamações dos leitores, de ordinário voltadas contra o governo. Sabe-se que mesmo não havendo encomenda de pedidos, os jornalistas se encarregavam de inventá-los⁵⁷.

Exemplar dessa situação é o caso de Miguel Tinoco, quando escreveu ao jornal *Correio do Norte* defendendo-se de uma publicação feita no jornal *Amazonas*, que o acusou de ter aceitado uma causa como advogado de Fernando Teixeira & Comp^a, no Alto Juruá, quando ainda ocupava cargo de Juiz de Comarca.

Em sua defesa, Tinoco publicou no *Correio do Norte* o decreto em que foi oficializado seu pedido de exoneração do referido cargo, em favor do 2º suplente, o Dr. Raymundo Sampaio, no dia 03 de janeiro de 1906, antes de firmar qualquer ajuste com os senhores da Fernando Teixeira & Comp^a, que foi firmado em 04 de janeiro de 1906. Assim, foi declarado na coluna “A Pedidos” o seguinte:

Faltou a verdade o «Amazonas» quando afirmou que tenho, no desempenho do meu dever profissional no Departamento do Alto Juruá, procurado me prevalecer do prestígio de um cargo de que estou exonerado pelo pedido que fiz, em face do disposto no art. 202 da Parte Primeira do Decreto n. 3084, de 5 de novembro de 1898. Felizmente o publico que lê o «Amazonas» me conhece bastante e sabe o quanto meu caráter está acima da torpe difamação do órgão dos desmandos administrativos do infeliz Estado de que tem o nome, e a custa de cujo Thesouro tem vivido clandestinamente sem a sciencia publicada da aos contribuintes. Abaixo a calúnia, abaixo os diffamadores mercenários⁵⁸.

Os textos publicados na coluna: “A Pedidos”, embora não fossem escritos pelos membros da equipe de redação, também representavam a orientação editorial do periódico. Isso

⁵⁷MOREL, Marco. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa no Brasil. In: NEVES, Lucia Maria B. P. (Org.). **Livros e Impresses**: retratos do setecentos ao oitocentos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

⁵⁸ *Correio do Norte*, nº 88. Manaus, 04 de maio de 1906.

ocorria devido à necessidade de aprovação prévia por parte do jornal para que esses textos fossem publicados, ou seja, apenas aqueles que estivessem alinhados às diretrizes editoriais do jornal eram selecionados para publicação. Portanto, tais publicações estavam sujeitas a passar pelo crivo do jornal, limitando assim seu conteúdo aos interesses e perspectivas dos seus redatores. Como resultado, as denúncias, solicitações de esclarecimentos, críticas e reclamações apresentadas nesse contexto não eram necessariamente manifestações desinteressadas, mas sim reflexos dos objetivos e posições defendidas pelo programa editorial dos jornais.

Outras colunas que compuseram a segunda página do jornal, como a “Indicações úteis”, já mencionada, além da divulgação de serviços das chamadas “profissões liberais”, possuíam o objetivo de destacar advogados, médicos, dentistas e tabeliões, como também anunciava o serviço de agências especializadas na venda e compra de propriedades, leilões, entre outros. Na parte inferior eram publicados os folhetins. E para encerrar, havia a coluna “Commercio”, composta das seguintes subseções: “Câmbio”, “Borracha”, “Movimento do Porto”, “Correio e Alfândega”.

A terceira e quarta páginas abrigavam, na maioria das publicações, a parte publicitária do jornal, que trazia novidades sobre os produtos comerciais recém-chegados, em especial oriundos do mundo europeu, revelando os traços dos desejos de europeização das elites amazonenses. Assim, havia um volume representativo de anúncios de grandes casas comerciais existentes na cidade, como: a “Armazem “Rosas””, de J.G. de Araújo; “Casa Boer Tabacaria e Charutaria”, “Booth Line”.

A questão do vestuário também estava muito presente nas propagandas. As imagens dos trajes tanto masculinos quanto femininos incentivavam e induziam a novas formas de se vestir, aproximando-se cada vez mais do modelo europeu. As propagandas de roupas, sapatos, chapéus, cintos, perfumes, eram veiculadas por estabelecimentos comerciais, como, por exemplo: a “Loja do Povo”, de Justino Lopes & C; “Parc Royal”, “Alfaiataria Duarte”, “Alfaiataria Americana”, de F. Pinto & Comp; e “Casa Mandarin”.

Imagem 2 – Jornal *Correio do Norte*: propagandas

Fonte: *Correio do Norte*, nº203, 1909.

Fonte: *Correio do Norte*, nº 255, 1909.

Havia ainda muitos anúncios de natureza farmacêutica, remédios e xaropes produzidos pela medicina da época, como: as “Pílulas Purgativas Le Roy”, “Pilulas de Velame”, “Pílulas Rosadas do Dr. Williams”, “Pílulas Americana”, “Purgativo Julien”. Elixires como: “Elixir Mururé”, “Elixir de Formiato de Sódio” e “Elixir de Nogueira”.

Imagem 3 – Jornal *Correio do Norte*: anúncios de natureza farmacêutica

Fonte: *Correio do Norte*, nº 89, 1906.

Fonte: *Correio do Norte*, nº 1909, 1906.

O jornal *Correio do Norte* reflete e reforça a afirmativa de Edinea Mascarenhas Dias quando a autora comentou sobre esses anúncios de leilões, consultórios odontológicos, advogados, lojas de confecções, alfaiataria, compra e venda, que tomavam conta das páginas dos principais periódicos locais, mais precisamente, as últimas do periódico mencionado.

A cidade apresenta a parti de 1900, um grande movimento. Os jornais estampam os mais diferentes anúncios: é o guarda-livros, oferecendo os seus serviços; o afinador e consertador de piano da mais moderna marca; intérprete de comércio; o leiloeiro, o avaliador, o corretor, o despachante e ao alfaiate cortador de tecido estrangeiro. Grandes fortunas pessoais foram acumuladas no processo de transformação da estrutura urbana de Manaus⁵⁹.

Cabe ressaltar que o jornal, no seu 19º exemplar, lançou uma edição extraordinária, contendo 6 páginas, sendo 4 de publicidade, o que evidenciava seu papel de destaque na promoção de novas formas de vida, hábitos, lazer e produtos, isto é: “Os anúncios iriam atender e estimular o consumo da classe média emergente e da Elite, dispostos a folhear as páginas dos periódicos, ávidos por novos produtos trazidos pela industrialização e a urbanização” (Eleutério, 2013, p. 94).

A partir do número 20, os anúncios passaram a ser distribuídos pelo corpo do jornal, atrelados às notícias e aos artigos, algo tão forte que se tornou a sua presença de suma importância para manutenção e sobrevivência do periódico.

Nesse cenário, a primeira fase do jornal encerrou-se em julho de 1906, após sua redação ser empastelada⁶⁰. Mais tarde, o jornal voltou a ser publicado em 1909 e, nesse período de transição para uma segunda fase, não observamos grandes mudanças em relação ao seu aspecto estrutural, permanecendo com o mesmo preço de assinatura. Além disso, permaneceu ainda com quatro páginas e sete colunas. Todavia, uma novidade foi a publicação do folhetim no rodapé da primeira página do jornal, anteriormente veiculado na segunda página. O corpo editorial também permaneceu e o jornal continuou atrelado ao Partido Revisionista do Amazonas.

⁵⁹ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 189,0-1920. 3ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 39-40

⁶⁰ O empastelamento sofrido pelo *Correio do Norte*, ainda em seu primeiro ano de publicação, será discutido de maneira mais específica no capítulo 3, no subtópico que trata sobre o pleito de 1906, no qual as tensões entre os grupos oligárquicos da situação e o jornal se acirraram. Decorrer da Dissertação.

1.4 Nos bastidores da redação: redatores, dirigentes e colaboradores

Ser repórter e ser redator é, sobretudo, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita "cavar" um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia.

Marialva Barbosa.

Investigar a trajetória de um periódico é também conhecer seus redatores, dirigentes e colaboradores. Algumas dessas pessoas que fizeram parte da primeira e segunda fases do jornal vieram de outras cidades e frequentaram a faculdade de direito ou de medicina. Eles utilizaram o campo da imprensa como plataforma estratégica para alcançar posições políticas proeminentes ou atingir estabilidade financeira, no qual o envolvimento na burocracia estatal era uma extensão natural desse processo⁶¹.

Nesse cenário, de acordo com Maria Luiza Ugarte Pinheiro, no final do século XIX e início do século XX, a intelectualidade amazonense alcançou notoriedade e respeitabilidade dentro da sociedade local, por meio das páginas da imprensa local, haja vista que desempenhou papel de destaque na divulgação de suas produções e pensamentos⁶².

Esses profissionais, independentemente de sua função específica dentro do jornal *Correio do Norte*, passaram a estabelecer alianças estratégicas, utilizando o espaço da imprensa como instrumento propagador de suas ideias e da classe ao qual pertenciam. Nesse contexto, aproveitavam o capital simbólico que a formação acadêmica lhes conferia. Desse modo, atuar no âmbito do jornalismo proporcionava a esses indivíduos uma condição privilegiada, o que lhes permitia atuar com influência dentro da política e da sociedade amazonense.

Ainda nesse cenário, as observações de Marialva Barbosa lançam luz sobre a dinâmica intrincada que permeava a interação entre a imprensa, a intelectualidade e o cenário político na região:

Ficção e realidade se misturam no início da República. Tanto num domínio, como no outro, a evidência de que os jornalistas – dirigentes ou não – possuem um capital simbólico suficientemente expressivo para participar do jogo de poder. O jornalista como produtor de bens simbólicos encarna a pessoa do “criador”, produzindo uma originalidade que enfoca principalmente a vida social. Produtor de mensagens para a

⁶¹ BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio**: Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 63

⁶² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte – Letramento e periodismo no Amazonas (1980–1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015, p. 99

“pessoa do leitor”, transforma-se num verdadeiro formador de conceitos, normas e padrões permitidos e cuja vulgarização é necessária⁶³.

É necessário realizar, portanto, uma breve análise da trajetória dos profissionais que se destacaram nos três primeiros anos de publicação do *Correio do Norte*, no qual o jornal permaneceu atrelado diretamente ao Partido Revisionista do Amazonas, ou seja, 1906, 1909 e 1910. Essa análise permitirá identificar características comuns entre esses profissionais e definir suas posições na estrutura social.

Nesse sentido, em 1906, atuaram diretamente como redatores: Adriano Jorge e Heliodoro Balbi, Antônio Costa Lima e Olympio Soares como gerentes. Oswaldo Baptista como colaborador. Em 1909, os redatores permaneceram os mesmos. No entanto, Jeremias dos Santos Jacintho assumiu como diretor e proprietário. Já no ano de 1910, o jornal passou a ser dirigido por José Francisco Soares Sobrinho.

Quanto a Adriano Augusto de Araújo Jorge, ele nasceu em 20 de agosto de 1879, em Maceió, capital de Alagoas. Filho de Adriano Jorge e de Aristéa de Araújo Jorge, casou-se com Laura Tapajós de Alencar e teve um filho, o Rui Adriano. Após ser diplomado como médico na Faculdade de Medicina da Bahia, dirigiu-se para o Amazonas, onde exerceu atividades na área da Medicina, com consultório localizado à avenida Eduardo Ribeiro, no qual, em muitos atendimentos, poucos pagavam pela consulta, o que acabou lhe conferindo a alcunha de médico dos pobres⁶⁴.

Pouco tempo depois de chegar à capital amazonense, foi iniciado na Loja “Conciliação Amazonense”. Nos anos de 1904-1905, ocupou os cargos de 2º e 1º vigilante, considerados de alta importância dentro da Maçonaria. Também foi filiado às Lojas “Rio Negro” e “Fraternidade Amazonense”⁶⁵. Além disso, integrou o grupo de fundação do Ideal Clube⁶⁶, que se realizou no dia 06 de junho de 1903, na rua Dr. Moreira, nº 11, endereço de residência do coronel José Gonçalves Dias.

Em 1904, na eleição da segunda diretoria do Clube, ocupou o cargo de 1º secretário da Assembleia Geral. No ano seguinte, passou a ocupar a função de orador oficial do Clube,

⁶³ BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio**: Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 73

⁶⁴ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro, Conquista, 1973, p. 29-31

⁶⁵ BRAGA, Robério. **Adriano Jorge – Forte como a morte**. Manaus: Reggo; Nova Métrica, 2015.

⁶⁶ Segundo a historiadora Kívia Pereira, o Ideal Club se tornou em um dos principais clubes sociais da cidade de Manaus, atendendo aos gostos da alta sociedade, o que incluía políticos e comerciantes locais, haja vista que promovia saraus de danças e literários, o que lhe constituiu como importante espaço de sociabilidade das elites locais. In: PEREIRA, Kívia Mirrana de Souza. **As elites se divertem**: sociabilidades, identidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2021.

permanecendo no cargo até meados de 1909. O discurso proferido em solenidade oficial a 6 de junho de 1905 rendeu-lhe alguns registros na imprensa local, como noticiado pelo *Jornal do Comércio* e o jornal *Amazonas*, respectivamente:

O discurso do orador oficial Dr. Adriano Jorge foi eloquente e adequado à solenidade, merecendo de todos os mais francos elogios⁶⁷

O orador da solenidade, Sr. Dr. Adriano Jorge, pronunciou belo e eloquente discurso lembrando as lutas de um punhado de moços em prol da associação e a crescente prosperidade da mesma, apesar do desânimo geral da época que atravessamos. O orador foi verdadeiramente feliz em todo o correr do seu discurso, merecendo gerais e prolongados aplausos dos seus assistentes.⁶⁸

Na imprensa, atuou como jornalista, editor e redator. Ainda como membro do Ideal Club, Adriano Jorge participou ativamente nas publicações de vários artigos no *Jornal Ideal*⁶⁹. Como colaborador no jornal *Tribuna do Caixeiro*⁷⁰, publicou diversas crônicas, no qual tratou dos mais diversos assuntos, como a Constituição de 1891, a conferência de Virgílio Barbosa sobre a Constituição de 1891, política internacional, a Assembleia Literária de Manaus, entre outras. Além disso, como colaborador na *Revista Redenção*⁷¹, continuou a defender a revisão da Constituição de 1891, ocasião em que publicou artigo intitulado: *O Revisionismo*:

Não são pois as liberdades e franquias, outorgadas ao povo brasileiro pela Constituição Federal que nós, os revisionistas, queremos suprimidas ou atenuados, visto que nunca, até hoje, tivemos nós os do povo, a experiência dessas franquias e liberdades, a realização dessas franquias, pelo cerceamento da faculdade de fazer mal, de que tanto têm abusado as classes dirigentes, neste país; pela decretação, no próprio seio da Constituição reformada, dos meios compulsórios, dos recursos coercitivos, dos primeiros frenadores, por força dos quais se impossibilitem as manobras dos exploradores e dos burlões.

(...) Queremos um regime constitucional sem representações servis, sem administrações irresponsáveis, sem latrocínios impunes.⁷²

⁶⁷ BRAGA, Genesino. **Assim nasceu o Ideal Clube**. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.

⁶⁸ BRAGA, Genesino. **Assim nasceu o Ideal Clube**. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.

⁶⁹ O *Jornal Ideal* foi criado em 1904 com intuito de enaltecer a agremiação que levava o mesmo nome e para incentivar o associativismo, mantendo os sócios informados sobre as atividades realizadas pelo clube. Ver: PEREIRA, Kívia Mirrana de Souza. **As elites se divertem: sociabilidades, identidades e associativismo no Ideal Clube** (Manaus, 1903-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2021, p. 96

⁷⁰ A primeira edição do jornal *Tribuna do Caixeiro* surgiu em 21 de abril de 1908. A publicação era de trabalhadores do comércio. Circulava aos domingos, sendo editado na sede da AECA. De acordo com o acervo existente, o jornal circulou de abril de 1908 a novembro de 1909. Tinha o formato de 25,7 x 36,5 cm, possuindo três páginas e três colunas.

⁷¹ A *Revista Redenção*, de propriedade de Clovis Barbosa, teve duas fases distintas: a primeira de 1924-1927, tirando 14 números mais 2 edições especiais; e a segunda, de 1931-1932, com 32 números e um suplemento especial.

⁷² *Revista Redenção*. Edição nº 1. Manaus, novembro de 1924.

Na política, foi candidato a deputado estadual (1910-1913) e candidato a deputado federal (1912). Foi eleito vereador para compor a legislatura de 1947 a 1952 e, na mesma ocasião, tornou-se o primeiro presidente da Câmara Municipal de Manaus, mas seu mandato foi interrompido com sua morte em novembro de 1948. Também foi um dos fundadores da Sociedade de Homens de Letras⁷³, tornando-se o primeiro presidente em janeiro de 1918.

Pode-se observar que Adriano Jorge desfrutou de uma notável influência na imprensa amazonense. Como médico, jornalista, sócio fundador de clubes associativos ou exercendo a função pública, Adriano Jorge usufruiu dessas condições para alcançar ascensão política como vereador na sociedade amazonense. Conforme indicado por Marialva Barbosa, ser proprietário do jornal não era o ponto culminante na carreira dos dirigentes de jornais, mas um estágio anterior ao ingresso efetivo na política ou na diplomacia⁷⁴.

Por sua vez, Heliodoro Balbi, que nasceu no dia 16 de fevereiro de 1876 em Manaus, capital do Amazonas, é filho de Nicolau Balbi e de Domiciana, bacharelou-se em direito em Recife, capital de Pernambuco, no ano de 1902. Ao regressar para o Amazonas, em junho de 1903, prestou concurso para a cátedra de Literatura do Ginásio Amazonense.⁷⁵ Balbi concorreu com o Dr. Adriano Jorge e Manoel de Bethencourt, obteve o primeiro lugar e foi nomeado, conforme noticiado pela imprensa da época:

Para effectivamente exercer o cargo de lente de litteratura do Gymnasio Amazonense, foi nomeado, em vista das provas de habilitação exhibidas em concurso, o dr. Heliodoro Balbi.⁷⁶

Hontem apresentou na directoria da Instrucção Publica, seu titulo de nomeação efectiva para o cargo de lente cathedratico de Litteratura dop Gymnasio Amazonense o dr. Heliodoro Balbi, assignando o respectivo termo de promessa⁷⁷.

Foi fundador e vice-presidente da Academia Amazonense de Letras. Também criou a disciplina Filosofia do Direito, na Universidade Livre de Manaus. Antes de desenvolver atividades jornalísticas no *Correio do Norte*, foi colaborador no *Jornal do Commercio*, fazendo da imprensa um espaço de eloquência em defesa dos seus posicionamentos políticos.

⁷³ Em 1920, a Sociedade de Homens de Letras teve sua nomenclatura modificada para Academia Amazonense de Letras.

⁷⁴ BARBOSA, Marialva Carlos. **Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 69

⁷⁵ DINIZ, Almir. **Acadêmicos: Imortais do Amazonas**; Dicionário Biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

⁷⁶ *Quo Vadis?*, n° 268, Manaus, 24 de janeiro de 1904.

⁷⁷ *Jornal do Commercio*, n° 45, Manaus, 23 de fevereiro de 1904.

Elegeu-se como Deputado Estadual e Deputado Federal. Neste último, após não ter seu diploma de Deputado Federal reconhecido no pleito de 30 de janeiro de 1906⁷⁸, protestou pessoalmente no Plenário da Câmara com ardoroso discurso, no qual atacou de forma feroz os adversários do Amazonas; mas, apesar disso, não obteve sucesso em tal empreitada. Após manobra política encabeçada por Pinheiro Machado, junto à Comissão de Poderes e oligarquias locais, foi diplomado em seu lugar Henrique Ferreira Penna de Azevedo⁷⁹.

Balbi faleceu em Rio Branco, capital do Estado do Acre em 1918. Dez anos após sua morte, teve seus restos mortais transladados para o Amazonas por iniciativa do sr. Dr. Hugo Carneiro, Governador do Acre. Segundo Mensagem do Governador do Amazonas para Assembleia, foi autorizado e empregado um crédito especial para a transladação dos despojos do Dr. Heliodoro Balbi, no valor de 1:850\$000, sendo recebido e sepultado em Manaus com muitas honrarias:

Levantados do sólo amigo, que por dez annos lhe deu carinhoso agasalho, na cidade do Rio Branco, os restos mortaes do grande e inesquecivel tribuno amazonense foram conduzidos, até bordo do navio que os devia trazer a esta Capital, por expressivo cortejo cívico, com o qual o povo acreano lhe quiz render o ultimo tributo de admiração, á hora da partida.

Pelo mesmo vapor, ainda por deferenciosa homenagem ao preclaro morto, tomou passagem o sr. dr.

Lopes de Aguiar, vice-governador e director da Instrue-ção do Território do Acre, encarregado de acompanhar a urna até este Estado.

Aqui, foram as cinzas de Heliodoro Balbi recebidas com as provas de veneração e respeito a que fez jús o illustre político e homem de letras, através de uma ex. tensa carreira de bons serviços, e dadas á sepultura.

no dia 6 de março ultimo.⁸⁰

Ademais, convém destacar que, durante seu primeiro ano de publicação, o *Correio do Norte* teve dois gerentes a frente do jornal. Primeiramente, Antônio Costa Lima esteve como gerente do primeiro ao décimo número de publicação. Segundo notícia veiculada no próprio jornal, seu afastamento do cargo se deu por motivos particulares, não constando a causa específica de sua saída, e sim por “se tratar de sérios entereesses particulares que reclamam toda a sua atividade, deixou a gerencia do Correio do Norte o sr. Antônio Costa Lima, a quem de publico agradecemos nos bons serviços prestados a este jornal” (*Correio do Norte*, nº 13, 1906).

⁷⁸ O pleito de 1906 e seus desdobramentos políticos serão analisados de maneira mais detalhadas no capítulo três desta dissertação, com sugestão de título: “O *Correio do Norte* e as disputas oligárquicas do Amazonas”.

⁷⁹BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro, Conquista, 1973, pp. 262-263

⁸⁰ Mensagem do Governador do Amazonas para Assembléia (AM), 3ª sessão ordinária da 13ª Legislatura. Disponível na Hemeroteca Digital.

Infelizmente, poucas informações foram encontradas a respeito de Antônio Costa Lima, somente que foi casado com dona Marcionilla Costa Lima com quem teve o filho Eduardo Costa Lima.

Com efeito, assumiu em seu lugar, Olympio Soares que, segundo informações obtidas na imprensa da época, foi coletor federal, atuando no município de Urucurituba. Olympio Soares permaneceu na gerência do *Correio do Norte* até sua última publicação de 1906.

Havia também outros profissionais que atuavam no *Correio do Norte* e foram os colaboradores que, de modo geral, compuseram a elite do Amazonas e escreveram artigos no jornal, com certa frequência, e de acordo com as ideias do corpo editorial. Podemos citar Gerson Messias Côrrea (agrimensor) e José Caribé, que assinaram diversos artigos sobre agricultura.

Cabe destacar a atuação de Oswaldo Baptista. Foi filho de Virginia Barrozo Baptista e o Sr. Luiz Anselmo Baptista. Foi colaborador no Jornal *Correio do Norte* até 3 de julho de 1906, quando a redação do jornal foi cercada e alvejada, supostamente sob ordens de Constantino Nery que, à época, ocupava o cargo de governador do Amazonas. Na ocasião, Oswaldo Baptista morreu na redação do jornal.

O *Correio do Norte* só voltou a circular em Manaus em 1909. Na época, foi aberta uma subscrição para arrecadar recursos financeiros com objetivo de construir um mausoléu em homenagem ao colaborador. A campanha durou cerca de 15 meses, abrangendo 122 edições, que teve início em 02 de junho de 1909 e concluída em 08 de setembro de 1910. Durante aquele período foi obtido o montante de 1.152\$000 contos de réis.

O mausoléu de Oswaldo Baptista

Um appelo ao publico

O Correio do Norte quer fazer construir um mausoléu, aonde irão repousar os despojos de Oswaldo Baptista, o moço trabalhador e honesto que os faccinoras do sr. Constantino Nery traiçoeiramente trucidaram na redação deste jornal, na tarde de 3 de julho de 1906.

Quer, porem, que esse monumento, modesto mais significativo, seja a expressão da commovida piedade do povo desta terra, cuja grande alma generosa e justiceira soube profundamente lamentar essa desgraça e soube amargamente verberar esse crime.

Fazemos, pois, d'aqui um apelo a todos aquelles que, no Amazonas, ainda tem coração para comover-se e ainda tem consciência para indignar-se⁸¹.

Durante todo período de circulação do *Correio do Norte*, Oswaldo Baptista foi lembrado e homenageado nas páginas do jornal, e sempre se enfatizava as condições tiranas em que ocorrera a morte do colaborador.

⁸¹ *Correio do Norte*, n° 140, Manaus, 02 de junho de 1909.

Já Jeremias dos Santos Jacintho assumiu a direção do *Correio do Norte* em 1909. Segundo informações obtidas através dos jornais da época, foi Secretário da Intendência Municipal de Manaus. Foi membro do Diretório do Partido Revisionista do Amazonas, pelo qual concorreu ao cargo de representação estadual nas eleições de novembro do mesmo ano.

Em 1910, a direção do periódico passou por mais uma mudança, assumindo para o cargo José Francisco Soares Sobrinho. A partir de notas encontradas na imprensa, verificamos que José Soares atuou como tesoureiro da Alfândega de Manaus, sendo nomeado em 1898⁸². Também foi redator-chefe do jornal *Evolução*, que defendia ideias republicanas e deixou de ser publicado meses antes da proclamação.

Além disso, compunha o diretório do Partido Republicano, no qual concorreu ao pleito de 1903-1905 para os cargos de renovação do terço do Senado, Vice-presidente da República e Deputado Federal. Ademais, atuou como encarregado do Segundo Posto Fiscal do Departamento do Alto Juruá e como despachante da Alfândega.

Nessa primeira e segunda fases do jornal podemos observar algumas características entre os profissionais que desempenhavam suas funções no jornal *Correio do Norte*; em geral, eram pessoas que faziam parte da elite da sociedade amazonense e possuíam curso superior, seja na área da Saúde ou do Direito e, para além de suas atividades vinculadas à imprensa, simultaneamente ocupavam cargos no setor público ou se dedicavam à esfera política.

Em suma, esses profissionais não apenas alçaram reconhecimento, mas também integraram a elite intelectual da época. As características identificadas nesse periódico em análise, assemelham-se, de maneira notável, às investigadas pela professora Marialva Barbosa nos periódicos do Rio de Janeiro. Desse modo, tais características não são únicas ao *Correio do Norte*; ao contrário, devem ser tomadas como componentes de um processo mais amplo que qual a imprensa nacional atravessava.

1.5 O *Correio do Norte* e a causa revisionista

A constituição de um Estado ostenta uma natureza ambígua, uma vez que é influenciada pela realidade social, ao mesmo tempo em que exerce a regulação sobre essa realidade. Nesse cenário, a carta constitucional emerge como resultado da dinâmica social e como agente de transformação desta.

⁸² *Jornal do Brasil*, nº 77, Rio de Janeiro, 18 de março de 1898.

Segundo Konrad Hesse, a Constituição transcende a mera normatividade e não se reduz a um simples reflexo das condições sociopolíticas e econômicas. Conforme destacado pelo autor, a Constituição não se limita a ser meramente a expressão de uma realidade existente, mas constitui igualmente um imperativo de "dever ser".⁸³ Nesse sentido, a Constituição não representa apenas o estado atual das coisas, funcionando como um espelho da realidade social, mas também encapsula o ideal do que deveria ser, delineando a aspiração de cumpri-la e alcançar a realidade por ela proposta.

Uma Constituição deve evitar ser rígida a ponto que se torne imune a adaptações, de modo a evitar que seja ultrapassada ou incompatível com a realidade social. Simultaneamente, é imperativo que não se submeta a alterações frequentes, a fim de evitar a transformação em objeto de curto prazo e a subsequente descredibilização por parte da sociedade e das instituições. Nesse contexto, ao formular o artigo 90⁸⁴, o legislador constituinte originário assegurou a viabilidade da reforma constitucional, preservando a rigidez e a prudência inerentes a esse processo. Com exceção de questões relacionadas a "projetos tendentes a abolir a forma republicano-federativa, ou a igualdade da representação dos Estados no Senado", todas as matérias foram designadas como passíveis de revisão.

Assim que promulgada a constituição de 1891, logo teve início a campanha revisionista do texto adotado. Uma das primeiras manifestações nesse sentido ocorreu na 60ª sessão do Congresso Nacional Constituinte, quando antes mesmo da assinatura da nova Carta, o Deputado Constituinte de Goiás, Leopoldo de Bulhões⁸⁵ proferiu a seguinte fala:

⁸³ HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1991, p.24

⁸⁴ Art. 90 – A Constituição poderá ser reformada, por iniciativa do Congresso Nacional ou das Assembleias dos Estados.

§ 1º - Considerar-se-á proposta a reforma, quando, sendo apresentada por uma quarta parte, pelo menos, dos membros de qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, for aceita em três discussões, por dois terços dos votos em uma e em outra Câmara, ou quando for solicitada por dois terços dos Estados, no decurso de um ano, representado cada Estado pela maioria de votos de sua Assembleia.

§ 2º - Essa proposta dar-se-á por aprovada, se no ano seguinte o for, mediante três discussões, por maioria de dois terços dos votos nas duas Câmaras do Congresso.

§ 3º - A proposta aprovada publicar-se-á com as assinaturas dos Presidentes e Secretários das duas Câmaras, incorporar-se-á à Constituição, como parte integrante dela.

§ 4º - Não poderão ser admitidos como objeto de deliberação, no Congresso, projetos tendentes a abolir a forma republicano-federativa, ou a igualdade da representação dos Estados no Senado (BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em 22 de agosto de 2023.

⁸⁵ José Leopoldo de Bulhões Jardim nasceu na cidade de Goiás-GO em 1856. Tornou-se uma figura política de renome tanto no estado natal, quanto no âmbito nacional. Foi deputado constituinte e senador. Também foi diretor do Banco do Brasil e, por duas vezes, Ministro da Fazenda. Morreu em Petrópolis no dia 15 de dezembro de 1928. (MELO, de Demian; SATEMY, Adrianna. Leopoldo Bulhões. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Editora FGV, 2015. pp. 1480-1487).

Por isso eu disse e repito: ela (a Constituição) não pode satisfazer a este País e sinto profundamente que antes de assina-la, me veja forçado a declarar a V. Ex^a que ela carece de revisão. A revisão será mais breve do que se suspeita, consagrando a liberdade bancária, a liberdade de navegação de costeagem, a incompatibilidade absoluta de cargos, a discriminação real e completa das rendas e, antes de tudo e sobretudo, a liberdade de legislação, isto é, o direito de cada Estado decretar as suas leis civis, comerciais e criminais, princípio este que foi, ontem, sumariamente executado nesta Casa⁸⁶.

Apesar da fala de Bulhões apontar para uma reforma nas cláusulas financeiras da Constituição, no transcorrer dos anos da Primeira República, foram cogitadas diversas propostas que pleiteavam uma reforma da Constituição que pudesse atender, de maneira efetiva, alguns interesses políticos alinhados à nova administração nacional. Tais ideias foram largamente debatidas e divulgadas em programas partidários e pela imprensa da época.

No ano de 1892, Silveira Martins⁸⁷, recém-retornado do exílio na Europa, concebeu o projeto pioneiro caracterizado pelo ideal revisionista da Primeira República⁸⁸. A proposta central consistia na implementação do regime parlamentarista. A partir de tal proposição, Martins conseguiu significativo apoio, congregando um contingente considerável de indivíduos em torno dessa iniciativa e de um novo partido, o Partido Federalista. Contudo, o projeto eventualmente abandonou sua orientação revisionista, direcionando-se à análise da realidade específica do Rio Grande do Sul e aos conflitos políticos regionais precedentes à Revolução Federalista⁸⁹.

Diversos intelectuais do século XIX, além de Silveira Martins, desempenharam papéis significativos ao proferir críticas ao texto constitucional. Em 1893, Assis Brasil⁹⁰ enfatizou a

⁸⁶ Anais da 60ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891. <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-ac1891-rgpb-ans-65-1062> Acesso em 22 de agosto de 2023.

⁸⁷ Gaspar da Silveira Martins nasceu em Cerro Largo, República Oriental do Uruguai em 1834. Bacharelou-se pela faculdade de Direito de São Paulo em 1855. Ao longo de sua vida, construiu sólida carreira política, atuando como deputado provincial, ministro da fazenda e senador. Inimigo declarado do Marechal Deodoro da Fonseca, exilou-se na Europa pós Proclamação da República. Ao retornar para Brasil em janeiro de 1892, buscou restabelecer seu poder político no Rio Grande do Sul. Este, desde a proclamação, encontrava-se sob influência do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Os embates em torno do poder entre os representantes do PRR, principalmente Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, e os representantes do Partido Federalista, principalmente Silveira Martins, gerou a Revolução Federalista. O conflito se encerrou com a concretização do poder dos castilhistas. Assim, Silveira Martins partiu para o exílio no Uruguai, onde faleceu em 23 de julho de 1901 (LUNA, Cristina. Silveira Martins. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930. Editora FGV, 2015. pp. 5547-5555)

⁸⁸ NUNES, José de Castro. **A Jornada Revisionista: os rumos, as ideias, o ambiente.** Rio de Janeiro: Pap. Almeida Marques & C, 1924, p.16

⁸⁹ FERTIG, André; ROUSTON JUNIOR, Eduardo. O Partido Federalista na Assembleia dos Representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). **Caderno de Pesquisa do CDHIS.** Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, p.528

⁹⁰ Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu na estância de São Gonçalo, São Gabriel (RS), em 1857. Em 1885, foi eleito deputado provincial, tornando-se o primeiro representante republicano a obter cadeira de deputado, pelo pequeno Partido Republicano Rio-Grandense. Na República, obteve projeção na política e na carreira diplomática.

imperatividade de um debate concernente à Reforma Constitucional. Eduardo Prado⁹¹, monarquista, interpelou a restrição constitucional à apresentação de propostas que visavam a abolição da forma republicana. No ano de 1899, Alfredo Varela⁹² argumentou que a causa da contínua instabilidade do regime residia na não observância das tradições nacionais por parte dos constituintes, sustentando assim, a indispensabilidade da reforma para alinhar a Constituição a tais tradições⁹³.

A partir do segundo semestre de 1899, o chamado Partido Revisionista, foi organizado pelo ex-presidente Prudente de Moraes, em São Paulo e, aparentemente, inspirado na recomendação do então senador Rui Barbosa sobre a "necessidade de apertar os laços da federação que os Estados, movendo-se com extraordinária independência, [estavam] anulando"⁹⁴. O programa dessa legenda foi publicado em 1901 e visava suprimir o cargo de vice-presidente e tornar a eleição para presidente indireta, realizada pelo Congresso. Também propôs a reforma dos casos em que o governo central poderia intervir nos Estados, isto é: a faculdade de o Poder Executivo prorrogar leis anuais e a reforma eleitoral e a presença de ministros no Congresso, entre outros tópicos⁹⁵.

Foi deputado constituinte, deputado federal, ministro da agricultura, embaixador na Argentina, Portugal e nos Estados Unidos da América. Após desentendimento com Júlio de Castilhos, tornou-se seu opositor direto e de Borges de Medeiros. Estes embates pelo poder local culminaram na Revolução de 1923, no qual partidários de Assis Brasil e de Borges de Medeiros se enfrentaram. Veio a falecer em Pinheiro Machado (RS), em 1938. (MOREIRA, Regina da Luz. Assis Brasil. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Editora FGV, 2015, p. 1378-1421).

⁹¹ Eduardo Paulo da Silva Prado nasceu na cidade de São Paulo em 1860. Membro de uma das mais importantes famílias paulistas, atuou na embaixada estadunidense, como jornalista e escritor. Defensor ferrenho da monarquia e antirrepublicano, foi sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, na seção de São Paulo e membro da Associação Brasileira de Letras. Morreu na cidade de São Paulo em 1901. Ver em: SILVA, Beatriz Coelho. **Eduardo Prado**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Eduardo.pdf> Acesso em: 27 de outubro de 2023.

⁹² Alfredo Augusto Varela de Vilares nasceu em Jaguarão (RS), em 1864. Formou-se bacharel em Direito em Recife no ano de 1889. Foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul, professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, historiador e cônsul do Brasil na Espanha (1908), Japão (1910), Portugal (1914) e Itália (1914). Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e coronel honorário do Exército. Na imprensa, atuou como diretor e colaborador em diversos jornais, como *A Federação*, *Diário da Tarde*, *Comércio do Brasil* e *Folha Nova*. Morreu na cidade do Rio de Janeiro em 1943. Ver em: LOPES, Raimundo Hélio; NOLL, Izabel. **Alfredo Varela**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VARELA,%20Alfredo.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

⁹³ JUNQUEIRA, Maria Olívia Pessoni. **Discurso e Política Constitucional**: a reforma constitucional na doutrina brasileira da Primeira República. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Estado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p.54-55

⁹⁴ *Jornal Pequeno*, n° 20, Recife, 16 de agosto de 1899.

⁹⁵ *Diário de Pernambuco*, n° 165, 07/11/1901, p.1. Há registros da fundação de uma célula do Partido Revisionista no Recife em meados de 1899 (*Jornal Pequeno*, Edição n. 19, 14/08/1899, p. 2), cujo programa foi divulgado em 1903 (*Diário de Pernambuco*, Edição n. 214, 24/09/1903, p. 1).

A campanha foi ganhando corpo e, de acordo com os apontamentos de Jaqueline Zulini, células do Partido Revisionista foram fundadas em vários estados⁹⁶. À título de exemplo, as notícias veiculadas pelo *Jornal Pequeno* sobre a criação do Partido Revisionista no ano de 1899, em Sergipe, mostraram que a ideia da revisão constitucional foi ganhando terreno entre os republicanos:

Partido Revisionista – Sob os auspícios dos Srs. Padre Olympio de Campos e Dr. Martinho Garcez acaba de fundar-se em Sergipe um partido revisionista. E’ a primeira pedra assentada para a realização do plano combinado pelos Srs. Prudente, Rosas e Vianna.⁹⁷

PARTIDO REVISIONISTA

Ha dias chegoou-nos a noticia de que o Sr. Dr. Prudente de Moraes havia levantado a bandeira da revisão constitucional, partido que, entre outros, adherira o Sr. Dr, Rosa e Silva.

Agora diz-nos telegramma dos mais recentes que, em Sergipe, sob os auspícios dos Srs. Padre Olympio de Campos e Dr. Martinho Garcez, acaba de fundar-se um outro partido igualmente revisionista.

Pelo que parece, a idea, aliás levantada pelo eminente Sr. Dr. Ruy Barbosa, ganha terreno, fazendo proselytos entre os homens de todos os grupos que hoje constituem os republicanos historicos, os republicanos adhesistas, os republicanos federaes, os republicanos concentrados, e toda casta de republicanos passados, presentes e futuros⁹⁸.

Nos primeiros anos do século XX, mesmo sob a presidência do republicano e antirrevisionista Campos Sales, emergiu a manifestação da primeira dissidência paulista, a qual reconheceu a imperatividade de reforma da Constituição de 1891.

Ademais, em 1901, foi publicado por Alberto Sales⁹⁹, no *O Estado de São Paulo*, o artigo intitulado: “Balanço Político: necessidade de uma reforma constitucional”. No texto, ficou claro a indispensabilidade de uma revisão constitucional defendida pelo autor¹⁰⁰. Nos anos subsequentes, destacaram-se os projetos revisionistas propostos pela Câmara Municipal de Petrópolis e pelo senador Paulo Egydio junto ao Congresso Legislativo do Estado de São

⁹⁶ ZULINI, J.P. **Modos do bom governo na Primeira República brasileira**: o papel do parlamento no regime de 1889-1930. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. Faculdade São Paulo, 2016.

⁹⁷ *Jornal Pequeno*, n°19, Recife, 15 de agosto de 1899.

⁹⁸ *Jornal Pequeno*, n°20, Recife, 16 de agosto de 1899.

⁹⁹ João Alberto Sales nasceu em Campinas (SP) em 1855. Irmão de Campos Sales, que foi Presidente da República entre os anos de 1898 a 1902. Estudou nos Estados Unidos, onde teve contato com as ideias federalistas e republicanas. Fez parte de alguns jornais, como: *O Federalista*, *A República* e *A Província de São Paulo*. Foi deputado federal entre 1892 e 1893. Faleceu em 1904 em Monte Alto (SP) (DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. João Alberto Sales. In: **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República 1889-1930**. Editora FGV, 2015, p. 7961-7966).

¹⁰⁰ JUNQUEIRA, Maria Olívia Pessoni. **Discurso e Política Constitucional**: a reforma constitucional na doutrina brasileira da Primeira República. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Estado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p.55

Paulo¹⁰¹. No ano de 1908, o líder do Partido Republicano Democrático, Assis Brasil, reassumiu a temática da revisão em seu pronunciamento, intitulado: "Dictadura, Parlamentarismo, Democracia"¹⁰².

Embora haja um número significativo de obras nas primeiras décadas do século XX, destaca-se que o discurso revisionista mais significativo ocorreu em 1910, sob a autoria de Rui Barbosa. No contexto de campanha eleitoral, o escopo do Projeto da Campanha Civilista revelou-se abrangente, almejando uma reforma constitucional em múltiplos aspectos sensíveis, tais como: imigração, voto secreto, sistema eleitoral e educação¹⁰³.

Diante dessa observação, é pertinente observar que, na concepção de Rui Barbosa, a reforma não era concebida para restringir a constituição, como preconizava Campos Sales, mas sim para preservá-la¹⁰⁴. Segundo a análise de Castro Nunes, o programa proposto por Rui Barbosa destacava-se como o menos radical até então apresentado, conferindo-lhe uma viabilidade política superior¹⁰⁵. Também nesse período, o senador paraense Lauro Sodré (1858-1944) destacou que o revisionismo serviria para estimular o debate sobre a mudança no modelo federativo e republicano de governo¹⁰⁶.

No Amazonas, o primeiro convite feito à sociedade amazonense a respeito do núcleo político que estava se consolidando em torno das ideias revisionistas, foi publicado no *Jornal do Commercio* e assinado por nomes como Adriano Jorge e Heliodoro Balbi, que se tornariam, em 1906, nos principais redatores do *Correio do Norte*.

Reunião política

Os abaixo assignados convidam o povo amazonense, representado em todas as suas classes, especialmente pelo commercio, pelas classes liberaes e mecanicas, para o fim de participarem da fundação de um nucleo politico, que tem como programa a revisão do Estatuto Constitucional de 24 de fevereiro de 1891, obedecendo a orientação política do eminente Senador Lauro Sodré.

A reunião para o dito fim realizar-á domingo, 30 do corrente, ás 7 horas da noite no Centro Operário de Manáos.

¹⁰¹ LEAL, Aurelino. **História constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014, p. 245

¹⁰² NUNES, José de Castro. **A Jornada Revisionista**: os rumos, as ideias, o ambiente. Rio de Janeiro: Pap. Almeida Marques & C, 1924, p.16

¹⁰³ CARONE, Edgar. **A República Velha**: evolução política. Coleção "Corpo e Alma do Brasil". Editora Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1974, p. 246

¹⁰⁴ JUNQUEIRA, Maria Olívia Pessoni. **Discurso e Política Constitucional**: a reforma constitucional na doutrina brasileira da Primeira República. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Estado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 58

¹⁰⁵ NUNES, José de Castro. **A Jornada Revisionista**: os rumos, as ideias, o ambiente. Rio de Janeiro: Pap. Almeida Marques & C, 1924, p.16

¹⁰⁶ ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Editora FGV, 2015.

Manaós, de julho de 1905.

José Francisco Soares Sobrinho, Alvaro de Castro Gonçalves, Heliodoro Balbi, Joaquim F. de Paula, Adriano Jorge, Americo Lages Rebello, José B. Ribeiro de Souza, Domingos Alves de Souza, Heraclito Gurjão, José Francisco Ribeiro, Alcides Bahia, Joaquim Freire da Silva, José d'Albuquerque Andrade Lima, Manoel Bentes de Souza, Ananias Reis, Robem José de Almeida, José Caribé da Rocha, Bernadino Paxe, Vito Barbosa e Francisco Nogueira de Souza¹⁰⁷.

As reuniões do diretório provisório ocorriam na casa do Dr. Álvaro de Gonçalves e foram amplamente divulgadas na imprensa, principalmente nas páginas do *Jornal do Commercio* que, naquele momento, atuou de maneira cooperativa com os revisionistas.

Durante todo o mês de agosto de 1905, houve uma intensa campanha, que convidava amigos e correligionários, para assinarem a lista geral de adesão ao partido, tudo isso com o intuito de garantir o direito de voto na eleição do diretório definitivo.

Partido revisionista

Domingo, 27 do corrente

O directório do partido revisionista convida os seus correligionários e amigos para assignarem a lista geral de adhesão ao mesmo partido. Esta é encontrada à avenida Eduardo Ribeiro n. 25, 1.º andar, consultório do dr. Álvaro Gonçalves, que pode ser procurado para tal fim. Previne-se que todos aquelles que não tiverem assinado a referida lista até o dia 26 do corrente, não terão direito de voto para a constituição do directório do mesmo partido, o que se effectuará no dia 27 do corrente mez, às 3 horas da tarde, no salão do predio n 35, à avenida Eduardo Ribeiro, onde já funcionou o Centro Operário¹⁰⁸.

Chegado o dia da eleição, o primeiro diretório do Partido Revisionista do Amazonas foi formado por Carlos Theodoro Gonçalves, Adriano Jorge, José Francisco Soares Sobrinho, Álvaro de Castro Gonçalves, Jeremias dos Santos Jacintho, Joaquim Freire da Silva e Joaquim Francisco de Paula. Suplentes: Joaquim Francisco de Paula, Almachio Olindino Pinto Bandeira, Diogo Jackson, José Baptista Ribeiro de Souza, José Francisco Ribeiro, José Luciano de Moraes Rêgo e José Ferreira de Britto.

Nesse contexto, no dia 1º de setembro de 1905, aceitando os programas de revisão de Silveira Martins, Pedro Moacir, Rafael Cabeda, Barros Casal, Alcides Lima, Alberto Salles, Júlio de Mesquita, Martins Júnior, Rui Barbosa, Barbosa Lima e Lauro Sodré, foi editado o Manifesto à nação brasileira e especialmente à sociedade amazonense, o programa revisionista a ser seguido no Estado. Assim, ao discutirem a revisão constitucional, os dirigentes partidários

¹⁰⁷ *Jornal do Commercio*, n° 500, Manaus, 29 de julho de 1905.

¹⁰⁸ *Jornal do Commercio*, n° 509, Manaus, 09 de agosto de 1905.

abordaram questões como a ampliação do acesso de grupos políticos minoritários às instituições legislativas e os critérios para a intervenção federal nos estados.

O partido foi representado na imprensa local pelo jornal *Correio do Norte – Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas*. De acordo com Heloísa de Faria e Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto, pode-se inferir muitas informações de um jornal pelo seu subtítulo, como seus grupos produtores e para quem se destinavam, além da natureza do conteúdo que se pretendia articular no projeto editorial¹⁰⁹. Nesse sentido, o subtítulo: “Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas” indicava que o jornal foi criado para dar sustentação política ao partido, ou seja, estaria claramente vinculado a um grupo político e a uma causa, tornando-se o principal veículo das ideias de pensadores e intelectuais que estavam em defesa das propostas revisionistas da Constituição de 1891, no qual o jornal declarou o seguinte:

Os patriotas do Amazonas, hoje congregados em partido político militante no Estado, assumem desde já o compromisso solenne, de, filiando-se a essa corrente de opinião remodeladora da vida política do país adoptal-a como bandeira e defendel-a como principio, na vida que hoje inicia¹¹⁰.

Para tanto o jornal, já em sua primeira edição, publicou o manifesto editado em 1º de setembro de 1905, no intuito de enumerar os motivos pelo qual adotara a causa revisionista, no qual defendiam, como principais pontos da revisão, os artigos 1º, 2º, 6º e 68º da Constituição da República de 1891.

Além disso, elencou a unidade da lei eleitoral em todo país, a completa autonomia municipal concernente aos seus interesses, a extinção do cargo de vice-presidente da República, as eleições presidenciais através do sistema francês ou pelo sufrágio universal, a autorização do congresso e a sanção do presidente da República para que os estados pudessem realizar empréstimos externos, a reversão das terras e minas devolutas ao domínio da União, o mandato de sete anos para presidente, os quatro anos para depurado federal e oito para senador, o impedimento de governos estrangeiros possuírem imóveis no Brasil, a eleição para governadores de estado, através de lista tríplice, sendo os menos votados classificados como vice governadores, de acordo com a contagem de votos, entre outros. Em suma, tais elementos totalizaram dezesseis itens.

¹⁰⁹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, PUC, nº 35, p. 253-270, Disponível em <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>, Acesso em 14 de outubro de 2022.

¹¹⁰ *Correio do Norte*, nº 01, Manaus, 21 de janeiro de 1906.

No referido documento, a revisão constitucional é concebida como uma medida essencial para limitar o poder das oligarquias que, historicamente, exerciam influência predominante sobre os governos estaduais, bem como para prevenir a concentração de controle absoluto dos partidos situacionistas sobre as instâncias do Poder Legislativo. Nesse sentido, faz-se necessário dedicar uma análise detalhada a quatro aspectos centrais do Manifesto.

O primeiro aspecto destacado refere-se ao item um do documento que aborda a necessidade de revisão do artigo 6º da Constituição republicana. Ele regulamenta os critérios para a intervenção federal nos estados. Nesse sentido, o Partido Revisionista do Amazonas propôs que a manifestação de reivindicações populares fosse considerada um fundamento legítimo para a decretação da intervenção federal. Isto é, o partido sustentou que: “mediante a representação de certo número de cidadãos, o Congresso Nacional tomará medidas repressoras dos atentados cometidos pelos governadores, decretando para este fim ocupação civil ou militar do território até nova organização constitucional”¹¹¹.

O segundo aspecto diz respeito ao item quinto do Manifesto, no qual defendia-se a adoção de medidas voltadas à destituição de governadores que perdessem o respaldo popular, assim como a garantia de uma representação permanente das minorias em todas as esferas do Poder Legislativo. Tais propostas tinham como finalidade principal evitar a consolidação das denominadas "câmaras unânimes", caracterizadas pela exclusão de oposicionistas e pela hegemonia de forças governistas¹¹². Ademais, o Partido Revisionista do Amazonas propunha a instituição de uma legislação eleitoral unificada, substituindo a competência dos Congressos Estaduais sobre essa matéria. Essa iniciativa tinha como objetivo restringir o controle exercido pelas oligarquias regionais sobre o sistema político, favorecendo a construção de um arcabouço normativo mais equitativo e imparcial.

No décimo item do Manifesto, defendia-se a transferência da competência para a homologação dos resultados das eleições de deputados federais e senadores ao Supremo Tribunal Federal, retirando essa prerrogativa do Congresso Nacional.

Como resultado, durante a Primeira República, a análise e validação dos resultados desses pleitos estavam a cargo das Comissões de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados e do Senado. Entretanto, essas comissões foram alvo recorrente de críticas das oposições estaduais, que as acusavam de ignorar denúncias relacionadas à ocorrência de fraudes eleitorais. Nesse contexto, as comissões eram amplamente vistas como instrumentos de

¹¹¹ *Correio do Norte*, n° 1, Manaus, 21 de janeiro de 1906.

¹¹² *Idem*.

manutenção da hegemonia governista no Congresso Nacional, consolidando o controle político das elites situacionistas sobre o processo legislativo¹¹³.

Ademais, a proposta formulada pelo Partido Revisionista do Amazonas tinha como finalidade principal evitar que as comissões de verificação de poderes mantivessem a prerrogativa de decidir sobre a admissão ou exclusão de candidatos às instituições legislativas. Para os dirigentes da agremiação, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) eram percebidos como atores mais imparciais e isentos, qualificados para proclamar os resultados eleitorais, garantindo maior legitimidade e transparência ao processo político-eleitoral.

Por fim, no item dezenove, foi proposto que as eleições para o cargo de governador resultassem na composição de uma lista tríplice, na qual os candidatos que obtivessem o segundo e o terceiro lugares ocupariam, respectivamente, os cargos de 1º e 2º vice-governador¹¹⁴. Essa proposição tinha como objetivo incentivar a competitividade eleitoral, sobretudo ao integrar representantes de diferentes correntes políticas na linha de sucessão dos governos estaduais. Nesse sentido, a redução da hegemonia exercida pelas lideranças situacionistas sobre o processo eleitoral e as instituições legislativas emergia como um dos princípios fundamentais defendidos no Manifesto do Partido Revisionista do Amazonas

Conhecido o repertório de propostas em torno da causa revisionista, assim como se buscou conhecer os animadores do Jornal *Correio do Norte* de forma direta, agora explorarmos informações sobre os integrantes do diretório do Partido Revisionista do Estado do Amazonas.

Diante dessa premissa, convém destacar que Carlos Theodoro Gonçalves nasceu em 01 de julho de 1852 em Viana, município do Maranhão, transferindo-se com a família para Manaus em meio ao apogeu da borracha. Filho de Frederico Gonçalves e Francisca Gonçalves, casou-se por duas vezes. Primeiro com D. Ignez Gonçalves e teve, com ela, três filhos: Hévila, Inezia e Carlos Gonçalves Filho. No segundo matrimônio, casou-se com Fanny Gonçalves e teve duas filhas, as senhorinhas Dandan e Acenez¹¹⁵.

Pose-se inferir que pertencia a uma conceituada família na cidade, pois, as publicações nas colunas sociais dos jornais da época eram muitas e envolviam os conteúdos mais diversos, que iam de aniversários, adoecimentos até enlaces matrimoniais.

A seguir, a coluna "Manaus Social", veiculada pelo *Jornal do Commercio*, notifica sobre as comemorações do aniversário de sua neta, bem como reporta questões de saúde enfrentadas

¹¹³ ZULINI, J.P. **Modos do bom governo na Primeira República brasileira**: o papel do parlamento no regime de 1889-1930. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. Faculdade São Paulo, 2016.

¹¹⁴ *Correio do Norte*, n° 1, Manaus, 21 de janeiro de 1906.

¹¹⁵ *Jornal do Commercio*, n° 7843, Manaus, 11 de abril de 1926.

pelo próprio Theodoro. Paralelamente, na coluna "Vida Social", do periódico *Correio do Norte*, é conferido destaque às festividades matrimoniais de uma das suas filhas.

Decorreu hontem no seio da mais cordial intimidade, o aniversario natalicio da meiga e interessante Amalia, dilecta e graciosa filhinha do sr, Jacintho Botelho e querida netinha do nosso velho e estimado confrade de imprensa, coronel Carlos Theodoro Gonçalves [...] ¹¹⁶

Acha-se acamado o nosso distinto colaborador coronel Carlos Theodoro Gonçalves, não sendo porem grave seu estado ¹¹⁷.

Realiza-se hoje o enlace matrimonial da graciosa senhorita Inezia Gonçalves filha do nosso amigo Coronel Carlos Theodoro Gonçalves, com o sr. Alfredo Cesar Botelho. O acto civil, que se revestirá de grande imponência no Palácio da Justiça, terá logar às 5 da tarde e o religioso na Cathedral, apoz o acto civil. [...] ¹¹⁸

Theodoro exerceu múltiplas funções ao longo de sua carreira, abrangendo setores variados da sociedade. Por exemplo, desempenhou cargos no âmbito do serviço público, ocupando diversas posições ao longo de sua trajetória profissional. Além disso, foi aliado político de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), que foi governador do Amazonas de 1892 a 1896 ¹¹⁹. Durante esse período, Carlos Gonçalves exerceu a função de secretário estadual da Instrução Pública ¹²⁰.

O término da gestão do governador Eduardo Ribeiro não resultou no afastamento de Carlos Gonçalves dos esquemas locais de nomeações. No entanto, ele deixou de ocupar uma posição central na administração pública. No início dos anos 1900, quando o grupo governamental do Amazonas já estava sob o controle da família Nery, Gonçalves permaneceu integrado àquelas estruturas políticas de nomeações. Nesse contexto, atuou como servidor da Junta Comercial do estado ¹²¹.

Também podemos destacar sua participação no âmbito do setor privado, quando desempenhou atividades, em parceria com seu irmão Félix, como arrendatários do Trapiche Fernandes, obtendo a aprovação da Junta Comercial para a requisição da carta de trapicheiro. Depois, no ano de 1902, sua exoneração do cargo de trapicheiro ocorreu paralelamente a sua

¹¹⁶ *Jornal do Commercio*, n° 2708, Manaus, 04 de novembro de 1911.

¹¹⁷ *Jornal do Commercio*, n° 2015, Manaus, 08 de novembro de 1909.

¹¹⁸ *Correio do Norte*, n° 905, Manaus, 01 de fevereiro de 1912.

¹¹⁹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro Histórico de Manaus**, v.2 Manaus: EDUA, 1998.

¹²⁰ DIÁRIO OFFICIAL DO AMAZONAS. Manaus, 19 novembro de 1893.

¹²¹ NERY, Silvério José Nery. **Mensagem lida perante o Congresso dos Srs.** Representantes em 10 de julho de 1902. Manaus: Tipografia Ferreira Pena, 1903.

admissão como corretor de fundos, mercadorias e navios na praça de Manaus, conforme evidenciado no jornal *Mensageiro*.

Pela Junta Commercial deste Estado, foi nomeado, dia 26 do mês ultimamente findo, corrector geral, desta praça, o nosso prezado chefe e irmão, coronel Carlos Gonçalves. Congratulamo-nos com tao merecida nomeação, pois que mais acertada escolha não podia ser feita [...] (*Mensageiro*, nº 19, 1901).

Juntamente com seu genro e sócio, Jacintho Botelho desempenhou funções como despachante geral da Alfândega e da Recebedoria durante o período em questão. Os anúncios referentes ao Escritório Fiscal e Aduaneiro e à Naturalização de estrangeiros, situados no endereço Praça Tamandaré, nº 18, foram identificados em aproximadamente 45 edições do jornal *Correio do Norte*.

Imagem 4 - Jornal *Correio do Norte*: anúncio de natureza aduaneira, comercial e fiscal

<p>Os abaixo assignados, devidamente habilitados, oncarrogam-se de promover despachos para consumo, exportação, cabotagem e de navios, bem como de desembaraçar bagagens e interpor recursos de decisões proferidas pelas repartições fiscaes e autoridades aduaneiras do Estado e da União.</p> <p>No mesmo escriptorio agencia-se, igualmente:</p> <p>MATRÍCULA dos srs. commerciantes, correctores, agentes de leilão e administradores de armazens de deposito.</p> <p>REGISTRO de firmas commerciaes, nomeação de guarda livros, caixeiros e prepostos de casas de commercio, marcas de fabrica, embarcações brazileiras, estabelecimentos industriaes, negociantes e mercadores ambulantes sujeitos ao imposto de consumo, patentes da Guarda-Nacional e todos e quaesquer documentos que em virtude da lei, devam constar do Registro Publico.</p>	<p>ARCHIVAMENTO de contractos commerciaes, e suas alterações e dissoluções; contracto de fretamento, estatutos, actas e documentos das companhias e sociedades anonymas.</p> <p>SELLAGEM e rubrica de livros commerciaes, nacionalisação de embarcações, arqueações, licença para baldações e atracções, levantamento de depositos e de multas em qualquer repartição fiscal, vistorias de navios, folhas corridas, justificações de idade e papeis de casamento civil.</p> <p>Carlos Theodoro Gonçalves e Jacyntho César Botelho Telephone 134</p>
---	--

Fonte: *Correio do Norte*, nº 199, 1909.

Na esfera política, além de ter atuado como membro do Diretório do Partido Revisionista do Amazonas, foi também Superintendente de Barcelos. Já na imprensa, trabalhou em alguns jornais,

atuando como redator e colaborador de opinião firme. Isto é, como exemplo, temos: *Quo Vadis?*¹²², *Mensageiro*, *Jornal do Commercio* e o próprio *Correio do Norte*.

No jornal *Quo Vadis?* assumiu a postura de redator independente, o que não agradou o grupo oligárquico da situação, que na época era chefiado pela família Nery. O estilo combativo e de oposição do jornal impactou diretamente no seu período de circulação.

Em 1903, houve um atentado contra a sua tipografia. Na época, por ser uma folha oposicionista ao governo estadual, Silvério Nery foi cogitado como responsável pelo seu empastelamento. A notícia sobre o atentado foi publicada em jornais de outros estados, como podemos inferir na publicação, a seguir, presente na Coluna “Summario da Imprensa”:

Do Amazonas recebemos um folheto, tendo por título O incêndio do *Quo Vadis?*, no qual se dá conta da destruição do material tipográfico dessa folha oposicionista ao governo estadual.

O folheto traz as assinaturas dos srs Carlos Theodoro Gonçalves, proprietário e Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, redactor-chefe¹²³.

Também foi uma figura significativa no movimento espírita no Amazonas, no qual desempenhou papel fundamental na sua organização e difusão na Região. Ademais, tornou-se um dos dirigentes da Sociedade de Propaganda Espírita e fundador do jornal *Mensageiro*, primeiro jornal espírita amazonense, que teve sua primeira edição em 01 de janeiro de 1901 e foi um dos veículos que mais contribuiu para a divulgação das ideias espíritas em âmbito local.

Além disso, o Coronel José Francisco Soares Sobrinho atuou como tipógrafo e despachante da Alfândega. Foi redator-chefe do jornal *A Evolução*, que defendia as ideias republicanas e deixou de ser republicano poucos meses antes da proclamação. Consta ainda relatar que, antes de pertencer ao Diretório do Partido Revisionista do Amazonas, integrou o diretório do Partido Republicano do Amazonas, que lançou chapa ao pleito de 1903-1905 para os cargos de renovação do terço do Senado, Vice-presidente da República e Deputado Federal. Em 1904, foi nomeado encarregado do Segundo Posto Fiscal do Departamento do Alto Juruá e foi sócio na Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mutuos previdente Amazonense.

Por sua vez, Álvaro de Castro Gonçalves, natural do Maranhão, filho de Joaquim Gonçalves Junior e Maria Raimunda de Castro, foi casado com D. Accyolina Maria da Costa Gonçalves e teve pelo menos dois filhos, a saber: Carmen da Costa Gonçalves e Heitor

¹²² Jornal matutino diário de subtítulos: "Orgam de interesses populares / Folha da manhã / Diário e imparcial". Fundado em 1902, fazia oposição a Silvério Nery. Desapareceu em março de 1904. Cf. FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) Catálogo de Jornais**. Manaus: Editora Calderaro, 1990, p. 180

¹²³ *Diário de Pernambuco*, n° 176, Recife, 07 de agosto de 1903.

Gonçalves. Sua atuação mais notável na vida pública foi como participante da Fundação da Escola Universitária Livre de Manaus, onde exerceu a função de professor no curso de Odontologia e preparador da Faculdade de Medicina. A partir de 1910, passou a fazer demonstrações práticas de odontologia aos alunos da então Escola Universitária, sem ônus para a Instituição. Fazia parte da Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mutuos Previdente Amazonense.

Quanto a Jeremias dos Santos Jacintho atuou como Secretário Interino da Intendência Municipal e como fiscal do imposto de consumo de fumo, bebidas e fósforos. A partir de 1909, passou a ser o proprietário do jornal *Correio do Norte*, onde também atuou como diretor. Ainda naquele ano, concorreu ao cargo de Deputado Estadual, no pleito de 15 de novembro, ao lado de outros correligionários do Partido Revisionista do Amazonas.

Ademais, Joaquim Freire da Silva, natural do Ceará, foi casado com Josephina Spinosa Freire. Atuou como despachante geral da Alfandega de Manaus e foi Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Em 20 de maio de 1906 foi eleito um dos diretores do Club da Guarda Nacional. Antes de fazer parte do Partido Revisionista do Amazonas, integrou o diretório do Partido Republicano, onde concorreu ao pleito de 1903-1905, para os cargos de renovação do terço do Senado, Vice-presidente da República e Deputado Federal.

A partir de 1908 passou a atuar como administrador da mesa de rendas federais do Acre, no qual exerceu grande influência política, sendo nomeado o primeiro subprefeito do departamento do Acre. Mais tarde, em 1915, a notícia de seu falecimento foi registrada em diversos órgãos da imprensa, aqui, destacamos publicação feita na sessão: “Os mortos”, do *Jornal do Commercio*:

Radiogrammas hontem recebidos nesta cidade pelo governador do Estado e pelos srs. Cesar, Cavalvanti e companhia, dizem haver fallecido em Porto Acre o coronel Joaquim Freire da Silva, administrador da mesa de rendas federaes daquelle logar. Muito considerado, o morto de agóra dispunha de grande influencia política alli, sendo o primeiro supplente do prefeito do departamento do Acre. Residia ha muitos annos em porto Acre, onde deixou viuva e filhos. Era cearense e irmão do donego dr. Israel Freire da Silva, cathedratico do Gymnasio Amazonense¹²⁴.

Outro Tenente-Coronel que integrou o Diretório do Partido Revisionista foi Joaquim Francisco de Paula. Segundo informações coletadas na própria imprensa da época, ele foi irmão de Carlos Theodoro Gonçalves, casado com dona Amélia das Neves de Paula e atuou,

¹²⁴ *Jornal do Commercio*, nº 4018, Manaus, 03 de julho de 1915.

principalmente, como despachante Geral da Alfândega e Recebedoria do Estado, conforme anúncio:

Imagem 5 - Jornal *Quo Vadis?*: anúncio de natureza aduaneira



Fonte: *Quo Vadis?* n° 5, 1902.

Assim como Joaquim Freire da Silva, também compôs o diretório do Partido Republicano e concorreu ao pleito de 1903-1905 para os cargos de renovação do terço do Senado, Vice-presidente da República e Deputado Federal. Em 1909 foi eleito para compor a Diretoria da Associação dos empregados no Commercio do Amazonas, assumindo o cargo de Presidente. Ainda naquele ano, concorreu para Deputado Estadual no pleito de 15 de novembro, ao lado de outros membros do Partido Revisionista.

Cabe ressaltar uma diferença entre os membros do núcleo dirigente do Partido Revisionista do Amazonas, em relação ao comando do *Correio do Norte*. Nesse período, apenas Adriano Jorge e Heliodoro Balbi atuaram como redatores do periódico. Em suma, a estrutura interna do Partido Revisionista era marcada pela coexistência de um diretório central e de um jornal diário.

Esse grupo comandou as ações do partido na capital e no interior, em particular no esforço de criar mais células partidárias. A partir de 1906, vários municípios do interior passaram a organizar e criar diretórios do Partido Revisionista, por exemplo, em Anori, Codajás, Urucurituba e Vila de São Felipe, esta última foi a primeira a criar um diretório depois da capital Manaus:

PARTIDO REVISIONISTA

Publicamos abaixo a acta da reunião effectuada na villa de São Felippe, no dia 4 do corrente, na qual ficou organizado o Partido Revisionista nessa localidade e foram eleitos os seus corpos dirigentes.

Em todas as localidades do interior do Estado levanta-se a população e se organizam os directórios do partido Revisionista, secundando os nossos esforços em prol do levantamento moral deste Estado [...]¹²⁵.

O Partido Revisionista do Amazonas concorreu aos pleitos de 1906, 1909 e 1910. Neste último ano, por decisão unânime de seu diretório, foi dissolvido. Tais disputas serão analisadas, com maior profundidade, na terceira parte desta pesquisa, bem como os motivos que levaram à extinção do Partido Local.

¹²⁵ *Correio do Norte*, n°52, Manaus, 22 de março de 1906.

CAPÍTULO 2 – IMPRENSA E CIDADE: O OLHAR DO CORREIO DO NORTE SOBRE MANAUS

Nesse capítulo, nosso objetivo é analisar as representações de Manaus pelas páginas do *Correio do Norte*, e assim, demonstrar como o periódico se estabeleceu como veículo de comunicação e como se relacionava com a cidade, que também estava em seu processo de formação e consolidação, mostrando-se, muitas vezes, conflitiva entre uma “Manaus ideal” e uma “Manaus real”.

É de nosso conhecimento que o espaço urbano de Manaus sofreu diversas intervenções, visando a adaptação da cidade às exigências econômicas e sociais que se impuseram desde a última década do século XIX. Essas intervenções puderam ser percebidas na construção de obras de infraestrutura e na implementação de serviços urbanos na capital amazonense.

Nesse cenário, analisaremos os embates e os conflitos que se fizeram presentes no interior do espaço urbano de Manaus, por grupos sociais que nela se relacionavam no momento dessas transformações. Esses conflitos, além de se fazerem presentes no espaço urbano, também o transformaram em palco de disputas sociais, algo que podia ser percebido em questões que envolviam, por exemplo, o saneamento da cidade, a falta d’água, a coleta de lixo, o contrato com empresa estrangeiras, entre outros.

Também é de nosso interesse compreender como a imprensa, representada aqui pelo *Correio do Norte*, atuou no processo de implantação e difusão de hábitos ditos da modernidade, já que, naquele período, os jornais já se mostravam como um meio de divulgação dessas ideias. Em outras palavras, veiculavam escritos que reprovavam os hábitos da população, como, por exemplo, a embriaguez, a prostituição e a vadiagem. Essas práticas não condiziam com o conceito de civilização que se projetara sobre Manaus e a nova dinâmica da cidade. Dessa forma, os jornais estampavam denúncias sobre moradores que praticavam atos que, a partir de então, foram considerados reprováveis pela sociedade e agiam no sentido de proibir esses hábitos e de disciplinarizar os populares.

2.1 A “Manaus ideal” e a “Manaus real”

O período designado como *Belle Époque* emerge na segunda metade do século XIX, sendo inaugurado pelo processo de reurbanização de Paris e conduzido pelo Barão de Haussman¹²⁶. Embora não se destaque como uma vanguarda nas iniciativas de reformas

¹²⁶ DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

urbanas, a cidade de Paris, em virtude da magnitude de suas transformações, solidificou-se como um paradigma da urbe ideal, influenciando significativamente outras cidades. No que se refere a essa nova normativa, Marshall Berman salienta:

Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon¹²⁷.

Embora situado a considerável distância da França, o Brasil, durante a virada do século XIX para o século XX, testemunhou substanciais transformações urbanas em diversas de suas cidades, moldadas conforme os padrões das metrópoles europeias contemporâneas. Cidades como Rio de Janeiro, Belém, Porto Alegre, São Paulo e Manaus, foram particularmente influenciadas por essa dinâmica de modernização. Essa assimilação da modernidade nas urbes brasileiras sustenta a perspectiva de que a capacidade da experiência ambiental da modernidade transcende fronteiras geográficas¹²⁸.

No mesmo período de intensas transformações na cidade parisiense, a cidade da Barra do Rio Negro, como a atual Manaus era chamada, ainda não havia passado pelo surto de urbanização que sofrera. No entanto, com a implementação inicial da Província do Amazonas em 1852, observou-se uma série de modificações em diversos aspectos.

Conforme apontado por Otoni Mesquita, durante os estágios iniciais do período provincial, a cidade experimentou alterações arquitetônicas e urbanas de diversos níveis, influenciadas por desafios de natureza estrutural e econômica¹²⁹. Dentre os desafios enfrentados, incluíam-se a escassez de mão de obra qualificada, a insuficiência de materiais e a limitação de recursos por parte da administração local. Não obstante, os dirigentes da Província persistiam na promoção de reformas e edificações, visando atribuir uma nova configuração à capital provincial e tinham o objetivo de reverter o cenário adverso relatado por viajantes e naturalistas que exploravam a região, dentre eles, destacamos o casal Agassiz¹³⁰ e Alfred Wallace¹³¹.

¹²⁷ BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 187

¹²⁸ Ibidem, p. 15

¹²⁹ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura (1669-1915)**. 4ª Edição, Manaus: Valer, 2019, p.36-37

¹³⁰ AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

¹³¹ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1979.

Mesquita ainda observa que algumas transformações abrangeram a reconstrução de pontes, aplainamento e pavimentação de vias urbanas, bem como a reconfiguração do cemitério público, entre outras intervenções.

Assim sendo, em 1856, a cidade da Barra do Rio Negro passou a chamar-se Manáos. A cidade mudou seu nome e também suas feições, conforme evidencia Dias:

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também destrói a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo¹³².

Como podemos observar na fala da autora, as mudanças que se iniciaram em Manaus estavam além do aspecto urbano. O homem que habitava essa cidade em construção e transformação também precisava se enquadrar na nova configuração que se desenhava. E essa necessidade da reestruturação da capital passou a ser tema central nos debates da Assembleia Provincial. De acordo com os parlamentares, a conformidade da cidade com as demais capitais do Império era essencial, visto que a consideração devida a sua civilização e progresso demandava tal adequação¹³³.

Em outras palavras, essas considerações eram também aplicáveis a determinadas vilas no interior, as quais, por sua vez, funcionariam como disseminadoras da influência civilizatória associada ao comércio da borracha em toda a região do Amazonas. Assim, antes da consolidação da indústria da borracha como a principal atividade econômica, ainda no final do século XIX, a elite estabelecida na região amazônica, especialmente em Manaus, demonstrava uma propensão à exclusão de segmentos considerados indesejáveis do contexto urbano.

A partir de 1890, a cidade passou por um notável surto de urbanização, conforme categorizado por Edinea Mascarenhas Dias¹³⁴. Este fenômeno foi viabilizado mediante a acumulação substancial de capital proveniente da prosperidade da economia da borracha. O incremento nas exportações e nos preços dos produtos desempenharam papel crucial ao impulsionar significativamente a receita estadual, suscitando um entusiasmo entre os administradores estatais diante da promissora situação econômica do período.

¹³² DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 3ª ed. Manaus: Valer, 2019. p. 31

¹³³ LIMA, Regina Márcia de Jesus. **A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889)**. Dissertação de mestrado. UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói/RJ, 1978, p.12

¹³⁴ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Manaus (1890-1920). 3ª edição – Manaus: Valer, 2019.

Diante dessa conjuntura próspera, o foco dos administradores locais direcionou-se para a valorização estética e modernização urbana, almejando adequar Manaus às exigências econômicas e sociais contemporâneas. A consideração central residia na necessidade de transformar a cidade em um ambiente moderno, limpo e ordenado, tendo em vista a frequente visita de agentes comerciais. Contudo, é relevante notar que esse processo de embelezamento não visava prioritariamente o benefício da população local, mas sim atendia aos interesses de comerciantes, políticos e extrativistas¹³⁵.

Em outros termos, não somente a urbe de Manaus experimentava alterações urbanas durante esse período, como também em várias outras regiões do Brasil, processos semelhantes transcorriam. A título de exemplo, a cidade de São Paulo, na década de 1890-1900, testemunhou significativo crescimento populacional, resultando em uma redução da presença estrangeira que constituía 55% da população em 1893, diminuindo para 36% em 1920.

Conforme Boris Fausto¹³⁶, esse período também se caracterizou pela emergência de uma preocupação voltada ao controle e à classificação, intrinsecamente vinculada à necessidade das elites de estabelecer uma nova ordem. Esse processo envolvia o controle e a categorização daqueles considerados "indesejáveis", como prostitutas, crianças em situação de vadiagem ou os primeiros líderes do movimento operário.

Por sua vez, a imprensa operava alinhada aos interesses dessas elites, difundindo novos padrões comportamentais e denunciando as práticas de outros estratos da população. Assim, as mudanças percebidas na urbe de Manaus, no período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, manifestaram-se dentro de um contexto de amplitude global.

Em outras palavras, essas metamorfoses constituíram uma transição que ocorreu em diversas metrópoles ao redor do mundo, adquirindo maior intensidade no território do Amazonas, devido à ampliação do comércio do látex. Esse incremento econômico conduziu Manaus a adotar um modelo de desenvolvimento consonante com aquele verificado em outras localidades. De acordo com as palavras de Ribeiro:

Foi em decorrência do discurso da modernidade que a “cidade aldeia” tornou-se uma cidade funcional para atender as necessidades da elite da época. Dessa forma, não só a estrutura da cidade deveria seguir os anseios do grupo dominante, a população residente em Manaus deveria modificar seus hábitos para se enquadrar no discurso de “cidade moderna” e “cidade civilizada”¹³⁷.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

¹³⁷ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do Norte: O Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação. UFAM, 2014.

Observa-se que, à medida que a dinâmica urbana de Manaus se modificava em resposta ao *boom* econômico da borracha, mais os padrões de comportamento e as tradições da sua população também sofriam alterações. O direcionamento da cidade estava orientado para a busca do desenvolvimento e da adoção dos ideais civilizacionais. Tal busca gerava uma significativa tensão social, visto que a nova ordem urbana, pautada em valores e costumes distintos, culminava em processos de exclusão.

Em consonância com o padrão observado em outras municipalidades brasileiras, as autoridades locais, motivadas pelo crescimento populacional e pela necessidade de ordenamento urbano, implementaram o Código de Posturas. Essa medida foi concebida como uma tentativa de reestruturar os hábitos das populações urbanas, visando promover padrões de comportamento socialmente aceitos e considerados civilizados.

Em Manaus, os códigos de postura podem ser considerados como instrumentos de legitimação do sistema dominante. De acordo com Ana Maria Daou¹³⁸, o Código de Posturas de 1899 da cidade é citado como um exemplo que não apenas regulava o uso do espaço urbano, mas também expressava as aspirações de uma cidade moderna. Este instrumento era empregado na tentativa de moldar a cidade, conforme as expectativas vigentes, ou seja, através da censura de práticas e comportamentos considerados inadequados, os quais comprometiam a imagem de uma cidade em busca do progresso.

Naquela conjuntura, os veículos de imprensa exerceram um papel significativo na promoção e difusão dos valores sociais e dos estilos de vida da classe dominante da época. Essa influência se manifestou também nas discrepâncias resultantes do emergente padrão de consumo, o qual se consolidava paralelamente às mudanças nos hábitos sociais observados em diversos contextos, como, por exemplo, em São Paulo, onde “o ambiente urbano, as experiências vividas e pensadas por diferentes grupos sociais manifestavam-se no processo de construção dos modos de viver na cidade”¹³⁹.

A partir da análise dos periódicos *Correio do Norte, Amazonas e Jornal do Commercio*, que circulavam em Manaus durante o período investigado, identificamos uma variedade de relatos que abordavam as condições sanitárias e urbanísticas da cidade. Estes relatos incluíam informações sobre as enfermidades que afetavam a população local, as inspeções domiciliares conduzidas pelos guardas sanitários, medidas profiláticas adotadas, ações de desinfecção e

¹³⁸ DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

¹³⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. **A cidade do reclame**: propaganda e periodismo em São Paulo- 1890-1915. Projeto História, São Paulo, (13). Jun,1999, p. 82

interdição de locais, denúncias de obras irregulares, de bêbados, prostitutas ou vadios envolvidos em escândalos e algazarras. Os mencionados noticiários forneciam detalhes, como: os nomes completos das pessoas, seus endereços, além de relatar as multas, valores e penalidades aplicadas aos indivíduos considerados infratores das normativas estabelecidas pelos Regulamentos Sanitários e Posturas Municipais.

Inicialmente, presumíamos que tais informações fossem destinadas a informar o público em geral. No entanto, é imperativo reconhecer a historicidade da imprensa e a necessidade de examinar criticamente as questões observadas, bem como suas conexões políticas e sociais. Conforme destacado por Heloísa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, é fundamental considerar a inserção da imprensa na sociedade “enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”¹⁴⁰.

Dessa maneira, percebemos a imprensa como um elemento linguístico que integra o tecido social e possui características intrínsecas que demandam análise e compreensão de sua atuação. Diante desse entendimento, ao delimitar espaços, abordar temas específicos, influenciar opiniões e construir consensos, a imprensa desempenha um papel ativo na formação da esfera pública.

É importante ressaltar que não podemos encarar a imprensa como um mero reflexo da realidade passada, mas sim como um agente constituinte da realidade social, com suas próprias perspectivas e abordagens. Nesse sentido, ela adota posições e interpretações que visam estabelecer-se como padrão de verdade compartilhado.

No editorial do *Jornal do Commercio*, veiculado em Manaus durante o período em análise, foi possível detectar um marcado interesse na promoção e comercialização de mercadorias e serviços. O jornal dedicava páginas inteiras à veiculação de propagandas de produtos e serviços direcionados a um segmento social em ascensão na cidade. Essa prática editorial sugere a emergência de novas experiências e concepções na formulação dos padrões de vida urbana, com “espaços novos de convivência, ruas movimentadas, fábricas, oficinas, lojas, associações recreativas, culturais e políticas, cafés, teatros, cinematógrafos, escolas, [...] as experiências sociais desses sujeitos se confrontam no desenho da nova cidade”¹⁴¹. Neste contexto, a cidade de Manaus passava por experiências compatíveis.

¹⁴⁰ CRUZ, Heloísa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n°35, p.257

¹⁴¹ CRUZ, Heloísa da Farias. **A cidade do Reclame:** Propaganda e periodismo em São Paulo- 1890-1915. Projeto História, São Paulo, n° 13, jun. 1999, p.82

São experiências moldadas no contexto das interações sociais entre os sujeitos, os quais se confrontam em um campo de disputa, conforme pode ser observado na nota a seguir, que faz referência à presença de pessoas em situação de vulnerabilidade nas vias públicas, praças e jardins, alegando que tais indivíduos contaminavam o ambiente, tanto física quanto visualmente, isto é, com suas enfermidades, perturbando assim a sensibilidade da elite:

[...]

A impressão que se tem ao chegar a Manáos é deplorável, disse-nos elle. A capital do grande e riquíssimo Estado, em que há na natureza opulenta, na assombrosa fertilidade de suas terras, não um, mas muitos Potosis, mais parece uma cidade em abandono

[...]

“É um horror! A cidade está cheia de indigentes, que vivem ao sol e à chuva, pelos jardins e por todos os cantos da cidade, muitos atacados de febre e beribéri! Morre-se de fome em Manaus, é esta a verdade¹⁴².

Nesse contexto, referenciamos novamente Cruz, quando ressalta que, no ambiente urbano da cidade, as experiências de distintos grupos sociais se refletem no processo de configuração dos padrões de vida, haja vista que, ao estabelecer novos locais de interação social, diversas experiências se confrontam na definição da estrutura da nova cidade ou de seus espaços emergentes¹⁴³.

Logo, a cidade se torna, portanto, um campo de disputa não apenas por ideias sociais e políticas, mas também por padrões culturais que buscam emular o modelo europeu como um ideal e valor predominante, excluindo aqueles considerados “indesejáveis da modernidade”. Isso é exemplificado, no caso mencionado, pela presença de indigentes e doentes que circulam pela cidade de Manaus.

Parece evidente que a imprensa desempenhou um papel significativo em colaboração com o Estado, principalmente no que diz respeito às iniciativas de modernização e promoção da civilidade na cidade de Manaus. Isso se deu por meio da cobertura diária das atividades realizadas pela Repartição de Higiene e Sanitária, que tinha na polícia o apoio necessário para combater aqueles que infringiam a ordem imposta pela municipalidade.

Diante desse cenário de transformações, percebemos o conflito constante entre a “Manaus ideal” e a “Manaus real”, uma interferindo e agindo sobre a outra, conforme referenciado por Costa¹⁴⁴. E a imprensa, como porta-voz do novo mundo que estava se im

¹⁴² *Correio do Norte*, nº 12, Manaus, 03 de fevereiro de 1906. Nota: A Miséria do Amazonas.

¹⁴³ CRUZ, Heloísa de Faria. **A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo- 1890-1915**. Projeto História, São Paulo, jun. 1996.

¹⁴⁴ COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915)**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

pondo, estava carregado de tensões. Diante disso, nosso foco será de analisar a execução de medidas sanitárias e políticas, utilizando como base o Código de Postura Municipal e os noticiários dos jornais *Correio do Norte*, *Amazonas* e *Jornal do Comércio*. A análise está dividida em dois momentos. Primeiro, trataremos sobre os embates e conflitos que se fizeram presentes no interior do espaço urbano de Manaus por grupos sociais que nela se relacionavam. Isto é, esses conflitos, além de se fazerem presentes no espaço urbano também o transformaram em palco de disputas sociais que se desdobravam em questões que envolviam o saneamento da cidade, a moradia, a saúde, o lazer e o trabalho.

Em um segundo momento, nossa reflexão terá como foco entender como o *Correio do Norte* atuou no processo de implantação e difusão de hábitos ditos da modernidade, já que, naquele período, os jornais já se mostravam como um meio de divulgação dessas ideias. Assim, veiculavam escritos que reprovavam os hábitos da população como por exemplo, a embriaguez, a prostituição e a vadiagem.

2.2 Denúncias e conflitos no urbano

O processo de modernização alcançou a cidade de Manaus transformando seu ambiente urbano e introduzindo novos símbolos de progresso e modernidade. Esse fenômeno se manifestou através de diversas intervenções urbanísticas, como construções e revitalizações, ampliação e abertura de ruas, além da implementação de serviços básicos essenciais para uma cidade moderna, tais como: iluminação pública, abastecimento de água e sistemas de esgoto. Adicionalmente, foram criados espaços de lazer destinados à elite local, incluindo cafés, restaurantes e teatros¹⁴⁵.

Nesse processo de remodelação arquitetônica, urbanística e social de Manaus, emergiram contradições sociais no espaço urbano, evidenciando as tensões subjacentes ao desenvolvimento histórico da cidade. O alargamento das vias urbanas, a remoção de residentes de suas habitações sobre palafitas, as proibições de práticas e costumes ancestrais estabelecidas pelos Códigos de Postura, a inspeção sanitária domiciliar e a imposição do uso de água encanada foram ações públicas significativas que promoveram mudanças substanciais na higiene diária dos habitantes da cidade.

¹⁴⁵ PINHEIRO, Maria Luiza U. P., **A Cidade Sobre os Ombros**. Trabalho e Conflito no Porto de Manaus. 1899-1925. 2ª ed. Manaus: EDUA, 1999. p. 36-37

No entanto, seria um equívoco supor que as transformações implementadas em Manaus na virada do século XIX para o XX abarcaram toda a extensão urbana. As intervenções já mencionadas anteriormente, entre outras melhorias, foram predominantemente realizadas em áreas específicas: os setores centrais da cidade, onde se localizavam os edifícios da administração pública, as zonas de comércio importador-exportador e as residências das elites.

Dado que a proposta higienista e sanitária implementada pelas autoridades de Manaus não alcançava, de maneira abrangente, os objetivos de saúde pública, a imprensa local era constantemente inundada com diversas reclamações e denúncias por parte dos moradores. Esses residentes manifestavam insatisfação com a carência de serviços essenciais, tais como: transportes, abastecimento de água, remoção de lixo e iluminação. Ademais, havia frequentes denúncias referentes aos elevados preços e à escassez de produtos de primeira necessidade no mercado municipal. Os habitantes dos subúrbios, surgidos em decorrência da expansão urbana, utilizavam a mídia impressa para solicitar a ampliação desses serviços, entre outros.

Nota-se que uma das funções dos periódicos durante a *Belle Époque* foi disseminar a ideia de modernidade que permeava diversos aspectos do cotidiano da população local. Assim, os jornais tinham a responsabilidade de familiarizar os leitores com as novas diretrizes que o ideal de civilização e modernidade exigia da sociedade.

No entanto, assim como os jornais destacavam o crescimento urbano, a modernização, a efervescência artística e outros interesses das elites, eles também expuseram as tensões e conflitos sociais decorrentes das transformações urbanísticas. Frequentemente, as páginas dos jornais continham denúncias de práticas que divergiam com o ideal de uma cidade organizada e civilizada. Por outro lado, havia também a cobrança por parte da imprensa de que o governo executasse, junto às empresas contratadas, serviços de qualidade na cidade.

2.2.1 A implementação dos serviços urbanos

Um assunto regularmente debatido nos jornais locais era a urbanização e o “embelezamento da cidade”. As páginas destacavam o progresso urbano e sublinhavam o objetivo das autoridades municipais de reconfigurar a cidade com um novo modelo de planejamento urbano. O embelezamento da cidade era parte integrante dos planos dos administradores para atrair empresas e indivíduos interessados em investir na capital.

A esse respeito, a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro¹⁴⁶, em um estudo sobre o cotidiano e a atividade trabalhista em Manaus durante o período da economia da borracha, evidenciou que, apesar de ostentar o status de capital da Província, Manaus conservou sua estrutura urbana que remontava a uma vila colonial até os primeiros anos da década de 1880. A partir desse período, a cidade iniciou um processo gradual de transformação, caracterizado pela implementação de serviços básicos, como, por exemplo, abastecimento de água encanada, instalação de iluminação elétrica, desenvolvimento de sistema de esgoto, estabelecimento de coleta de lixo, introdução de transporte público, expansão da rede escolar, construção de unidades hospitalares e delegacias policiais, bem como o incremento demográfico e o florescimento das atividades comerciais.

Os sistemas de transporte terrestre na cidade compreendiam uma variedade de meios, incluindo carroças, caminhões e veículos de aluguel tracionados por animais, bem como os modernos bondes elétricos. Na navegação fluvial, os catraieiros desempenhavam um papel proeminente nas travessias dos igarapés. Além disso, navios a vapor conectavam os centros produtores de borracha ao porto de Manaus.

Os trabalhadores encarregados da operação dos serviços de transporte estavam sujeitos a rigorosas regulamentações estabelecidas pelos Códigos de Postura. Essas medidas abrangiam desde o registro regular dos trabalhadores e de seus instrumentos de trabalho, até o comportamento apropriado que esses indivíduos deveriam adotar em espaços públicos.

As empresas encarregadas dos serviços de transporte urbano em Manaus eram de origem inglesa. A *Manáos Railway Company* foi a primeira a assumir o controle desses serviços em 1898, seguida pela *Manáos Tramways*, que iniciou suas operações em 1908.

Analisando as queixas veiculadas pela imprensa acerca do serviço de bondes na primeira década do século XX, percebe-se uma expressiva insatisfação, pois as reclamações destacavam a má qualidade do atendimento fornecido pelos funcionários, como, por exemplo: a falta de troco, a irregularidade nos horários e as condições precárias dos veículos. No entanto, os principais problemas estavam relacionados ao comportamento inadequado dos funcionários, que, desrespeitando os usuários, geravam críticas justificadas e reproduzidas pelos jornais.

O condutor e motorista do bond n.19, ontem a meia hora da tarde, espancaram barbaramente um pobre preto que, talvez um pouco alcolizado reclamava porque aquelle lhe dera o troco da passagem em nikel em vez de dá-lo em borós, conforme exige. [...] Aguardamos providências do sr. Diretor do serviço da viação, afim de que

¹⁴⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. **Canoa do Tempo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol. 1, n. 1. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. p. 59

factos tão escandalosos e deprimentes da disciplina da sua repartição não se reproduzam¹⁴⁷.

Quanto ao abastecimento de água em Manaus, os primeiros trabalhos começaram em 1881. Quase uma década depois, em 1893, houve a necessidade da construção de um reservatório no bairro do Mocó, obra que foi concluída em 1897. Como a cidade vivia um crescimento populacional acelerado, o reservatório se mostrou insuficiente para as necessidades que a cidade demandada.¹⁴⁸ Como consequência, as páginas dos jornais eram cotidianamente ocupadas com reclamações quanto à falta de água e sua péssima qualidade, como podemos observar em nota do jornal *Correio do Norte*, em fevereiro de 1906:

A pobreza, o operariado, aqueles que são mais desprotegidos da fortuna, mais sofrem, mais infelizes são com essa calamidade negra, com essa falta de deveres dos que estão á frente dos nossos destinos.

Os moradores dos bairros do Tocos e do Mocó, quase em sua totalidade operários pobres e honrados filhos do trabalho, passam dias e dias sem receber a água dos encanamentos do Estado.

[...]

Este estado de sede desesperadora não pode continuar.

Temos o direito de reclamar a água que pagamos adiantadamente.

Urge providenciar¹⁴⁹.

Por meio da nota, podemos inferir que, conforme os bairros se distanciavam do centro, mais latente ficavam os problemas por eles enfrentados. Aqui, exemplificado pelos bairros do Tocos e do Mocó, no qual a falta de água era uma constante. Além do mais, as altas taxas de impostos cobrados pelos serviços indignavam ainda mais a população:

[...] Não temos água em toda cidade apesar do exorbitante imposto que pagamos, e o governo cruza os braços, não sentindo o gemer das classes menos favorecidas, não ligando importância a essas misérias públicas, visto todas as manhãs um carro da Viação conduzir cinco enormes tanques cheios d'água para o seu palácio¹⁵⁰.

Em abril de 1904, o governo firmou um contrato com a empresa do Sr. Antônio Lavandeyra para a prestação de serviços de esgotamento sanitário e o abastecimento de água. Esse contrato foi submetido a diversas modificações até 1906, o que gerou severas críticas por parte do jornal *Correio do Norte*, que denunciava o acordo e o nomeava como um assalto aos cofres públicos. No dia da inauguração das obras, o representante do jornal se recusou a assinar

¹⁴⁷ *Correio do Norte*, nº 73, Manaus, 17 de abril de 1906.

¹⁴⁸ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 3ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 70

¹⁴⁹ *Correio do Norte*, nº 17, Manaus, 09 de fevereiro de 1906.

¹⁵⁰ *Correio do Norte*, nº 16, Manaus, 08 de fevereiro de 1906.

a ata de inauguração como forma de protesto “a esse acto do governo que entregou sua terra e os bens dos seus governados á insaciável ganância do estrangeiro”¹⁵¹.

Apesar dos numerosos ideais de “civilidade”, as queixas em alguns jornais continuavam a surgir. Além de um serviço insatisfatório referente ao sistema de viação e distribuição regular de água, destacavam-se problemas relacionados ao lixo que, às vezes, não era recolhido pelos serviços de limpeza, e outras era descartado indiscriminadamente pelos próprios moradores. Esses problemas causavam incômodos tanto visuais quanto olfativos para os pedestres que circulavam pelas ruas, como observado na notícia a seguir:

Os lixeiros deixaram de retirar de frente as casas em diversas ruas, as vasilhas do lixo, na noite de 21 para 22.

Os prejuizos que tal desleixo causam pelo lado hygienico, com a permanencia das vasilhas cheias por longo espaço de tempo, todos podem avaliar, mas a elles sobreleva o escundalo do contractante estar a receber as vantagens do contracto, quando entretanto, não o cumpre satisfactoriamente ou descursa por completo das suas obrigações.

Esperamos as providencias de quem de direito.¹⁵²

O serviço de remoção e incineração do lixo, desde o início do século XX, mostrou-se como um dos mais imperfeitos desenvolvidos na cidade. E, assim como outros, não se estendia à cidade como um todo¹⁵³. Há relatos no *Correio do Norte* em que os carros coletores não passavam há meses em certos bairros e ruas da cidade, causando imenso desconforto aos moradores locais. A esse respeito, constatamos respectivamente:

Lixo nos Tócos

Os moradores do bairro dos Toccos continuam reclamando pelo conductor do lixo particular, pois ha mais de trinta dias não passa pelo bairro o respectivo carro.

Junto á escola publica é que está sendo depositado o lixo, e é tal a immundicie alli, que nos dias chuvosos, a professora não dá aula por ser dificil o transito para o edificio. Providencie quem quizer e puder.¹⁵⁴

Os moradores da rua Visconde de Porto Alegre ainda este anno nao tiveram o prazer de receber a visita dos encarregados da conducção do lixo.

O lixo está sendo depositado na mesma rua, não sendo nada agradável aos moradores do logar e nem propicio a salabridade publica.¹⁵⁵

¹⁵¹ *Correio do Norte*, n° 70, Manaus, 12 de abril de 1906.

¹⁵² *Correio do Norte*, n° 53, Manaus, 23 de março de 1906.

¹⁵³ DIAS, 2019, p. 71.

¹⁵⁴ *Correio do Norte*, n° 85, Manaus 1° de maio de 1906.

¹⁵⁵ *Correio do Norte*, n° 30, Manaus 24 de fevereiro de 1906.

Em janeiro de 1911, o jornal apresentou um artigo, intitulado: “A hygiene da cidade”, no qual denunciava uma crise de limpeza na cidade, responsabilizando a *Manaus Improvements* pela falta de asseio, principalmente na Avenida Eduardo Ribeiro:

Manãos vai atravessando uma verdadeira crise de limpeza.
Os contratantes do asseio publicado parece que já pouco ligam á letra dos contractos. Desfructam commodamente os seus rendimentos e a cidade que apodreça.
Já não queremos fallar dos bairros onde não há calçamento, já não queremos nos referir aos logradouros afastados do perimetro urbano onde reina a mais absoluta falta de hygiene e de asseio.
Mas ahi está a Avenida Eduardo Ribeiro, a mais concorrida das nossas arterias publicas, cheia de lodo, cheia de agua, não se podendo transitar dados os defeitos das grandes enxurradas.
A "Manaos Improvements" cabe quasi que toda a responsabilidade no estado actual da Avenida.
[...]
As medidas a tomar devem ser promptas e immediatas.
As queixas chegam-nos a todo momento¹⁵⁶.

Em suas linhas, era denunciada a situação deplorável em que se encontrava a capital do Estado. O tom crítico da nota se acentuava e a contratante de limpeza pública passou a ser acusada de não cumprir com os serviços estabelecidos pelos contratos firmados com os administradores locais.

Em outra nota, em agosto de 1911, o jornal chamou a atenção da população para a forma correta de depósito do lixo a ser recolhido pela limpeza pública, devendo os habitantes do perímetro urbano obedecerem às instruções do Código de Posturas Municipais:

Limpeza Pública
De ordem do exmo. sr. Superintendente Municipal, e para evitar a infracção dos arts. 34 e 35 do Co. de Posturas Municipaes, convido aos habitantes do perimetro urbano desta capital, a mandar depositar em vasilhas de folha, das 8 ás 10 horas da noite, junto ás sargetas dos predios o lixo provenientes de suas habitações.
Lei n. 639
Art. 34 - O lixo das habitações será removido para as carroças da limpeza publica, em recipientes de metal, por serem estes de mais facil asseio.
Art. 35 - E' prohibido derramar propositalmente lixo na via publica, sob pena de multa de 16\$000¹⁵⁷.

Em relação à iluminação da cidade, outra pauta que demandava considerável atenção pela municipalidade, a empresa *Electric Lighting Company* foi a responsável pela instalação da luz elétrica na última década do século XIX, iniciando suas atividades com um total de 222

¹⁵⁶ *Correio do Norte*, n° 600, Manaus, 26 de janeiro de 1911.

¹⁵⁷ *Idem*.

lâmpadas que iluminavam as principais vias públicas e edifícios das 6 horas da tarde até às 5 horas da manhã¹⁵⁸.

Mesmo após a ampliação do fornecimento de iluminação pública para uso doméstico e de particulares, o acesso à luz elétrica também alcançou poucas moradias. A imprensa reclamava com frequência a inconstância do serviço prestado e os perigos que a “escuridão” trazia às famílias que transitavam pelas vias públicas.

Em nota publicada no mês de março de 1911, o articulista do *Correio do Norte* falou da necessidade de mais fiscais nas ruas para que a frequente falta de energia fosse sanada pela prestadora do serviço, visto que, diariamente, as queixas chegavam à redação do jornal:

A iluminação publica da cidade está sendo feita de modo a chamar a atenção dos poderes competentes.

Diariamente chegam-nos de toda a parte queixas, das quaes muita vez, deixamos de nos fazer éco por já estamos convencidos de que, nesse sentido, é clamar no deserto. Orgam, porém, dos interesses colectivos, defensor dos direitos populares, resolvemos, embora não sejam ouvidas as nossas reclamações, gritar contra o procedimento do contractante da iluminação pública, que pouco caso faz que a cidade esteja ás escuras ou não.

Há três noites já que a avenida João Coelho permanece na mais completa escuridão, tornando-se assim perigoso transitar a deshoras por ali e tornando-se assim essa artéria publica um refugio seguro para malfeitores e ladões.

Urge pôr termo a essas irregularidades que redundam em detrimento da população. A companhia da luz não tem fiscaes que verifiquem a condição da iluminação? Pois deveria tel-os, em número sufficiente e necessário.

O certo é que essas arbitrariedades não podem continuar de maneira nenhuma a se reproduzir¹⁵⁹.

Em outro artigo, datado de 18 de março de 1911 e intitulado: “Iluminação Pública”, o articulista assinalou que o serviço efetuado na cidade não era compatível “com os foros de cidade moderna, culta e civilizada”¹⁶⁰, demonstrando preocupação com as possíveis visitas de estrangeiros feita a uma cidade às escuras:

Que ideia fará o viajante, que nos visita constantemente, vendo a noite as nossas melhores avenidas na mais completa, na mais trevosa das escuridões?

Não pode, de certo, fazer um conceito lisonjeiro da nossa cidade.

E se por ventura já tiver sobre ella informações favoráveis, estas logo se dissipam ante um facto que prova exactamente o contrário do que lhe haviam informado¹⁶¹.

As queixas feitas pela e através imprensa indicavam que os serviços públicos essenciais para o funcionamento da cidade, como o transporte público, o fornecimento de água, a limpeza

¹⁵⁸ DIAS, 2019. p. 76

¹⁵⁹ *Correio do Norte*, n° 641, Manaus, 16 de março de 1911.

¹⁶⁰ *Correio do Norte*, n° 643, Manaus, 18 de março de 1911.

¹⁶¹ Idem.

das ruas, a coleta de lixo e a iluminação pública, não estavam sendo devidamente executados, prejudicando assim a população. Consequentemente, essas reclamações eram dirigidas ao governo e as empresas contratadas, acusando-os de não cumprirem com suas responsabilidades. Tais denúncias demonstravam que os jornais também desempenhavam um papel de fiscalização do serviço público, mantendo-se sempre atentos a essas questões. No caso do *Correio do Norte*, essas críticas e essas cobranças eram impostas de maneira mais incisiva que outras folhas, visto que o jornal agia em oposição ao grupo que comandava a administração local, chefiada na época pela família Nery.

2.3 Disciplinando os hábitos populares

As medidas adotadas para a promoção visual da cidade de Manaus foram acompanhadas pela implementação de um projeto destinado a modificar comportamentos, visto que, para as autoridades municipais, o alcance da projeção desejada para a cidade exigia que seus habitantes estivessem em conformidade com os padrões de modernização. Nesse contexto, a implementação do projeto modernizador resultou na exclusão de segmentos da população, os quais passaram a ser impactados por uma variedade de influências:

No final da década de 90, Manaus era outra. Dos 3.640 habitantes em 1848, pulou para 45.000, em 1897. As rendas de exportação da borracha enchiam os cofres públicos e o governo se esmerava em criar as melhores condições para transformá-la em uma cidade moderna, o novo habitat do capital estrangeiro: mandou escritores e políticos como propagandistas à Europa, fotografou a cidade em álbuns que percorreram capitais européias, metamorfoseou-a aos gostos estrangeiros. Manaus despiu-se de suas vestes indígenas, abandonou sua água de moringa por água de Vichy, trocou perfumes de flores e raízes silvestres por sofisticados frasquinhos parisienses, desprezou seus aluás e o saboroso guaraná por bourbons franceses e pelo schopp alemão¹⁶².

Nesta nova configuração urbana reestruturada para promover o desenvolvimento econômico, consolidou-se amplamente a percepção de que, durante o período áureo da borracha em Manaus, existia uma aura de prosperidade e opulência, desfrutada tanto pelos prósperos comerciantes estrangeiros quanto pelos habitantes locais, haja vista que, supostamente, usufruíam de condições de vida invejáveis.

Contudo, tal concepção se revelava inteiramente contestável, uma vez que, por detrás da aparente modernização, um contingente populacional não se beneficiou das melhorias

¹⁶² COSTA, Selda Vale da. **Eldorado das ilusões: cinema & sociedade (1897-1935)**. Manaus: Editora da Universidade, 1996, p. 21

urbanas implementadas. Pelo contrário, essa parcela passou a sofrer as consequências de medidas segregativas que visavam mitigar os impactos de sua presença na cidade.

Nesse cenário, o poder público implementou normativas por meio de códigos de posturas, com o intuito de estabelecer diretrizes relacionadas aos padrões urbanísticos e aos comportamentos dos habitantes para promover a convivência na cidade.

O Código Municipal de Manaus de 1893, fornece as indicações de uma cidade pensada como “moderna”. Ele não é apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para a consecução de uma nova sociedade. Por outro lado, restringia posturas e hábitos indesejáveis; por outro estimulava atitudes mais apropriadas a uma “cidade sonhada” e adequada ao “progresso” e a ordem pretendidos¹⁶³.

É possível perceber que as medidas apresentadas pelos Códigos de Posturas tinham múltiplos propósitos e contribuíram, institucionalmente, para o controle da vida social da população, regulando seus costumes, e como andar, comer, vestir, morar e o lazer.

Quanto a execução das políticas governamentais relacionadas à saúde pública na cidade, o serviço sanitário assumiu tal responsabilidade, incluindo o aterramento dos igarapés e pântanos presentes no ambiente urbano. Acreditava-se que a drenagem dessas áreas constituía os primeiros passos em direção ao desenvolvimento econômico e comercial, objetivo da nova ordem republicana.

Assim, entre demolições e novas construções, sobre as ruínas dos antigos padrões, emergia um novo modelo de sociedade e sociabilidade. Nesse contexto, com a intensa transformação do espaço urbano, tornou-se necessária a formação de um “novo homem” para habitar essa “nova cidade”. Esse indivíduo, denominado de “homem moderno”, deveria adotar novos padrões de vida e hábitos condizentes com a modernidade¹⁶⁴.

Cabe ressaltar que as medidas sanitaristas tinham como principal foco de suas ações intervencionistas o aparato estatal, atuando em colaboração com o Estado, e com o objetivo de tornar suas iniciativas efetivas na sociedade.

Em outras palavras, as punições previstas pelo descumprimento das normas impostas pelos Regulamentos Sanitários e pelas Posturas Municipais incluíam multas e prisões, instrumentos utilizados pelo Estado para promover a criação de uma cidade “moderna e

¹⁶³ DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000 (Coleção Descobrimo o Brasil), p. 35

¹⁶⁴ ROSA, Rodrigo de Moraes. **Espaço público e modernidade**: quando a sociabilidade se constrói como projeto. Revista Eletrônica E-Metropolis, Rio de Janeiro, 2010, p. 38

desejada”, conforme descrito por Edinea Dias. Para alcançar esse objetivo, as Posturas Municipais impuseram suas normas ao corpo social da cidade, exercendo controle e fiscalização por meio de uma política pedagógica de coerção.

Nesse contexto, os Códigos de Postura Municipal e o Regulamento Sanitário desempenhavam um papel crucial na promoção de um ambiente saudável, higiênico e seguro. A força policial atuava como um aliado significativo da administração municipal na repressão aos “infratores”, especialmente aqueles que violavam as disposições estabelecidas no Código de Posturas Municipais.

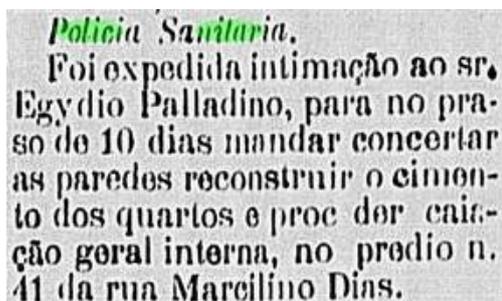
Quanto à imprensa, reportava diariamente a vigilância exercida pelas autoridades sobre o espaço urbano de Manaus, destacando o interesse dos sanitaristas em estabelecer um controle regulatório do ambiente. Além disso, desempenhava um papel crucial na disseminação de um discurso de higienização e na legitimação de um modelo urbano desejado. Em outros termos, a cidade era concebida como uma entidade disciplinadora, emitindo intimações, especialmente relacionadas a ações de saneamento, dirigidas predominantemente aos residentes pobres de Manaus.

2.3.1 A higiene e saúde

A atenção voltada para a preservação da saúde, da higiene e do asseio, emerge como uma prioridade crucial para se alcançar o objetivo de uma Manaus moderna e saneada. Diversas entidades foram instituídas com o propósito de controlar a propagação de doenças na cidade e em suas áreas circunvizinhas, tais como: Repartição de Higiene; Repartição de Serviço Sanitário; Comissão de Saneamento e Polícia Sanitária.

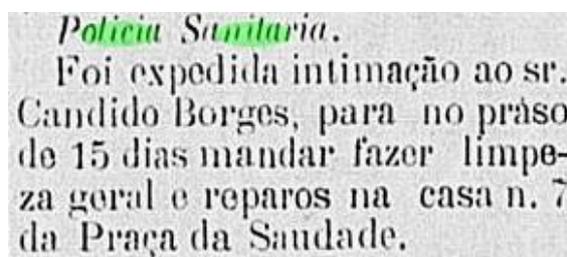
Com a promulgação da Lei nº 286, em 1903, procedeu-se à regulamentação do serviço de higiene, a criação da polícia sanitária e a instituição de visitas às residências particulares. Na coluna “DESPACHOS”, havia a subseção *Polícia Sanitária*, no qual o *Correio do Norte* desempenhava um papel frequente na disseminação de informações, publicando as intimações, multas e o quantitativo de residências visitadas, em particular, com base nos dados fornecidos pela autoridade da Polícia Sanitária:

Imagem 6 – Jornal *Correio do Norte*: Despachos da *Polícia Sanitária*



Polícia Sanitária.
Foi expedida intimação ao sr. Egydio Palladino, para no prazo de 10 dias mandar concertar as paredes reconstruir o cimento dos quartos e proceder caiação geral interna, no prédio n. 41 da rua Marellino Dias.

Fonte: *Correio do Norte*, n° 146, 1909.



Polícia Sanitária.
Foi expedida intimação ao sr. Candido Borges, para no prazo de 15 dias mandar fazer limpeza geral e reparos na casa n. 7 da Praça da Saudade.

Fonte: *Correio do Norte*, n° 149, 1909.

Conforme evidenciado nas notícias veiculadas pelo jornal, a população era instada a realizar adaptações em suas residências, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Estado, visando a transformação de Manaus em um centro urbano seguro e higienizado.

Nesse contexto, doenças como a beribéri, febre amarela, tuberculose, varíola e impaludismo, preocupavam os administradores da cidade que enfrentaram muitos desafios no processo de efetivação dos planos voltados à contenção da propagação dessas doenças, dos quais incluíam a escassez de recursos financeiros destinados à ampliação da cobertura da política de saúde pública para todos os municípios do Amazonas, bem como a distância e a dificuldade de acesso a essas áreas.

Em relação aos obstáculos enfrentados na realização da política de saúde pública no estado, Júlio César Schweickardt aborda que:

O Amazonas como espaço político era bastante amplo (...), pois era constituído do atual Estado do Amazonas, do Acre, de Roraima e parte norte da Rondônia atual. Deste modo, podemos visualizar o que significava aplicar uma política de saúde pública numa região com características geográficas tão peculiares. Além das distâncias, havia também a rede complexa de rios, igarapés e lagos que dificultavam qualquer tipo de deslocamento¹⁶⁵.

Cabe ressaltar que a doença, além de sua natureza patológica, estava intrinsecamente associada à higienização dos espaços públicos. Este aspecto sugere a necessidade premente de encaminhar esforços à limpeza desses ambientes, bem como assegurar a erradicação das enfermidades dos corpos, especialmente entre a classe pobre da cidade.

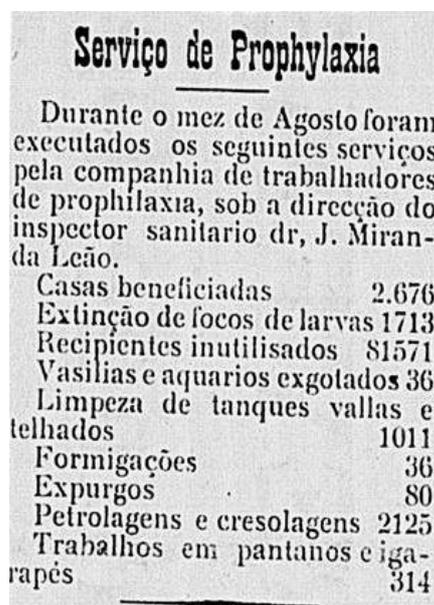
¹⁶⁵ SCHWEICKRDT, Júlio Cesar. **Ciência, Nação e Região**: as doenças tropicais e o saneamento do estado do Amazonas, 1890-1930. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2011, p.21-22

Portanto, evidenciar a preocupação das autoridades em erradicar as enfermidades anteriormente citadas, reflete a associação intrínseca entre a concepção de uma cidade moderna e urbanizada e o avanço do sanitarismo e da medicina. Neste contexto, compreendemos a enfermidade como um instrumento para legitimar as políticas públicas de modernização e embelezamento de Manaus. Em outras palavras, a manutenção da limpeza urbana não apenas contribuiria para a estética da cidade, mas também a preservaria de doenças.

Segundo Sebastião Rocha, uma das medidas adotadas para contenção de doenças, como febre amarela e o impaludismo, foram as ações de profilaxias específicas, haja vista que passaram a fazer parte dos preceitos do Regulamento do Serviço Sanitário, em 1907¹⁶⁶.

Em publicação do dia 04 de setembro de 1910, a polícia sanitária, que era responsável pela aplicabilidade da profilaxia específica da febre amarela, colocou em prática as ações indicadas para combater a disseminação da moléstia, relatando-se que a turma de trabalhadores chefiada pelo Dr. J. Miranda Leão, inspetor sanitário, executou os seguintes trabalhos durante o mês de agosto:

Imagem 7 – Jornal *Correio do Norte*: Ações do Serviço de Profilaxia



Serviço de Prophylaxia	
Durante o mez de Agosto foram executados os seguintes serviços pela companhia de trabalhadores de prophylaxia, sob a direcção do inspector sanitario dr, J. Miranda Leão.	
Casas beneficiadas	2.676
Extinção de focos de larvas	1713
Recipientes inutilizados	81571
Vasilias e aquarios exgotados	36
Limpeza de tanques vallas e telhados	1011
Formigações	36
Expurgos	80
Petrolagens e cresolagens	2125
Trabalhos em pantanos e igarapés	314

Fonte: *Correio do Norte*, n° 534, 1910

Essas publicações eram comuns, visto que as turmas de trabalho, estabelecidas sob a liderança de inspetores sanitários, como Miranda Leão e Cordeiro Filho, no qual exerceram funções de fiscalização sanitária, com o apoio de guardas sanitários e outros colaboradores,

¹⁶⁶ FILHO, Sebastião Rocha da Silva. **A organização do Serviço Sanitário em Manaus**: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920). Dissertação. UFAM, 2013.

eram os responsáveis por apresentar relatórios detalhados sobre as atividades realizadas, incluindo informações quantitativas. Esses relatórios eram publicados periodicamente na imprensa, conforme evidenciado pelos dados apresentados pela equipe de Miranda Leão e publicado no *Correio do Norte*.

Outro aspecto que era alvo de preocupação, por parte tanto das autoridades locais quanto pelos sanitaristas, em especial no enfrentamento à propagação de doenças, estava relacionado ao porto, percebido como um ponto crítico para a disseminação das principais enfermidades que assolavam a cidade. Isto é, sendo o principal ponto de entrada, frequentemente era tal lugar que se concentravam os indivíduos doentes oriundos de diversas regiões do interior, bem como de outros estados e países. Portanto, tornava-se imperativa a implementação de mecanismos de controle específicos para essa área¹⁶⁷.

Segundo Priscila Ribeiro¹⁶⁸, o governo determinou a importação de uma variedade de equipamentos destinados à desinfecção e imunização. Entre esses equipamentos, destacou-se o aparelho de Clayton¹⁶⁹, cuja chegada foi reportada pelo *Jornal do Commercio*:

Para o serviço de desinfecção do nosso porto chegou pelo Jerome um aparelho de Clayton adquirido pelo governo do Estado.
É este o terceiro porto da República em que está introduzindo este melhoramento para a defeza sanitária.
Somente a Bahia e o Rio de Janeiro até agora possuíam destes aparelhos. Felizmente vamos ter mais este recurso para nos acautelar contra os lacres do Dr. Marianno¹⁷⁰.

O aparelho de Clayton era crucial para o serviço de fumigação das embarcações que vinham do interior e aportavam em Manaus. Determinação que era imposta pelo Serviço Sanitário do Estado, a saber: “As embarcações em que se derem casos de impaludismo ou febre amarela, ou que transportarem doentes d’essas enfermidades, serão submetidas a fumigações de gaz sulfuroso e os enfermos tratados de acordo com as presentes disposições¹⁷¹”.

Quanto às classes menos favorecidas, eram consideradas uma fonte real de preocupação em termos de contágio direto. Foi observado que os padrões de habitação dos pobres eram prejudiciais à saúde pública, pois as moradias coletivas eram identificadas como potenciais

¹⁶⁷ PINHEIRO, Maria Luiza U. P., **A Cidade Sobre os Ombros**. Trabalho e Conflito no Porto de Manaus. 1899-1925. 2ª ed. Manaus: EDUA, 1999, p.40-41

¹⁶⁸RIBEIRO. Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do Norte: O Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação. UFAM, 2014.

¹⁶⁹O aparelho consistia basicamente em um gerador de vapor sulfuroso. Este método de desinfecção era amplamente utilizado devido à sua eficácia de combater os mosquitos transmissores da febre amarela.

¹⁷⁰ *Jornal do Commercio*, Manaus, nº 87, 12 de abril de 1904.

¹⁷¹ Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Amazonas de 1907, art. 135, p. 38.

focos de disseminação de doenças, além de serem propícias para a propagação de diversos comportamentos viciosos¹⁷².

Tais preocupações relacionadas à higiene pública, em relação aos cortiços, foram recorrentes desde a década de 1890. Observa-se uma série de publicações no *Diário Oficial do Amazonas* que solicitavam a demolição de diversas moradias desse perfil, muitos identificados por numeração específica. Essas demandas incluíam a necessidade de realizar obras estruturais adequadas e, sobretudo, de garantir a higienização (incluindo pintura e limpeza tanto interna quanto externa) por parte dos proprietários, uma vez que muitas denúncias indicavam que esses cortiços não ofereciam condições habitáveis.

Nesse sentido, as discussões em torno das condições de moradia suscitam uma reflexão pertinente: em que medida o processo de urbanização de Manaus estava satisfazendo as necessidades de sua população? É evidente que as medidas adotadas não estavam priorizando a classe trabalhadora urbana, mas sim os interesses da classe dirigente e da elite que se beneficiava da economia da borracha. Como bem nos diz Sidney Chalhoub, “os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade”¹⁷³.

Ainda na década de 1890, o Código de Postura, no que diz respeito à moradia, proibia a construção de casas de palha e taipa, bem como de casebres e quartos alinhados às ruas e praças da cidade. Para as construções já existentes, a legislação exigia a edificação de um muro com, no mínimo, dois metros e meio de altura¹⁷⁴.

Dessa maneira, os moradores de baixa renda, incluindo os operários, que viviam nas áreas do perímetro urbano e não tinham condições de atender tais exigências, foram deslocados para os subúrbios¹⁷⁵ ou permaneceram no Centro da cidade como locatários. Isso se deve ao fato de que essas áreas foram tomadas por grupos que começaram a investir em edificações e quartos para aluguel, no qual, por trás de belas fachadas, escondiam ambientes insalubres¹⁷⁶.

Desse modo, podemos citar como as principais formas de moradia dos operários e pessoas pobres, os cortiços, quartos de aluguel, hospedarias, estâncias e porões. Nesse cenário,

¹⁷² CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemia na corte imperial**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996, p. 29

¹⁷³ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 31

¹⁷⁴ SAMPAIO, Patrícia Melo. **Posturas municipais, Amazonas (1838-1967)**. Manaus: EDUA, 2016, p. 77

¹⁷⁵ A área suburbana era composta pelos bairros de Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo, Educandos, Vila Municipal, Plano Inclinado (Tocos), Flores e adjacências. In: PINHEIRO, Maria Luiza U. P., **A Cidade Sobre os Ombros. Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 2ª ed. Manaus: EDUA, 1999, p. 57

¹⁷⁶ COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915)**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014, p. 112

esses indivíduos utilizaram os jornais para divulgar os problemas enfrentados nesse contexto, nos quais podemos agrupá-los em dois eixos principais: o alto custo dos aluguéis e as precárias condições habitacionais. Evidentemente, tais estruturas habitacionais e o estilo de vida dos seus ocupantes não estavam em consonância com os padrões emergentes, influenciados pelo modelo de vida importado da Europa. Assim, críticas direcionadas aos cortiços durante o período em análise eram constantes na imprensa.

O jornal *Correio do Norte*, de 07 de fevereiro de 1911, por exemplo, relatou sobre as visitas feitas pelo Sr. Dr. Jorge de Moraes em vários cortiços localizados no centro de Manaus, nos quais os estados de insalubridade foram destacados como condição recorrente nesses biombos:

A inspeção aos biombos

[...] Em todos eles reina a mais completa falta de asseio, constituindo-se assim verdadeiros focos de infecção.

Construído sem segurança e com completa falta de hygiene, esses biombos são infectos e grandemente prejudiciais à saúde dos inquilinos.

E' preciso notar agora o preço vexatório e exorbitante que os senhorios, os donos dessas pocilgas, cobram aos pobres inquilinos.

[...]

S. exa. Continuará a sua vistoria, porque tem a firme resolução de acabar por uma vez com a torpe exploração de que esta sendo victima o proletariado desta terra.

Esses biombos são verdadeiras fontes de riquezas e verdadeiros focos de miasmas ¹⁷⁷.

O *Correio do Norte* também reportava regularmente as inspeções realizadas frequentemente nessas residências coletivas de baixo custo, designadas pelas autoridades como habitações dos trabalhadores que não possuíam recursos para adquirir moradias em melhores condições sanitárias e em conformidade com as normativas vigentes. Essas visitas eram constantemente divulgadas pela imprensa antes de serem efetivadas pelos médicos encarregados das inspeções, cumprindo assim o papel de prévia notificação pública:

¹⁷⁷ *Correio do Norte*, n° 610, Manaus, 07 de fevereiro de 1911.

Imagem 8 – Notificação de visita médica e sanitária



Fonte: *Correio do Norte*, nº 612, 1911.

A Intendência Municipal desempenhou um papel crucial na implementação da ordem, buscando efetivar uma política de higiene. Nesse sentido, os cortiços e as edificações regionais eram alvos para eventual desaparecimento. Os sujeitos residentes eram fiscalizados e, caso qualquer irregularidade fosse identificada, o proprietário era notificado e multado.

Disposições da Intendência

Approvo as multas impostas pela fiscalização aos srs. Manoel Marques da Silva á rua 10 de Julho n, 83; Manoel Fernandes de Oliveira á rua Saldanha Marinho n. 88, na quantia de 50\$000 cada um por infracção do art. 103 do Codigo de Posturas, por deixarem de collocar lampeões nos cortiços de suas propriedades; no sr. Alfredo Joaquim Paes, mestre da obra á rua 10 de Julho n. 103, por infracção do art. 10 do Codigo de Posturas, na quantia de 20\$000.¹⁷⁸

Mesmo com recorrentes intimações e penalidades financeiras, durante o período de intensa migração para o Norte, especialmente em Manaus, os cortiços se transformaram em empreendimentos lucrativos para os comerciantes. Em outras palavras, tornaram-se uma fonte de lucro para aqueles que transformavam o direito à moradia um negócio rentável.

É neste contexto de regulamentação dos costumes da sociedade que os periódicos desempenhavam um papel significativo em Manaus, durante a primeira década do século XX. O jornal *Correio do Norte* veiculava uma variedade de legislações, decretos e regulamentos que respaldavam as autoridades estaduais e municipais na imposição de multas e penalidades, visando adequar e controlar os hábitos da população que não estavam em conformidade com o novo ideal de uma cidade moderna e higienizada.

¹⁷⁸ *Correio do Norte*, nº 624, Manaus, 23 de fevereiro de 1911.

2.3.2 A Prostituição

A primeira metade do século XX testemunhou uma ênfase nos aspectos moralizantes e na inquietação com a “preservação moral” da cidade, presente na retórica da imprensa local. Este discurso era acompanhado pela defesa da preservação dos padrões éticos, enquanto se destacava o papel do jornalista na salvaguarda da moralidade dos moradores da cidade, bem como de outros interesses correlatos. A disseminação de narrativas sobre a prostituição, muitas vezes tingidas com tonalidades sombrias, ocupavam vastas extensões das páginas dos jornais, tornando-se parte intrínseca do cotidiano narrativo¹⁷⁹.

Embora dados oficiais não estejam disponíveis, estudos realizados durante o período, como os conduzidos por Hermenegildo Campos¹⁸⁰ e Samuel Uchôa¹⁸¹, corroboram o aumento da prática da prostituição em Manaus. Nesse cenário, mulheres de diversas idades, com diferentes níveis de experiência, origens brasileiras ou estrangeiras, engajadas na profissão por escolha ou por falta de alternativas, contribuíram para diversificar as identidades presentes na sociedade local.

Assim, a questão da prostituição passou a figurar como uma das principais preocupações das autoridades públicas. Inicialmente, buscava-se regular os comportamentos das prostitutas visando evitar escândalos públicos envolvendo essas mulheres. Nesse contexto, a imprensa assumia novamente o papel de disseminadora de discursos moralizantes e disciplinadores, produzindo uma gama de artigos e notas sobre os riscos associados à persistência dessas práticas.

Seguindo essa tendência, os jornais de Manaus atribuíram considerável atenção aos discursos relativos às consequências adversas associadas ao avanço da prostituição na cidade, haja vista que, além de uma retórica moralizadora substancial, expressavam também grande preocupação com os valores familiares e culturais.

Na grande imprensa, através das páginas do *Correio do Norte*, percebemos uma abordagem moralizadora diante do tema em Manaus. A publicação assume um compromisso determinado de enfrentamento à prostituição na cidade, destacando-se por denunciar vigorosamente suas práticas e as figuras conhecidas como “marafonas”, responsáveis por sua

¹⁷⁹PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Uma outra cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 43

¹⁸⁰CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia médica do Estado do Amazonas.** 2ª ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1988.

¹⁸¹UCHÔA, Samuel. **Dois Anos de Saneamento, 1923.** Manaus: Livraria Clássica.

manutenção. Em nota publicada no dia 02 de setembro de 1910, o jornal demandava atenção por parte das autoridades competentes em relação à questão da prostituição:

Preocupa-se actualmente o dr. Luna de Alencar, chefe de policia do Estado, com o problema da prostituição. S.s. começa a sua administração animado dos melhores intuitos, tendentes, senão a reprimir o mal que ameaça tornar Manáos inacessível á habitação familiar, pelo menos a limitar a sua acção funesta a uma esfera em que tenha ella menor repercussão e se tornem menos sensíveis os seus perniciosos efeitos.

Para que s. s. faça jus á benemerência do povo amazonense, tornando fecunda a sua administração de benefícios para a collectividade, basta que constitua o centro de sua atividade vigilante a limitação desse morbus, que se expande assustadoramente no meio e que nos ameaça com mais um estigma de celebridade ridícula.

S.s. deve enfrentar corajosamente o problema. As medidas tomadas até agora devem se suceder outras visando os mesmos resultados. S. s. encontrará sem duvida sérios embaraços, deante os quaes a falta de um código de policia, á semelhança do que existenos paizes europeus, dentro de cujas disposições deveria girar a sua autoridade: Mas a falta é remediável. Entre nós, a policia de costumes é regulada pelo Cod. de posturas municipaes, defeituoso embora, mas cujas omissões podem ser ressarcidas na reforma porque ele passa neste momento, se não laboramos em equivoco.

Faz-se necessário e urgente localizar a prostituição, fixando para residência das rameiras em ruas que não estejam compreendidas no circuito da viação electricaa.

Conquanto restrictivada liberdade, tal medida de ordem publica está justificada pelos seus próprios fins, visto o caráter que reveste.

Assim como os proprietários não tem liberdade para alugar seus prédios para fins inconfessáveis, como casas de jogo e semelhantes, não a devem ter para os alugar a marafonas no centro da popular escolar, nas ruas em que maior se dá o transito das creanças e das famílias.

O Cod. de posturas deve estabelecer multas para o caso, cobráveis pela policia, e se essa medida não for sufficiente, estabelecer o município um imposto diferencial sobre os prédios situados nas referidas ruas que tenham taes inquilinos.

O coefficiente da prostituição, apesar de não termos estatística, cada vez mais se eleva, a olhos nús, e urge que um combate serio seja dado ao morbus terrível que já começa a assumir o caracter de calamidade publica.

Reaja, dr. Lunna de Alencar, que nos contará sempre aos seu lado.¹⁸²

Além de pleitearem pela remoção dessas mulheres, a fim de evitar a exposição de suas práticas, havia a percepção de que a eficácia na resolução do problema era limitada pela inexistência de um código de polícia semelhante ao adotado em países europeus¹⁸³. Afinal, defendia-se, a necessidade de localizar a prostituição em áreas isoladas, visando preservar a moralidade pública e as sensibilidades da elite diante da suposta depravação. Nesse sentido, argumentava-se, ainda, que a solução mais adequada seria transferir essas atividades para locais desprovidos de infraestrutura básica, como serviços de iluminação pública.

Conforme Margareth Rago¹⁸⁴ esclarece, apreendemos que a realocização geográfica experimentada pelas classes marginalizadas não limitou as práticas de identidade dos sujeitos

¹⁸² *Correio do Norte*, n° 532, Manaus 02 de setembro de 1910.

¹⁸³ Em Manaus, a polícia dos costumes era legitimada pelo Código de Posturas do Município.

¹⁸⁴ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 46

pertencentes ao submundo, mas sim promoveu uma ampliação das variadas formas de obtenção de prazeres, resultando em uma maior rentabilidade para o comércio do sexo. Isto significa que essa atividade viu sua legitimidade estabelecida em certas áreas centrais da urbe. Isto é, com a deslocação dessas práticas para localidades mais periféricas, o comércio “alternativo” encontrava mais uma oportunidade de se expandir, haja vista novos espaços e clientelas se apresentarem.

Outra questão que nos chama atenção na nota divulgada refere-se às hospedarias e outras residências. Os proprietários desses estabelecimentos não tinham a autonomia para locar seus espaços para fins relacionados a jogos de azar e atividades semelhantes. Além disso, não estavam autorizados a sublocar esses espaços para a prática da prostituição no centro das áreas populares, em vias frequentadas por crianças e famílias.

A nota se encerra com o alerta de que, embora não houvesse dados estatísticos precisos, o coeficiente da prostituição estava visivelmente em ascensão, e era urgente empreender um combate sério, ao que chamavam de: contra esse mal que começava a assumir proporções de “calamidade pública”.

Outra preocupação dos articulistas do jornal se referia às práticas de caftinagem. O artigo: “Desocupados e Cafténs”, denunciava como esses indivíduos viviam da exploração de “infelizes mulheres”, ressaltando como a lucratividade dessa prática contribuía para disseminação da prostituição pela cidade:

Ao começarmos a escrever este artigo, que só tem por fim prestar um serviço que consideramos relevantíssimo á nossa sociedade, ao progresso e ao desenvolvimento moral do nosso meio, alimenta-nos a certeza de que vamos ajudar aos poderes competentes no saneamento moral da cidade de Manáus, abrindo uma campanha justa e de que jamais recuaremos em pról dos nossos créditos e da nossa moralidade.

[...]

Muitos desses meliantes vivem na exploração tristíssima, vergonhosa e criminosa do caftismo, comendo, bebendo e gastando largas somas á custa das infelizes mulheres. Não nos recceiamos da menor contestação e, se tanto for preciso, daremos nestas columnas os informes completos e mesmo os nomes desses desocupados e caftens. Não custará tanto realizar a grande obra de saneamento moral.

Manáus ainda é uma cidade pequena e esses typos são bastante conhecidos. Voltaremos¹⁸⁵.

A imprensa local de Manaus, seguindo sua prática habitual, costumava divulgar informações relacionadas ao submundo, sem deixar de lado as notícias mais comuns que incluía detalhes como: nomes, apelidos e até mesmo a localização residencial. Essa dinâmica era facilmente observável em várias notas no jornal *Correio do Norte*, que noticiava as prisões

¹⁸⁵ *Correio do Norte*, nº 711, Manaus, 08 de junho de 1911.

diárias peitas pela polícia: “Foi recolhida ontem ao xadrez da subprefeitura por desordens Januaria da Conceição, de 26 annos, solteira, paraense, meretriz”¹⁸⁶.

Em outro caso, a carta de um leitor é publicada no jornal com intuito de apoiar o periódico na intensa campanha feita contra as exhibições de cançonetistas livres e supostos escândalos no Teatro Julieta:

Ainda há poucos meses

[...] de um simpathico theatre onde um pae de família regosijava em levar suas filhas, seus filhos, sua esposa, formou-se um bordel verdadeiro. Fechando assim as portas de um logar de diversão, outrora agradável a toda gente honesta, para satisfação só, cupidice e ganancia de certa gente, isto é, só em proveito de meretrizes e seus patrões. Continueis pois na vossa nobre campanha que muito vos honra, pois tereis os applausos de toda Manáos civilizada¹⁸⁷.

Também era comum que determinados estratos sociais difundissem a representação da prostituta como personificação do mal, associando-a à propagação de enfermidades físicas e morais, potencialmente advindas da prática sexual comercializada. Em decorrência desses estigmas, o cotidiano da prostituição entrava em choque com o paradigma tradicional da sociedade patriarcal, que atribuía às mulheres um papel de recato, submissão e procriação.

Esse descaro que é uma humilhação constante para as familias uma nota deprimente nos nossos costumes, deve ser afferrolhado, occulto a bem da moralidade, da candura de nossas filhas, e do futuro dos nossos filhos. Os regulamentos devem ser cumpridos com rigor, sem excepções, a fim de evitar que ellas alardeiem, protecções poderosas. [...] E francamente digam-me, se não é triste que uma senhora honesta se meta num bonde da Saudade com suas filhas, para ver aquelles prostibulos ás escancaras, patenteando o seu luxo licencioso e as impudicas sacerdotizas semi-vestidas, em exhibição desaforada dos decotes¹⁸⁸.

Nesse contexto, tanto princípios morais quanto teorias científicas foram invocados para justificar a segregação de espaços públicos específicos: uns destinados à mulher virtuosa, protegida, respeitada e glorificada pela sociedade; outros destinados à prostituta, relegada ao submundo, marginalizada e perseguida. Além de ser considerada uma transgressão moral e uma ameaça aos bons costumes, a prática da prostituição era vista como um perigo real à ordem social estabelecida, na qual o papel social da mulher deveria ser estritamente limitado ao âmbito privado.

¹⁸⁶ *Correio do Norte*, n° 121, Manaus, 12 de junho de 1906

¹⁸⁷ *Correio do Norte*, n° 396, Manaus, 27 de março de 1910.

¹⁸⁸ *Correio do Norte*, n° 979, Manaus, 24 de abril de 1912.

O artigo 116 do código de posturas dizia: “Aquele que praticar atos imorais em qualquer lugar público será multado em 20\$000 mil réis ou quatro dias de prisão”. Esta disposição evidencia a interseção entre a regulação urbana e a regulação dos corpos, em que o controle exercido sobre as ações corporais, seja no que tange à vestimenta adequada ou aos horários permitidos para a circulação nas vias públicas, reflete os valores socioculturais prevalentes em uma determinada sociedade e período histórico.

As novas demandas por entretenimento e atividades culturais também emergiram como um fator significativo no aumento da prostituição. Com o desenvolvimento de uma vida noturna e uma ampla variedade de opções de lazer acessíveis a todos os estratos sociais, incluindo mesas de bilhar, bares, botequins, salões, cafés, teatros e outros locais de entretenimento, predominantemente direcionados ao público masculino, a cidade viu um aumento na procura por serviços sexuais.

Apesar das preocupações expressas na imprensa e das medidas coercitivas tomadas pelas autoridades locais, a prostituição se tornou um elemento adicional na busca pela modernização. No contexto do processo de “civilização” e “europeização” em curso na cidade, frequentar cabarés, cassinos e cafés luxuosos, onde as prostitutas estrangeiras predominavam, era considerado um símbolo de status entre as classes mais privilegiadas. Essa clientela seleta incluía políticos, grandes comerciantes, proprietários de seringais e outras figuras proeminentes da sociedade da borracha, os mesmos que defendiam o tradicionalismo da cultura regional e a submissão feminina, mas desfrutavam dos prazeres carnavais ao lado de jovens mulheres estrangeiras, o que lhes conferia prestígio e influência¹⁸⁹.

A imprensa, ao adotar uma postura moralizadora e, por vezes, hipócrita, configura-se nesse cenário como um espaço propício para discursos superficiais e radicais. Tais discursos se destacaram por uma condenação generalizada da prática comercial relacionada ao corpo, notadamente no que diz respeito à prostituição. Nesse contexto, as mulheres envolvidas nesse comércio são frequentemente difamadas, enquanto a atenção é desviada da responsabilidade dos homens que buscam esses serviços, perpetuando uma perspectiva unicamente culpabilizadora e pejorativa da mulher, como sustenta Dias,

A imprensa de Manaus dedicava grande espaço aos comentários sobre os efeitos maléficos que o desenvolvimento da prostituição trazia à cidade, como comentários

¹⁸⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte** – Letramento e periodismo no Amazonas (1980–1920). 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015, p. 278

que refletiam um discurso com grade conteúdo moralizador, ao mesmo tempo que traduziam a preocupação com a defesa da família e dos costumes¹⁹⁰.

Embora os jornais criticassem mais vigorosamente a prostituição associada ao baixo meretrício, realizada nas ruas e áreas degradadas da cidade, e muitas vezes fechassem os olhos para os cabarés e estabelecimentos de luxo frequentados pela elite masculina, o *Correio do Norte* não deixava de protestar e denunciar a “liberdade das hetairas” e a necessidade de “fiscalização policial” para regulamentar a prática da prostituição em lugares específicos:

Aqui, a liberdade das hetairas uma verdadeira affronta. Em todas as cidades civilizadas está debaixo da fiscalização policial, tem ruas proprias, casas especiaes, regulamentos energicos, de modo que não ostentam-se nas janellas, não podem parar nas ruas, não podem frequentar -certos estabelecimentos...

Sabe-se que é impossivel a repressão do impurissimo, mas não é a do impudor. Toda a lei tendente a occultar essa chaga social incuravel é um beneficio para a juventude, para os lares, um desaforo para a gente honesta que não mais receia hobrear nos theatros, e nas ruas, ou ver de suas casas o espectáculo indigno do descarro impune.

Que todos os que tem filhas e esposas me digam se acham decente que ellas de suas janelas estejam presenciando os manejos equívocos d’uma hetaria que mora de fronte ou ao lado, tratando imprudentemente dos seus interesses¹⁹¹.

Percebemos que o articulista deixa claro na nota que a crescente presença das mulheres nos espaços públicos de entretenimento e trabalho “impôs” que a “mulher virtuosa” compartilhasse os mesmos locais com as meretrizes, tanto na vida noturna, em teatros e outras formas de lazer frequentadas pelas prostitutas do alto meretrício, quanto nas ruas, onde predominava o baixo meretrício. Isto representou uma ameaça aos valores familiares e à moralidade da mulher enquanto figura materna e esposa; portanto, justificando a necessidade de medidas de intervenção policial.

Outra questão que permeava a prática da prostituição estava relacionada ao tráfico de mulheres. O jornal *Correio do Norte* de 1911 trouxe uma matéria com a seguinte chamada: “O TRAFICO da CARNE BRANCA [...] o tráfico de carne branca posto em prática todos os dias numa época que se diz progressiva patenteia perfeitamente o recuo que vae sofrendo a humanidade hodierna”¹⁹². A matéria faz apontamentos acerca da exploração sofrida pelas mulheres, e o perigo que o tráfico e a prostituição representam para a família, a moral e o progresso da sociedade.

¹⁹⁰ DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1890-1920. 3.^a Edição. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 112

¹⁹¹ *Correio do Norte*, n° 970, Manaus, 18 de abril de 1912

¹⁹² *Correio do Norte*, n° 733 Manaus, 4 de julho de 1911.

Conforme apontado por Margaret Rago, o tráfico de mulheres afetou diversos países europeus, destacando-se, no início do século XX, na França, Espanha, Rússia, Itália e Portugal. A autora ressalta a dificuldade de quantificar o número de prostitutas traficadas, bem como a impossibilidade de determinar quantas foram enganadas por falsas promessas de emprego ou casamento, e quantas optaram por se envolver nessa prática por vontade própria.

[...] o mais importante a ressaltar é que a grande maioria das escravas brancas participava desse meio, conhecia suas regras e desejava “fazer a América” como prostituta nos principais mercados do prazer. Apesar de todas as fantasias que cercam as histórias do tráfico, muito poucas vinha iludidas ou forçadas [...] ¹⁹³.

Em notícia veiculada no *Jornal do Comércio* encontramos a denúncia de que “dois indivíduos, acusados de exercerem o tráfico de mulheres brancas, os quaes levavam em seu poder uma gentil mocinha filha de família respeitabilíssima. Essa, ao ter conhecimento da sorte desgraçada que a aguardava, tentou suicidar-se”¹⁹⁴, o que demonstrava manobras fraudulentas direcionadas às vítimas do tráfico.

Ademais, em estudo sobre a prostituição em Manaus e Belém, no final do século XIX, Tomas Orum diz que o atrativo por mulheres estrangeiras residia principalmente na distinção que apresentavam em relação às mulheres locais que, geralmente, eram caboclas ou mestiças de pele bronzeada¹⁹⁵.

Como já dito anteriormente, a prostituição era um dos principais alvos das políticas urbanas, ressaltando que a perseguição acontecia principalmente no baixo meretrício, praticado por mulheres pobres, já que os bordéis de luxo eram frequentados por autoridades e membros da elite¹⁹⁶.

Assim, podemos entender que o objetivo das ações policiais está muito mais ligado a uma intenção de controlar e camuflar a atuação das prostitutas, mantendo-as longe dos olhos e da presença das famílias “de bem” da sociedade, sem, no entanto, erradicá-las, pois, concebida como “mal necessário”, a prostituição exerceria seu papel social, por exemplo, atendendo a

¹⁹³ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 290

¹⁹⁴ *Jornal do Comercio*. Manaus, 5 de setembro de 1913.

¹⁹⁵ ORUM, Thomas T. As Mulheres das Portas Abertas: judias no submundo da Belle Époque amazônica, 1890-1920. **Revista Estudos Amazônicos**. vol. VII, n. 1 (2012), pp. 1-23. Tradução: Benedito Carlos Costa Barbosa, Marylia Lima Nina de Azevedo e Maurício Costa.

¹⁹⁶ PINHEIRO, Maria Luiza U. P. **A Cidade Sobre os Ombros**. Trabalho e Conflito no Porto de Manaus. 1899-1925. 2ª Ed. Manaus: EDUA, 1999, p. 62

satisfação sexual das “pulsões pré-nupciais”, alternativa para a preservação da virgindade das moças¹⁹⁷.

Apesar de não haver o interesse na erradicação, a prostituição foi criminalizada como “ato imoral”, uma ameaça à vida social, o que resultaria numa repressão policial que incidiu principalmente nas “prostitutas públicas”, mulheres de condições sociais inferiores, já que as prostitutas de luxo, em geral, contavam com a proteção de homens poderosos e influentes¹⁹⁸.

Nesse contexto, o jornal era visto como um guardião da lei, atuando como um agente fiscalizador com a responsabilidade de preservar a moralidade e os bons costumes, conforme os parâmetros definidos pela tríade de ordem, progresso e modernidade. O jornal *Correio do Norte*, sendo um diário de grande circulação, fazia com que todo material publicado em suas páginas ganhasse ampla visibilidade. Nesse sentido, seu objetivo principal era de afastar e exercer controle sobre a população considerada perigosa e indesejada, mantendo-a distante do centro urbano.

2.3.3 A embriaguez e a vadiagem

Consolidada como uma das variáveis mais prejudiciais, a embriaguez também suscitava inquietações entre as autoridades. Havia a convicção de que o excesso de consumo de álcool “estraga o organismo, obscurece a intelligencia e faz desaparecer todos os sentimentos bons”¹⁹⁹. O sujeito, quando sob a influência do álcool, era objeto de repulsa e percebido como suscetível à prática de delitos graves. De fato, o incremento da taxa de criminalidade era imputado à embriaguez, sendo esta alvo de medidas repressivas e sanções legais. Assim, havia a ideia de proibir o consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos, tais como: ruas, praças, cafés, teatros, entre outros.

O Estado deveria “estabelecer medidas para reprimir a embriaguez, dificultando a instalação e abertura de estabelecimentos de bebidas”²⁰⁰. Havia a intenção de restringir a temporalidade de comercialização de bebidas, incrementar a tributação, cogitar a proibição integral da venda, além de implementar medidas para dificultar o acesso por parte de indivíduos

¹⁹⁷ SIMMEL, Georg. Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro. *In*: SIMMEL, Georg. **Filosofia do Amor**. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 7-8

¹⁹⁸ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). p. 133

¹⁹⁹ AMAZONAS. **Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Sr. Silvério José Nery**. 1904, p. 210

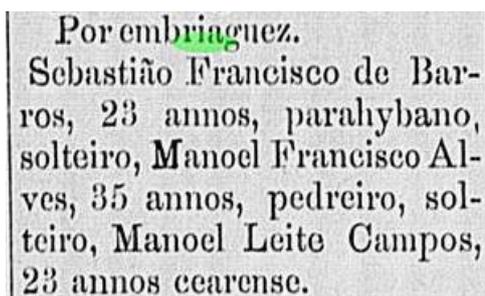
²⁰⁰ Idem.

menores de idade. Adicionalmente, considerava-se a imposição de sanções pecuniárias como forma de punição para condutas relacionadas à embriaguez.

Conforme indicado por Edineia Mascarenhas Dias²⁰¹, durante o período de 1895 a 1910, a análise estatística revela que a embriaguez constituía o principal motivo por trás da maioria das prisões efetuadas nesse intervalo. O Código de Posturas do Município, datado de 1896, proibia expressamente o estado de embriaguez e a venda de bebidas alcoólicas, estabelecendo uma multa no valor de 30\$000 réis. Depois, em 1910, o valor saltou para 50\$000 réis. A autora destaca ainda que o consumo excessivo de álcool não se limitava ao interior do Amazonas, mas era igualmente prevalente na cidade de Manaus.

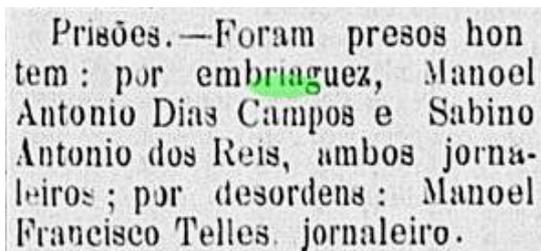
Na coluna intitulada: “Pela Polícia”, percebemos que o jornal *Correio do Norte* publicava, com frequência, informações sobre homens e mulheres que eram diariamente recolhidos ao *xadrez* por embriaguez:

Imagem 9 – Jornal *Correio do Norte*: Notícias de natureza policial



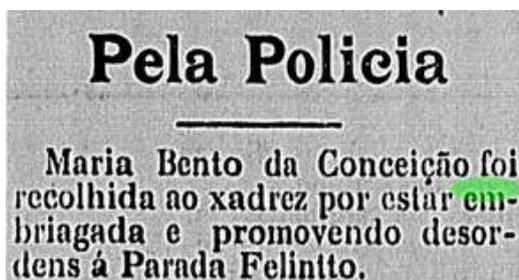
Por embriaguez.
Sebastião Francisco de Barros, 23 annos, parahybano, solteiro, Manoel Francisco Alves, 35 annos, pedreiro, solteiro, Manoel Leite Campos, 23 annos cearense.

Fonte: *Correio do Norte*, nº 8, 1906.



Prisões.—Foram presos hon tem: por embriaguez, Manoel Antonio Dias Campos e Sabino Antonio dos Reis, ambos jornaleiros; por desordens: Manoel Francisco Telles, jornaleiro.

Fonte: *Correio do Norte*, nº 21, 1906.



Pela Policia
—
Maria Bento da Conceição foi recolhida ao xadrez por estar embriagada e promovendo desordens á Parada Felinto.

Fonte: *Correio do Norte*, nº 632, 1911.



Pela Policia
—
Maria Amelia da Silva por estar embriagada e promovendo desordens foi visitar os aposentos da 2.ª de parceria com a sua congenera Petronilla Maria de Barros.

Fonte: *Correio do Norte*, nº 633, 1911.

²⁰¹ DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1890-1920. 3.ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 114

Nesse contexto, a meta a ser seguida era a preservação da ordem e da moral. Para tal fim, a embriaguez, responsável por grande dano na vida do cidadão, deveria ser combatida com rigor, até sua extinção.

Além disso, o alcoolismo representava uma preocupação significativa que afetava não somente Manaus, mas as demais cidades brasileiras, sendo considerado um obstáculo para o progresso do país. Nesse sentido, despertou atenção uma matéria veiculada, inicialmente, no Rio de Janeiro e, posteriormente, republicada no jornal *Correio do Norte*, intitulada: “A bebida perante a higiene”:

O notável médico brasileiro, Dr. Pires de Almeida, escreveu para o Jornal do Comércio do Rio de que é um dos mais brilhantes colaboradores, as seguintes linhas:
[...]
As estatísticas acusam algarismo demasiado alto de alienados e de indivíduos acometidos de outras lesões da inteligência, tão só pelo uso continuado, a pretexto de aperiente, de doses mínimas de vermuth antes das refeições.
[...] Ninguém ignora que dois terços dos atentados praticados contra as pessoas entre nós tem por móvel a causa a embriaguez pelo paraty, que fornece, de resto annualmente, forte contingente no nosso Hospício de Alienados [...]²⁰².

Não por acaso encontramos, com certa frequência, nas páginas do *Correio do Norte*, publicações sobre esse mal que assolava a sociedade manauara. A tese intitulada: “Alcoolismo e involução humana. Repressão e profilaxia do alcoolismo”, porque o alcoolismo era tido e havido como uma questão de higiene social, foi defendida e aprovada com distinção por Adriano Jorge, redator do jornal, na Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia²⁰³.

Adriano Jorge sempre manteve preocupações com os vícios que se incorporavam à vida dos homens, especialmente o alcoolismo e o tabagismo. Por isso participava das campanhas realizadas em várias ocasiões para combater tais vícios. Foi assim, no ciclo de palestras levado a efeito em 1928, a conhecida semana antialcoólica e organizada por José Francisco de Araújo Lima, na qualidade de Delegado da Liga Nacional de Higiene Mental, no Amazonas.

Tratava-se de uma ação continuada de sua formação médica; afinal, cuidara do tema com mais abrangência na sua tese acadêmica, em 1900. Esse tema se manteve no rol de preocupações do articulista no curso do exercício da sua profissão e foi por ele ressaltado em artigos, palestras e discursos, por diversas vezes, como podemos observar em artigo publicado no jornal *Tribuna do Caixeiro*:

²⁰² *Correio do Norte*, n° 561, Manaus 08 de outubro de 1910.

²⁰³ BRAGA, Robério. **Adriano Jorge – Forte como a morte**. Manaus: Reggo: Nova Métrica, 2015.

Um bêbado habitual é um doente, na maioria dos casos, incurável, como os morfinômanos; e incurável principalmente porque é um doente da vontade. Nos poucos casos de cura, a custa de imensos esforços por parte de amigos e de médicos, o restabelecimento é temporário apenas, porque as recidivas são a regra. [...] Casos de cura completa, as estatísticas sobre o assunto registram minimamente. Eu advinho, no solitário desespero de suas noites povoadas de alucinações, no doloroso e inútil esforço para não sucumbir as instantes solicitações de seu vício infando, no trágico desprezo com que ele profigava a si próprio a covardia misérrima, eu o advinho arquejando extenuado na atribulada labuta de reunir tudo o que lhe restava de grande, de bom e de puro, em torno dessa resolução do internamento, que um dia lhe repuntara no espírito.... E internou-se²⁰⁴.

Além de serem encaminhados à prisão, indivíduos embriagados ou alcoólatras eram encaminhados para a Santa Casa de Misericórdia ou para o Hospital dos Alienados Eduardo Ribeiro. Não é possível fornecer uma estimativa precisa do quantitativo de pessoas enviadas para essas instituições; no entanto, é observado que compunham uma parcela dos que eram admitidos por ambas, devido ao seu comportamento desordeiro e desrespeitoso em relação a ordem pública:

Maria Benedieta da Costa cimbriaga-se constantemente e anda provocando desordens e offendendo a moral publica.
Na noite de 20 e hontem pela manha a bebeda achou que devia insultar a familia do sr. Theotonio Faustino da Cruz, alferes do Regimento do Estado.
Pedimos á policia que corrija essa desordeira.²⁰⁵

Sobre a vadiagem, o Código Penal Republicano de 1890 instituiu punições mais severas em comparação às do período imperial, incluindo a previsão de criação de presídios específicos para tal prática, com o objetivo de reprimi-la de maneira mais eficaz.

Durante a Primeira República, a desordem em Manaus estava ligada predominantemente à parcela da população pobre, abrangendo não apenas indivíduos negros, mas também pardos, portugueses, nordestinos, ou seja, aqueles que subsistiam por meio do trabalho informal. Esses grupos eram marginalizados pela sociedade na Manaus da *Belle Époque* por não se enquadrarem na imagem de progresso social e econômico.

Com o intuito de excluir do contexto urbano o contingente de desempregados e subempregados que a República tendia a ocultar, o governo republicano promulgou uma série de decretos que estabeleciam as normas sociais às quais os membros das classes menos favorecidas deveriam obedecer.

²⁰⁴ JORGE, Adriano. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, 21 de março de 1909.

²⁰⁵ *Correio do Norte*, nº 106, Manaus, 25 de maio de 1906.

Segundo o Capítulo 13 e artigo 399, o então Código estabelecia sanções para a prática da vadiagem, definida como o hábito de uma pessoa se entregar frequentemente à ociosidade, sem possuir meios legítimos de subsistência além do trabalho. Entre as atividades ilícitas, podemos destacar a prostituição, o furto e o jogo do bicho.

Além das leis federais que visavam reprimir contravenções e crimes, foram promulgadas várias leis municipais na cidade de Manaus com o objetivo de evitar que tais indivíduos circulassem pela cidade em trajés inadequados, em grupos desorganizados ou promovendo badernas. Uma forma de contornar o problema foi através da pressão exercida por meio do Código de Posturas de 1890 sobre aqueles que estivessem sem trabalho.

O indivíduo que viver sem indústria, renda, emprego ou profissão habitual certa, honesta e suficiente é considerado vadio e vagabundo e como tal obrigado, desde que for intimado pelo Fiscal, a tomar uma ocupação honesta dentro de quinze dias e no fim desse tempo deve provar ter tomado um emprego ou ocupação que lhe garanta a subsistência²⁰⁶.

Como evidenciado pelo Código de Posturas, nos discursos ideológicos de modernização, a questão do trabalho foi destacada no discurso oficial como um elemento essencial para a formação da sociedade desejada. Portanto, o cidadão deveria ser civilizado, disciplinado e dedicado ao trabalho, pois a ociosidade era vista como incompatível com o projeto de desenvolvimento em andamento. Por isso que nesse contexto as autoridades estabeleceram normas de conduta para justificar a obrigatoriedade do trabalho, principalmente para as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Essas normas visavam atender às demandas do desenvolvimento capitalista e funcionavam como reguladoras da ordem, da moral e dos bons costumes na sociedade local.

Neste contexto, o conceito de vadiagem é definido em oposição ao de trabalho. Chalhoub aponta que “todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem”²⁰⁷. Essa visão, quando aplicada à população local, desconsiderava as particularidades culturais e sociais dos habitantes da região, sem levar em conta seus hábitos e costumes. Em vez disso, impôs uma perspectiva externa, determinando que a maneira “correta” de ganhar a vida e sustentar a família, contribuindo para

²⁰⁶ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 3.^a Edição -Manaus: Editora Valer, 2019. p. 32.

²⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3.^a ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012, p. 73.

a sociedade, deveria ser por meio do trabalho assalariado. Por essa razão, os nativos da região eram frequentemente descritos pelos viajantes como indolentes, vadios e preguiçosos.

O conceito de vadiagem também abrangia uma série de contravenções e incluía, além dos desempregados, indivíduos envolvidos com jogatina, alcoólatras, falsários, cáftens e mendigos²⁰⁸. Para enfrentar o problema dos elevados índices de mendicância que estavam se alastrando pela cidade e preenchiam as páginas dos jornais, o poder público buscou apoio em iniciativas particulares, promovendo a criação de casas de caridade e asilos destinados a acolher os doentes e desvalidos, retirando-os das ruas²⁰⁹. Nesse contexto, as associações beneficentes formadas por comunidades imigrantes se somavam a outras instituições, como a Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo de atender à demanda dos doentes e mendigos que perambulavam pelas vias urbanas.

Hontem as 10 horas da manhã, na rua dos Barés, o individuo Benedicto Archangelo, que se achava promovendo desordens, foi preso pelo cabo Pedro Celestino.

O preso tentou evadir se, não conseguindo devido a attitude que tomou o cabo Celestino.

Houve lucta, tendo o preso recebido um ferimento de sabre e o cabo sido mordido em um dedo pelo desordeiro.

O preso foi recolhido ao xadrez, depois de ser medicado na Santa Casa.²¹⁰

Em artigo publicado em julho de 1911, o jornal também se mostra preocupado com a situação de vadiagem de menores em Manaus:

A Vadiagem em Manáos

Augmenta dia a dia, nesta cidade, a vadiagem de meninos que, desoccupados, passam os dias á sombra d'uma arvore ou d'um telheiro viciando-se e corrompendo-se.

A acção da policia precisa de ser energica, agindo implacavelmente de sorte a acabar com esse triste spectaculo que se presencia actualmente nesta capital.

Meninos que podiam ser aproveitados e podiam ser uteis ainda á sociedade, de qualquer maneira, perdem-sem nessa convivencia das ruas, acostumando-se a certos habitos degradantes que mais tarde serão dificieis de cercear.

Não será preciso esflorar no decorrer destas linhas as desvantagens dessa vida ociosa a que essas creanças se vão habituando, porque nós temos exemplos flagrantes das consequências acarretadas por esse modo de vida.

Ninguem ignora que se o menino não receber a educação precisa mais tarde será fatalmente um mão cidadão.

A creança precisa de ensinamentos benéficos que lhe actuando no espirito o vá preparando para a futura lucta pela vida.

Desprezados em casa pelo desleixo paternal vêm para a vida das ruas, onde estragam os cara teres e corroem as energias.

²⁰⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. p.132.

²⁰⁹ BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. **Condições Sociais de Migrantes em Manaus, 1920-1945**. Manaus, 2010, p. 152-153.

²¹⁰ *Correio do Norte*, n° 123, Manaus, 14 de junho de 1906.

Acostumados a ociosidade, odeiam o trabalho e começam a exercitar os vícios aprendidos.

Manãos tem varios institutos para a educação de meninos. A policia deve enviar esses pequenos a esses estabelecimentos publicos do Estado, onde sob as vistas dos mestres e com rigor da disciplina existente ainda se podem regenerar.

Certo de que é preciso se acabar com isso, Manãos se é que é civilizada não póde dar espectaculos desta natureza²¹¹.

Como podemos inferir através da nota, nas ruas de Manaus, que a ociosidade era intolerável. Crianças e adolescentes que fossem vistos brincando, descansando, conversando ou se divertindo eram considerados exemplos de preguiça e falta de civilidade, características atribuídas às classes populares, aos habitantes locais e aos indivíduos sem qualificação. Assim, os administradores públicos impuseram normas sociais que buscavam eliminar o ócio tanto individual quanto, especialmente, coletivo. Nesse bojo, reuniões de menores eram observadas com suspeita pelas autoridades, pois eram vistas como sinais de malícia, desocupação e potenciais atividades perigosas, conforme registrado no Código de Postura do Município:

Art.140 – É prohibido o ajuntamento de menores e de famulos, nas lojas, tavernas, açougues, mercados e ruas, sob pena de multa de 10\$000, pelo pagamento da qual serão responsáveis os proprietários dos estabelecimentos em que forem elles encontrados, e os paes, tutores ou patrões, quando tal ajuntamento se der nos mercados, ruas e praças.

Fica claro que a *Correio do Norte* teve importante participação na propagação de ideias que associavam a falta de trabalho à vadiagem. Também desempenhou um papel fundamental na construção de estereótipos de comportamentos que deveriam ser eliminados, além de promover um modelo ideal de mulher, de trabalhador e de criança.

Na cidade de Manaus, o comércio da borracha, nas últimas décadas do século XIX, possibilitou que a elite local se familiarizasse com um estilo de vida europeu, que se manifestava não apenas na arquitetura e no planejamento urbano, mas também em uma nova visão de mundo. Esses ventos de modernidade exigiram uma reorganização dos espaços urbanos, normatizando a conduta dos cidadãos, seus costumes e tradições. Nesse contexto de transformações, a imprensa desempenhou um papel fundamental como propagadora dos ideais de um novo modelo de sociedade almejado. Isto é, foram criados códigos de postura na tentativa de erradicar a insalubridade, a prostituição, a embriaguez e a vadiagem, e ações policiais buscaram implementar essas leis. Contudo, foi a imprensa que desempenhou o papel mais eficaz nessa empreitada, difundindo projetos de intervenção social que consolidavam os valores econômicos do grupo dominante, de acordo com os interesses políticos e econômicos dele.

²¹¹ *Correio do Norte*, n° 745, Manaus 19 de julho de 1911.

CAPÍTULO III – IMPRENSA E PODER: O *CORREIO DO NORTE* E AS DISPUTAS OLIGÁRQUICAS NO AMAZONAS

Neste capítulo, nosso propósito é estabelecer conexões entre o papel desempenhado pelo jornal *Correio do Norte* nas relações de poder e a política na imprensa amazonense. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar o posicionamento do jornal frente à política local, averiguando os conflitos, confrontos e arranjos ordenados em torno do poder.

Investigamos a movimentação do jornal nos momentos de trocas de poder, no qual os diversos periódicos marcavam a imprensa com discursos calorosos, em defesas de seus programas políticos. Aqui, analisamos as campanhas encabeçadas pelo *Correio do Norte* em três pleitos específicos: o primeiro deles em 1906, no qual concorreram ao pleito Jonathas Pedrosa, para senador da República; e Heliodoro Balbi, para deputado federal; o segundo pleito, em 1909, no qual concorreram pela chapa revisionista Adriano Jorge, Gerson Corrêa, Bento Aranha, coronel José Cardoso Ramalho Junior e Júlio Verne; por fim, o terceiro pleito, ocorrido em 1910, no qual o Partido Revisionista do Amazonas apoiou a candidatura de Rui Barbosa para presidente e para vice, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins.

Também buscamos uma análise de como o *Correio do Norte* se posicionou frente às disputas travadas entre Silvério Nery e Antônio Bittencourt, sobretudo em torno da liderança do Partido Republicano Federal, em 1910, no qual os integrantes do Partido Revisionista estimulavam o governo Bittencourt a reagir contra o grupo dos Nerys. Essas disputas culminaram no bombardeio de 8 de outubro de 1910, uma clara tentativa de forçar Bittencourt a deixar o cargo de governador do Estado.

Por fim, abordamos o período de transições ocorridos na trajetória do *Correio do Norte*, visto que em 1910 ocorreu a dissolução do Partido Revisionista do Amazonas e o jornal assumiu um programa neutro e independente. Nosso objetivo foi de analisar o que mudou e o que permaneceu em sua composição, visto que seu corpo editorial foi reformulado, passando a ser propriedade de Castella Simões e Trajano Chacon. E, após esse período, buscamos compreender como se deu a retomada do periódico ao seu antigo programa jornalístico de 1911 a 1912, quando encerrou suas atividades.

3.1 O *Correio do Norte* e as relações de poder

As relações sociais estabelecidas pelos proprietários do jornal *Correio do Norte*, assim como pelos colaboradores e redatores que trabalhavam no periódico, fornecem indícios valiosos

sobre o desenvolvimento da rede de relações de poder²¹² entre o jornal e determinados segmentos da sociedade durante os anos que circulou na arena jornalística de Manaus.

Uma das relações que se destacavam nas páginas do periódico era o grupo ligado ao movimento espírita. Um dos principais colaboradores do *Correio do Norte*, Carlos Theodoro Gonçalves, foi uma figura proeminente do movimento espírita no Amazonas, desempenhando um papel crucial na organização e disseminação do espiritismo na região. Nesse contexto, assumiu a liderança da Sociedade de Propaganda Espírita e fundou o jornal *Mensageiro*, o primeiro periódico espírita do Amazonas, cuja edição inaugural foi publicada em janeiro de 1901. Outro colaborador do jornal e membro do Partido Revisionista do Amazonas que também esteve atrelado ao movimento espírita, foi Joaquim Francisco de Paula, irmão de Carlos Theodoro Gonçalves.

Sendo assim, o jornal mantinha certa regularidade nas publicações que informassem sobre acontecimentos dentro da comunidade espírita, tais como: a coluna “Sciencia Espírita”, que publicava comunicações recebidas por espíritos já desencarnados em grupos espíritas espalhados pela cidade.

Imagem 10 – Informativo dos grupos espíritas de Manaus

<p>Sciencia espírita</p> <p>UMA COMUNICAÇÃO DO BARÃO DE COTIGIPE</p> <p>Damos hoje publicidade a uma comunicação prestada pelo Barão de Cotigipe, e passada nesta cidade, em um grupo espírita, no dia 1.º deste mez de junho.</p> <p>Eil-a:</p> <p>«Meus caros patricios. Seja Manãos a primeira a ouvir a minha voz de protesto, a minha voz de patriota, que fui sempre, e sempre soube com fé e ardor defender essa patria commum dos embates varios, das varias investidas contra a sua autonomia.</p> <p>Atravessamos nes'te momento a parte mais dolorosa e mais angustiosa do nosso periodo de emancipação politica.</p> <p>Meus caros irmãos, alerta, alerta, pois, contra as futuras aventuras, que ahi vem ameaçandonos, e ameaçando a patria dos nossos filhos.</p>	<p>Se sômente fôra isto, muito felizes seriamos, mas desgraçadamente não é ainda isto que se cogita e que se pensa...</p> <p>A patria, bem eu sei, é todo universo, e não a localisação de um territorio, mas não há coração que não sinta ao ver o perigo de um desmembramento, e de reunião de odios, que só podem trazer o aniquilamento de gerações.</p> <p>Eu prevejo e prevejo com serios fundamentos de que em torno de nossa vida politica se trama com segurança uma futura guerra com a nossa visinha, que consequencias funestas virão trazer para o progresso material e espirital do Brasil.»</p> <p>Barão de Cotigipe.</p> <p>—</p> <p>Brevemente publicaremos duas importantes comunicações de Joaquim Nabuco.</p>
--	--

Fonte: *Correio do Norte*, nº 477, 1910.

²¹² Para Foucault, o poder não é simplesmente uma estrutura que pode ser possuída ou centralizada. Em vez disso, ele vê o poder como uma rede de relações que permeiam todos os níveis da sociedade. In: FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Havia também a publicação regular no periódico sobre as sessões da propaganda espírita realizadas na cidade, bem como anúncios sobre produtos comercializados pela comunidade espírita, como podemos observar, respectivamente:

Imagem 11 – Anúncio de sessão pública da propaganda espírita



Fonte: *Correio do Norte*, nº 743, 1911.

Imagem 12 - Anúncio de natureza comercial e religiosa

Livraria da Federação Espírita Brasileira
 RUA DO ROSARIO 97—RIO DE JANEIRO

Estando esta livraria aparelhada para iniciar a venda em grosso de alguns livros espíritas, estabeleço os seguintes descontos sobre as obras de sua edição:

Para 3 exemplares de cada obra	5 % de desconto
" 5 " " " 10 " "	" " " " " " " "
" 10 " " " 15 " "	" " " " " " " "
" 15 " " " 20 " "	" " " " " " " "
" 20 " " " 25 " "	" " " " " " " "
" 30 " " " 30 " "	" " " " " " " "
" 40 " " " 40 " "	" " " " " " " "

Tod s as despesas de remessa correrão por conta d'esta livraria.
 Os pedidos devem ser acompanhados do importe, em vale postal ou ordem sobre firma da praça do Rio de Janeiro.

EDIÇÕES PROPRIAS:

ALLAN KARDEC:

O livro dos Espíritos
O livro do Mediuns
O Evangelho segundo o Espiritismo
O Céu e o Inferno
A Gênese
Obras Posthumas

Preço do: 6 volumes ricamente encadernado 30\$000

EDIÇÕES COMMUNS DAS MESMAS OBRAS:

Cada volume brochado 2\$000, cartonado 2\$500 encader.	3\$000
O QUE É O ESPIRITISMO, 1 volume brochado...	2\$800
Bué. —Magnetismo Curador—Manual do estudante magnetizador, 1 vol. br. 3\$ enc.	4\$000
Bué. —Magnetismo curativo — Psycho-physiologia (no preço) 1 volume brochado 3\$ enc.	4\$000
Bezerra de Menezes. —Estudos philosophicos, (no preço) 3 volumes br. 6\$ enc.	9\$000
Crookes. (William).—Factos espíritas, 1 vol. br. 1\$500 encadernado.	2\$500
Denis (Léon).—Depois da morte, 1 vol. br. 3\$ enc.	4\$000
Gibier (Paulo).—Analyse das Coisas, 1 vol. br. 1\$500 encadernado.	2\$500
Moses (Stainton).—Ensinos espiritalistas, 1 volume br. 2\$500 encadernado.	3\$500

Igualmente se fará o desconto de 10 % e se custearão as despesas de correio de qualquer dos demais livros constantes do catalogo geral, desde a quantidade de 3 exemplares de cada obra em diante.
 Os pedidos de catalogos e livros devem ser dirigidos ao administrador.

Antonio Lima.

Fonte: *Correio do Norte*, nº 135, 1906.

O diário costumava publicar os nomes de personalidades que visitavam seu escritório e redação. Essas pessoas figuravam na política local, no comércio e até mesmo na esfera militar e eram lisonjeadas pelo periódico, principalmente nas colunas “Noticiário” e “Salas e Salões”. Nesta última, seguem os cumprimentos do jornal:

Esteve, ontem, em nossa redação o sr. dr. Ricardo Matheus Barboza de Amorim, que veio nos trazer os seus agradecimentos pelas justas referencias que fizemos a administração policial de s. s.

Tudo o que dissemos do sr. dr. Ricardo Amorim foi a verdade dos factos porque, indiscutivelmente, s. s., como chefe de policia, soube sempre levar-se com dignidade e muita prudência.

Reiteramos aqui nossos cumprimentos e agradecimentos ao digno sr. dr. Ricardo Amorim²¹³.

Além disso, têm-se as colunas publicadas no jornal que oferecem uma visão da extensão da relação de poder entre esse meio de comunicação e os grupos dominantes locais. A coluna "Salas e Salões" exemplifica essa conexão ao relatar eventos da alta sociedade, como: casamentos, batizados, festas de aniversário, viagens, formaturas e óbitos, entre outros acontecimentos sociais:

Anniversario:

Completa annos hoje a graciosa senhorita Guiomar Ayres dilecta filha do sr. major João Pinto Ayres, secretário da Junta Commercial.

Por esse motivo a família da gentil senhorita reunirá à noite em sua residência os seus amigos em uma festa intima.

CASAMENTO

O sr. coronel Eusebio de Souza Caldas, teve a amabilidade de participar-nos o seu casamento com a exm^a. Sr.^a d. Anna Nunes Caldas.

Agradecidos.²¹⁴

A coluna "Salas e Salões" servia como ponto de encontro para a elite e o *Correio do Norte*, mas também era uma oportunidade de sociabilidade entre seus membros. Neste sentido, exibia que os profissionais do jornal possuíam entrada nos círculos mais exclusivos da elite local, evidenciando o prestígio alcançado pelo periódico junto às autoridades representativas do estado amazonense.

Por sua vez, a coluna “Concertos e Theatros” publicava as programações dos principais teatros e casas de diversões da cidade, como: o Teatro Amazonas, Jullieta, Alhambra e Chalet Jardim, mostrando a relação que o periódico tinha com os grupos envolvidos com a arte que se apresentavam na cidade:

²¹³ *Correio do Norte*, n° 601, Manaus, 27 de janeiro de 1911.

²¹⁴ *Correio do Norte*, n° 263, Manaus, 23 de outubro de 1909.

Amazonas - Depois da amanhã será realizada a recita organizada pelo pintor Gambôa apresentando um curioso trabalho de marionetes.

É digno da apreciação publica os *bonecos do Gamboa*, pois nos garantiram ser uma perfeição no genero.

A actriz Marianna Marques, teve a gentileza de nos offerecer hontem um camarote para o seu beneficio a realisar-se, conforme foi transferido, na noite de 4 de maio do proximo mez.²¹⁵

A coluna “Notas sportivas” publicava as notícias sobre as principais agremiações esportivas da cidade como o Derby Club²¹⁶. O jornal também publicava as principais informações sobre os eventos e reuniões que se realizariam em espaços de sociabilidade, como: o Tiro N° 10²¹⁷ e o Ideal Club²¹⁸. Este último teve como orador Adriano Jorge e compunha como 2° tenente o 1° Batalhão da Sociedade de Tiro Brasileiro no Amazonas. Segundo a historiadora Kívia Pereira, era frequente que os clubes e grêmios possuíssem sócios e diretores em comum²¹⁹. No aniversário de Adriano Jorge, o clube abriu as portas para homenagear seu orador oficial:

- Amanhã a brilhante sociedade recreativa Ideal Club da qual Adriano Jorge faz parte e é seu dedicado orador, vai abrir os seus salões em homenagem ao anniversario do estimado consocio.

E para essa festa, dedicada ao nosso querido companheiro fomos distinguidos com este convite: «Ideal Club. -Ser-nos-á agradável registrar o com, ar-cimento de v. exc. e exm. familia nos salões deste Club em a noite de sabbado, 21 do corrente, para maior brilho da sauteri que alli se realisará, em homenagem do aniversario do nosso orador dr. Adriano Jorge.- Os directores do mez - Francisco de Ema Valente, Mario Porto.- Manãos, 17 de Agosto de 1909».²²⁰

A influência do jornal sobre a população, instituições e grupos políticos é demonstrada pelas relações sociais cultivadas pelos redatores e colaboradores, além da popularidade alcançada na cidade. Cada dirigente do *Correio do Norte* conseguiu alinhar os interesses da

²¹⁵ *Correio do Norte*, n° 424, Manaus, 24 de abril de 1910.

²¹⁶ Tinha como presidente o Dr. Gaspar Guimarães Grêmio e era um grêmio voltado a servir como parque de corridas a cavalo, partidas futebolísticas e práticas de tiro ao alvo pela Sociedade Brasileira de Tiro N° 10. In: PEREIRA, Kívia Mirrana de Souza. **As Elites se Divertem: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube** (Manaus, 1903-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFAM, 2021.

²¹⁷ Tinha como diretor o desembargador José Lucas Raposo da Camara e vice-presidente, tenente-coronel Gentil A. Bittencourt. In: PEREIRA, Kívia Mirrana de Souza. **As Elites se Divertem: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube** (Manaus, 1903-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFAM, 2021.

²¹⁸ Fundado em 1906, tinha como objetivo promover partidas e saraus dançantes ou literários. Seu primeiro presidente foi Coronel Francisco Públio Ribeiro Bittencourt. In: PEREIRA, Kívia Mirrana de Souza. **As Elites se Divertem: Sociabilidades, Identidades e Associativismo no Ideal Clube** (Manaus, 1903-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFAM, 2021.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ *Correio do Norte*, n° 208, Manaus, 20 de agosto de 1909.

organização ao contexto econômico e político de Manaus, adotando estratégias que necessitavam ser ajustadas ou transformadas em resposta às mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas.

Nos primeiros momentos, a sobrevivência do jornal *Correio do Norte* como uma empresa de imprensa exigiu que ele confiasse em assinaturas, pequenos anúncios profissionais autônomos ou liberais e publicidade privada para divulgar lojas, produtos e serviços. Outra fonte crucial que mantinha o seu financiamento eram as verbas oficiais fornecido pelo governo, sobretudo por meio da publicação dos atos administrativos relativos aos poderes executivo, legislativo ou judiciário. Assim sendo, esse diário incluiu colunas específicas, como: "Intendência Municipal", "Despachos", referentes à Secretaria do Governo, Alfândega, Tesouro do Estado e Intendência; "Notas forenses" e "Editais" para suprir esta demanda.

Outra forma de se examinar as relações de poder estabelecidas é através do envolvimento político frequentemente refletido nas páginas do jornal. No caso do *Correio do Norte*, durante o período em que esteve vinculado ao Partido Revisionista do Amazonas, era comum que o periódico defendesse as ideologias partidárias a que estava afiliado. Contudo, após a dissolução do Partido e a adoção de um programa independente, anunciado pelo jornal a partir de 1910, ainda é possível identificar o apoio do diário a figuras políticas alinhadas com seus interesses. Um exemplo disso é o governo de Antônio Bittencourt, frequentemente elogiado e homenageado pelo jornal, no qual fazia questão de registrar as visitas do político à redação. A relação do periódico com o poder público era explícita, como evidenciado na notícia abaixo:

É incontestável que o povo amazonense, sob a administração do coronel Antonio Bittencourt, entrou em um novo regimen politico que até então ou desconhecia ou já se lhe tinha apagado da lembrança, tal a distância do tempo e das idades.

S. exc.^a ao assumir o governo procurou desde logo tornar uma realidade as garantias da imprensa, premunindo-a dos empastelamentos e incêndios e os seus redactores dos assassínios, como até então eram praticados friamente, sob a luz solar, com requintes de barbaria e de infâmia.

[...]

Ainda não fez tudo quanto é de esperar do seu patriotismo, mas já conseguiu fazer muito e justiça será lhe tributarmos os nossos já bem merecidos applausos²²¹.

Além dos exemplos diários relatados no jornal, também se evidenciavam as relações de poder desenvolvidas pelos profissionais do jornal *Correio do Norte* fora do contexto jornalístico, visto que muitos ocupavam cargos públicos. Essa conexão entre função pública e

²²¹ *Correio do Norte*, n° 269, Manaus, 30 de outubro de 1909.

força midiática conferia aos indivíduos amplificado poder na sociedade amazonense. Além disso, a influência crescente sobre o campo político era proporcional ao aumento contínuo de leitores e receptividade por parte da população local. À medida que sua audiência aumentava, maior seria seu potencial para divulgar informações relevantes e consolidar ainda mais sua posição como fonte de autoridade política e a conquista de poder²²².

3.2 Os embates na imprensa e na política

De acordo com Tânia Regina de Luca, “as renovações no estudo da história política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”.²²³ Segundo sua perspectiva, a imprensa deve ser considerada uma fonte valiosa para a análise crítica. Além disso, ao examinarmos a atuação da imprensa no âmbito político, é imprescindível uma atenção cuidadosa aos discursos apresentados e às ideologias que os sustentam:

De fato, jornais e revistas, não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita²²⁴.

Dessa forma, analisaremos a atuação de alguns jornais na primeira década do século XX, como, por exemplo, *o Correio do Norte*, objeto de estudo deste trabalho, *o Jornal do Comércio* e *o Amazonas*. Esses periódicos vão estar vinculados a certas facções políticas estabelecidas no Amazonas, no qual é possível identificar seus interesses e divergências. Esses periódicos frequentemente tentavam dissimular seus posicionamentos políticos e ideológicos, apresentando-se com uma suposta neutralidade, embora geralmente estivessem ligados a um partido político específico²²⁵.

²²² BARBOSA, Marialva Carlos. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 158

²²³ LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 128

²²⁴ Idem, p. 140

²²⁵ “[...] o partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica comum é a de se moverem na esfera do poder político [...]. Daí que, na noção de partido, entrem todas as organizações da sociedade civil surgidas no momento em que se reconheça teórica ou praticamente ao povo o direito de participar na gestão do poder político. É com este fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua”. BOBBIO, Norberto et. al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. v. 1. p. 899.

O *Correio do Norte*, como já comentado no início deste estudo, pertencia, inicialmente, ao Partido Revisionista do Amazonas. Em 1910, após a dissolução do partido, assumiu uma posição dita neutra. O *Jornal do Comércio*, que ao início da sua fundação, sinalizou a questão comercial como foco da sua publicação; no entanto, segundo a historiadora Priscila Ribeiro, “essa neutralidade é posta em contradição nas diversas vezes que o jornal se posicionava ao lado de quem estava no Governo ou da elite dominante”²²⁶. Por fim, o *Amazonas*, que era um órgão inicialmente do Partido Conservador e, depois, do Partido Republicano.

A administração durante a Primeira República era frequentemente caracterizada por um autoritarismo velado, refletido na utilização constante do estado de sítio para controlar qualquer forma de dissidência. Sem uma oposição forte e efetiva, os mandatários tinham grande liberdade para governar sem grandes obstáculos. Esse cenário permitia que as elites políticas e econômicas consolidassem seu poder, recorrendo a práticas como o coronelismo²²⁷, pelo voto de cabresto, a “degola” (processo durante a República Velha no qual as comissões de verificação de poderes, controladas pelo governo situacionista, vetavam arbitrariamente os candidatos eleitos pela oposição)²²⁸ e pelas fraudes eleitorais.

Em importante estudo sobre o primeiro grande período da história republicana brasileira, compreendido entre 1889 e 1930, Edgar Carone²²⁹ empreendeu o esforço de ordená-lo e interpretá-lo. Sua obra oferece uma análise factual, haja vista que facilita a compreensão dos leitores a respeito das principais forças motrizes e processos estruturais que se desenrolaram ao longo desse período.

O autor se debruça sobre os eventos que marcaram a transição do Império para a República, o estabelecimento das primeiras instituições republicanas e as dinâmicas de poder que emergiram nesse cenário. Em sua análise, Carone nos mostra as relações e tensões entre a política federal e as disputas partidárias de grupos políticos nos Estados, tendo em vista a consolidação de uma nova ordem política que, apesar de republicana, ainda carregava muitos resquícios do período imperial.

²²⁶ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Comercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

²²⁷ De acordo com Vítor Nunes Leal, o coronelismo configura-se essencialmente como um compromisso, uma troca de benefícios entre o poder público, que se fortalece progressivamente, e a influência social em declínio dos líderes locais, em particular dos proprietários de terras. LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa Ômega, 1978. p. 251.

²²⁸ Esse mecanismo funcionava como uma maneira eficaz de manter o *status quo*, eliminando aqueles que poderiam representar uma ameaça ao poder estabelecido.

²²⁹ CARONE, Edgar. **A República Velha – Evolução Política (1889- 1930)**. 4.ª ed. São Paulo: Difel, 1983.

No caso do Amazonas, durante as duas primeiras décadas do século XX, o estado era governado por oligarquias²³⁰ poderosas e ambiciosas, como exemplificado pela família Nery. Aliás, Silvério Nery²³¹ foi uma figura altamente influente na política regional do estado do Amazonas, desfrutando de influência significativa no governo central e ganhando várias reeleições para o posto de senador. Sob a liderança de Silvério, sua facção política veio a dominar a política amazonense do início do século XX em diante. Ele próprio serviu como governador do estado entre 1900 e 1903 antes de ser sucedido por seu irmão, o tenente-coronel Constantino Nery, que administrou o Amazonas de 1904 a 1907²³².

A centralização do poder administrativo do Amazonas nas mãos dos irmãos Nery não agradava outros setores políticos do Estado. Alavancando sua influência e habilidades de articulação no jogo político, o grupo buscou neutralizar as críticas e permanecer no poder. Algumas das estratégias usadas para minar as oposições foram as de controlar os meios de comunicação e a cooptação líderes locais, bem como as tentativas de se manter no poder através da sucessão familiar nos cargos públicos.

Assim, na leitura atenta dos periódicos, buscamos perceber os conflitos entre os próprios jornais e, principalmente, entre as facções oligárquicas e seus interesses nos pleitos realizados no Estado, como, por exemplo, a disputa para o Senado e Câmara dos Deputados em 1906; a eleição de novos deputados estaduais em 1909.

²³⁰ Uma oligarquia é, em essência, um governo formado por um pequeno grupo de pessoas pertencentes à elite social, econômica ou política. Para entender o papel do conceito de oligarquia no contexto brasileiro, é crucial integrá-lo ao conceito mais amplo de elite. No Brasil, a historiografia há muito se foca no estudo das elites e das oligarquias, especialmente nos séculos XIX e XX. Um trabalho seminal nesse campo é "A construção da ordem" de José Murilo de Carvalho, que analisa a formação das elites políticas durante o período imperial brasileiro. O autor busca explicar o porquê, após a independência, o Brasil se manteve como um Estado unificado, enquanto as antigas colônias da América hispânica se fragmentaram em várias nações. A resposta, segundo ele, reside na estruturação das elites políticas. Ao optar pela Monarquia em vez de uma República, o Brasil fez uma escolha política condicionada pela formação única de suas elites. Essas elites brasileiras emergiram com características distintas das suas contrapartes hispânicas, contribuindo para a manutenção da unidade nacional. Carvalho argumenta que um grupo de elite se diferencia tanto da massa quanto de outros grupos de elite, e essa distinção é altamente influenciada pelo contexto histórico, impedindo-nos de utilizar o conceito de elite como uma explicação monolítica para todas as transformações sociais.

²³¹ "O Dr. Silvério José Nery, natural do Amazonas, nasceu em Coari, a 8 de outubro de 1858, falecendo em Manaus, a 23 de junho de 1934.[...], começou a ser atraído pelos interesses da política, então mais idealista e menos destemperada. A sua carreira política não teve solução de continuidade. A sua ascensão foi feita normalmente. Primeiro vereador municipal da Monarquia; depois, deputado estadual, várias vezes, na República; deputado federal, reeleito; governador do Estado, chefe de partido, de grande prestígio e respeitado pelos próprios adversários; senador federal, em várias legislaturas. Eleito e sempre reeleito primeiro-secretário do Senado. Presidiu várias vezes o Senado Federal". Em BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 458-459

²³² LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978, p. 249

Todavia, antes de avançarmos em tal questão, convém entendermos como se deu a sucessão governamental em 1908, que representou uma quebra da hegemonia Nerysta com a tomada do poder por Antônio Bittencourt.

Por fim, o pleito presidencial de 1910. Para melhor observar essas disputas, iremos analisar como sucedeu cada um dos pleitos anteriormente citados separadamente e como os periódicos e suas facções se comportaram, de acordo com o cenário político que foi se desenhando no Amazonas.

3.2.1 O pleito de 1906

O mês de janeiro de 1906 foi decisivo para os grupos oligárquicos se organizarem no Amazonas, além de ser o mês da eleição, foi também o mês de provocações intensas e acusações constantes.

Como já mencionado anteriormente, o *Correio do Norte* começou a ser publicado faltando pouco mais de uma semana para as eleições, que ocorreriam no dia 30 de janeiro. O ambiente era de otimismo entre os membros do Partido Revisionista do Amazonas, tendo em vista a reforma eleitoral de 1904 (Lei Rosa e Silva). Nesse contexto, o jornal trouxe em sua primeira publicação os ares dessa nova lei:

Ao Eleitorado:

Até hontem, o mais respeitavel, o mais bello direito do cidadão - o direito do voto - foi sempre burlado pela fraude eleitoral impudentemente posta em acção pelas maiorias absorventes, o que explica o retrahimento systematico das menorias em todos os Estados da Republica.

Hoje, porem, com a nova Lei Eleitoral, reforma destinada a expurgar os processos de eleição dos recursos fraudulentos de que se utilizavam os governos estaduaes no intuito de fazer eleger a todo transe os seus candidatos, parece que o suffragio popular vae ser enfim uma bela verdade, precursora de uma luminosa phase de saneamento moral para este paiz, que as oligarchias regionais reduziram a uma condição afflictissima e desesperadora.

[...]

Com a certeza de um triumpho brilhante, o Partido Revisionista deste Estado convida todos os seus amigos e correligionários sinceros a concorrerem a esse pleito do qual hão de surgir victoriosos os nomes que elle recomenda , a fim de fique de uma vez por todas estabelecido que, livre dos manejos da fraude e da opressão, a vontade popular há de se impôr soberana e inviolável na escolha de seus representantes [...]²³³.

O excerto da circular eleitoral que promoveu a candidatura de Heliodoro Balbi ao cargo de deputado federal permite-nos observar que os dirigentes do Partido Revisionista do

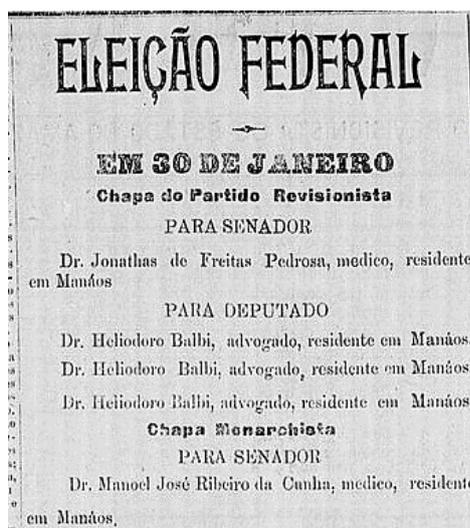
²³³ *Correio do Norte*, nº 1, Manaus, 21 de janeiro de 1906.

Amazonas posicionaram a aprovação da Lei Rosa e Silva como um marco favorável à retomada da atuação eleitoral das oposições estaduais. Nesse sentido, reconheceram que a referida legislação desempenhou um papel central ao motivar o partido a participar da disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados, consolidando sua inserção no cenário político.

Entre as inovações introduzidas pela Lei Rosa e Silva, destacou-se a implementação do mecanismo de voto cumulativo. Segundo essa disposição, nas eleições para a Câmara dos Deputados, os eleitores deveriam votar em um número de candidatos inferior, em uma unidade, ao total de cadeiras destinadas ao distrito eleitoral. Os eleitores também tinham a possibilidade de concentrar todos os seus votos em um único candidato. Essa reforma tinha como finalidade principal ampliar a representatividade de grupos políticos minoritários, promovendo maior diversidade na composição do Legislativo.

Nesse contexto, o Partido Revisionista do Amazonas apresentou ao sufrágio, para o terço do Senado, o nome do Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa e para o terço da Câmara dos Deputados o nome do Dr. Heliodoro Balbi, salientando aos seus correligionários sobre o artigo 59 da Lei Eleitoral²³⁴, no qual o eleitor, para deputado, poderia acumular todos os seus votos em um só candidato. No caso do Amazonas, estado que possuía apenas um distrito e quatro vagas na Câmara, o número máximo era de 3 votos sufragados no mesmo candidato, ficando a chapa assim definida:

Imagem 13 – Anúncio de Campanha eleitoral



Fonte: *Correio do Norte*, nº 1, 1906.

²³⁴ BRASIL. Lei nº 1269, de 15 de novembro de 1904. Reforma a legislação eleitoral, e dá outras providências. In: JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. **Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias**, v.2. Brasília: Senado Federal, 1996, p. 14-35

Os idealizadores do Partido Revisionista do Amazonas sustentavam que, em conjunto com o artigo 59, os artigos 78 e 82 da nova legislação criariam condições mais favoráveis para a vitória dos candidatos dos partidos menores. Como já abordado, o artigo 59 refere-se ao voto cumulativo. O artigo 82, por sua vez, trata da possibilidade de formalizar protestos contra irregularidades observadas durante o processo eleitoral. O artigo 78, por fim, impedia que a mesa eleitoral recusasse os fiscais indicados pelos partidos para monitorar a votação,

permitindo que os apoiadores dos candidatos opositoristas exercessem uma vigilância mais rigorosa sobre a organização e a execução do pleito²³⁵.

Quanto a situação, apresentou chapa completa com os seguintes candidatos: para senador, Alexandrino de Alencar e Dr. Ribeiro da Cunha; para deputado: Tenente A. Nogueira, Dr. Jorge de Moraes, Tenente A. Amorim e Coronel Ferreira Penna.

A partir de então, o *Correio do Norte* começou a atuar em duas frentes: primeiramente dava o devido destaque aos candidatos da chapa revisionista e, em paralelo, selecionava temas que estampavam diversas críticas ao governo local, dando ênfase a situação econômica de penúria, que segundo os articulistas do periódico, o Amazonas se encontrara, mesmo diante de avultosas arrecadações obtidas pelo estado.

A esse respeito o artigo do dia 28 de janeiro de 1906, intitulado: “A actual administração”, fez uma breve análise do Governo Constantino Nery em um ano e meio de administração, assim declarando:

(...) Nesse longo espaço de tempo já a recebedoria arrecadou para o Estado 30 mil contos e para os municípios 1500 e essa fabulosa quantia não chegou ainda para a satisfação dos primeiros compromissos assumidos pelo governo para o desempenho do seu programma administrativo. Já as Obras Publicas tem promptos 8000 contos de novos attestados de trabalhos que desconhecemos, e para o pagamento dos quaes o Thezouro inventou uma espécie de moeda ate hoje ignorada na historia dos governos civilizados (...) Ao lado dessa fulgurante riqueza esperdiçada está o espectaculo insolito da penúria.

O funcionalismo do interior atrasado em um anno dos seus vencimentos; em igual ephoca os serventuários inválidos; em mais ainda as pensões das viúvas e orphãos; em seis meses o funcionalismo da Capital, em cinco, os 1200 homens desnecessários da sua força publica²³⁶.

No dia do pleito, 30 de janeiro, o jornal buscou incentivar os eleitores ao cumprimento do voto, demonstrando em seu editorial que a lei assegurava a liberdade necessária para a livre escolha de seus candidatos, pois, era comum, que funcionários públicos sofressem ameaças e constrangimentos por parte do governo. Assim, publicou o jornal, na coluna: “Noticiário”, o

²³⁵ *Correio do Norte*, Manaus, 24 de janeiro de 1906.

²³⁶ *Correio do Norte*, Manaus, 28 de janeiro de 1906.

artigo 131 da Constituição: “Todos os funcionários públicos que tenham cinco anos de serviço ao estado, são declarados vitalícios, só podendo ser demitidos em vista do processo regulamentar”²³⁷.

Em paralelo, foram publicados vários artigos com ataques contundentes a administração de Constantino Nery, como, por exemplo: “A compra da biblioteca”, em que os valores da aquisição do acervo de Fernando Paes Barreto, pelo preço de 120 contos, foram duramente criticados, visto que o jornal declarava ser o acervo composto por obras comuns se comparado ao fabuloso pagamento feito por elas.

Em outra importante publicação, intitulada: “A crise”, o jornal relatou sobre a grave situação econômica do tesouro do Estado, alertando sobre o perigo da fome e da miséria que espreitava a população. Por fim, no texto: “Candidatura a la diable”, o jornal atacou o candidato apoiado por Constantino Nery a senador da República, Alexandrino de Alencar, e relembrou o incêndio do jornal também de oposição *Quo Vadis?*, em 1904, questionando quais os serviços prestados pelo candidato ao Amazonas e ao partido que o quer eleger. Essa postura combativa e crítica na imprensa era esperada, pois eram os recursos que o jornal dispunha para atingir seu público alvo, que nesse momento era o eleitor.

Finalizado o pleito, Alexandrino de Alencar, candidato da situação, recebeu a maioria dos votos para o Senado e Heliodoro Balbi, candidato da oposição pelo Partido Revisionista se consagrou eleito como Deputado.

No dia seguinte ao pleito, a edição denunciou duas irregularidades consideradas relevantes na primeira seção eleitoral. A primeira dizia respeito a uma fraude eleitoral ocorrida nessa seção. Cabe salientar que ela era presidida por Domingos Andrade, administrador da Recebedoria do Estado, e nela votavam as principais autoridades estaduais, como o ex-governador Silvério Nery, Sá Antunes, secretário do governo, e Raymundo Afonso, presidente do partido da situação.

A segunda irregularidade referia-se à pressão exercida sobre os funcionários públicos, que foram postos sob vigilância e, ao votarem na chapa revisionista, tiveram seus nomes assinalados pelos encarregados do grupo situacionista.

Quanto a primeira irregularidade denunciada, com o artigo intitulado: “A fraude eleitoral da 1ª secção”, o jornal lançou o protesto apresentado pelo fiscal designado por

²³⁷ *Correio do Norte*, Manaus, 30 de janeiro de 1906.

Heliodoro Balbi, José Francisco Soares Sobrinho, contra a validade da eleição precedida na 1ª seção eleitoral. Dentre os vários pontos do protesto, destacamos os seguintes:

- 1º Negação do primeiro boletim declarando o numero de eleitores que nesta secção votaram. Bem como o numero dos que deixaram de comparecer;
- 2º por ter sido tirada para fora do recinto dos trabalhos eleitoraes , para uma sala secreta, inaccecível a inspecção do fiscal abaixo assignado, a urna portadora dos votos sem que, ao menos fosse lacrada, por ocasião em que foram almoçar os mesários.²³⁸

Como podemos observar, a seção se recusou a conferir o número de eleitores com aqueles que estavam ausentes e removeu a urna da sala de votação para um local secreto, ainda sem lacre, evidenciando uma inconsistência entre a contagem de votos e o número de eleitores. Ademais, houve uma falha na entrega dos relatórios de votação aos fiscais, agravando a situação.

No intuito de formalizar as denúncias contidas no protesto, dentre outras, Heliodoro Balbi procurou entregar, pessoalmente, uma petição à Junta Apuradora do Estado, sem sucesso. Em longo artigo publicado no *Correio do Norte*, em 04 de março de 1906, Balbi detalhou as inúmeras tentativas de entregar, ao longo do dia, a petição ao juiz seccional do Estado, José Maria Corrêa de Araújo, alarmando o leitor que o “sr. dr. Juiz seccional não pôde ser por nós encontrado nem houve quem nos soubesse indicar o seu paradeiro até às 4 horas da tarde, hora em que deveria terminar o praso para a apresentação do protesto do nosso representante”²³⁹.

Uma alternativa empreendida por Balbi foi de procurar os tabeliães para transcreverem o protesto, também sem êxito, visto que eles também se achavam foragidos, à exceção de um, que se negou formalmente a fazê-lo.

Esgotadas todas as tentativas por meios legais, os membros do Partido Revisionista do Amazonas publicaram um boletim e o distribuíram pelo povo, fazendo também com que chegassem à imprensa carioca e ao ministro do Interior os seguintes telegramas:

BOLETIM CORREIO DO NORTE
AO POVO

O dr. José Maria Corrêa de Araújo, actualemente exercendo o cargo de Juiz Seccional está escondido desde hontem as 4 horas da tarde, para não acceitar o protesto que hoje inserimos no nosso jornal sobre a escandalosa sessão da Junta Apuradora.

Estamos sem garantias!

A Justiça Federal se esconde!

O Escrivão Federal hoje às 11 horas também se escondeu.

Infeliz Justiça! Desgraçado Amazonas que tudo corrompe pelo dinheiro!

Manaós, 3 de março de 1906.

TELEGRAMMAS

²³⁸ *Correio do Norte*, n° 9, Manaus, 31 de janeiro de 1906.

²³⁹ *Correio do Norte*, n° 37, Manaus 04 de março de 1906.

Correio da Manhã, Paiz, Brazil, Jornal do Commercio, Tribuna, Gazeta Notícias – Junta Apuradora funcionou duas horas, escandalosamente apurando chapa unanime governo. Candidato eleito opposição protestou. Juiz Federal escrivão escondidos. Povo sem garantias indignado.

Correio do Norte.

Ministro Interior = Juiz Seccional apoia fraude Junta apuradora. Elle e escrivão escondidos evitar protestos. Providencias.

*Correio do Norte*²⁴⁰.

Em artigo intitulado: “Abaixo a mentira”, o *Correio do Norte* denunciou que José Maria Corrêa de Araújo estivera escondido na redação do *Amazonas*, jornal do governo, a fim de evitar receber o protesto sobre as fraudes sinalizadas pelo documento. Essa grave questão acalorou ainda mais a crise eleitoral e política administrativa do Amazonas, visto que Heliodoro Balbi, embora eleito, não assumiu o cargo em 1906. Através da Comissão Verificadora de Poderes²⁴¹, foi reconhecido em seu lugar, Henrique Ferreira Penna de Azevedo, em jogada política realizada entre Constantino Nery, o senador Pinheiro Machado e o sistema federal dominante. Segundo Almino Affonso, a decisão foi tomada com a crueza de uma certidão de óbito: “Pelo parecer n° 27, de 1906, aprovado em 1°-5-1906, o Sr. Heliodoro Balbi não foi reconhecido Deputado pela Câmara (Anais, 1906, Vol. 1, págs. 118, 121, 232)”²⁴².

Ademais, quanto à atuação de Pinheiro Machado junto à Comissão Verificadora de Poderes, Victor Nunes Leal²⁴³ afirmou que “o número de votos depositados nas umas era de pouca significação no reconhecimento, desde que houvesse interesse político em conservar ou afastar um representante”. Cita ainda uma anedota onde Pinheiro Machado haveria respondido a um correligionário de fidelidade duvidosa: “Menino, tu não serás reconhecido por três razões, a terceira é que não foste eleito²⁴⁴”.

Nesse contexto, controlar, direta ou indiretamente, a Comissão Verificadora de Poderes era extremamente vantajoso no cenário republicano. Tratava-se de um instrumento estratégico para moldar e dissolver alianças, tanto entre apoiadores quanto entre opositores.

Quanto às informações contidas na contestação de Balbi, elas possibilitam a identificação dos fatores que limitavam a atuação contínua da oposição regional e o crescimento

²⁴⁰ *Correio do Norte*, n° 37, Manaus 04 de março de 1906.

²⁴¹ Empreendida por Campos Sales, a função da Comissão Verificadora de Poderes era de analisar os diplomas dos deputados e verificar a validade das eleições que o elegeram. Na prática, tornou-se um instrumento de manipulação das composições legislativas, visto que, ainda que diplomados, as oposições de qualquer Estado não teriam os seus diplomas reconhecidos. Independentemente do resultado, prevaleceria a situação.

²⁴² AFFONSO, Almino. **Heliodoro Balbi e o esbulho eleitoral**. Brasília: Câmara dos Deputados, CDI. 1998, p.12

²⁴³ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

²⁴⁴ Idem.

de sua força eleitoral. Um desses fatores era a cooptação. Balbi destacou que, antes da fundação do Partido Revisionista do Amazonas, existia um grupo oposicionista no Amazonas, cujos líderes foram, contudo, cooptados pela agremiação dominante. Segundo ele, as iniciativas voltadas para o combate ininterrupto ao partido majoritário eram frágeis e desarticuladas. Nesse contexto, o Partido Revisionista do Amazonas surgiu com o propósito de reorganizar o campo oposicionista no estado. A criação do jornal *Correio do Norte* foi decisiva, pois permitiu que os dirigentes do partido confrontassem regularmente os situacionistas²⁴⁵.

De acordo com a interpretação de Balbi, o fortalecimento eleitoral do Partido Republicano Federal (PRF) foi determinante no desmonte da política no estado do Amazonas. A falta de uma competição partidária efetiva teria fomentado o aumento da abstenção eleitoral, como exemplificado pelo município de Manaus, onde apenas um terço dos 1.921 eleitores registrados compareceram às urnas na eleição de janeiro de 1906²⁴⁶. Ainda segundo as análises de Balbi, o panorama político do estado era marcado pela predominância da oligarquia Nery que, ao longo de uma década, consolidou seu domínio sobre o governo estadual, as prefeituras e as instâncias locais do Poder Legislativo, sem encontrar resistências significativas.

Uma das estratégias utilizadas para perpetuar essa hegemonia foi a nomeação direta de prefeitos pelos governadores, cujos indicados tinham como atribuição dificultar as atividades da oposição no interior do estado. Além disso, a manipulação dos resultados eleitorais configurava-se como prática comum, sendo frequentemente conduzida pelos prefeitos. Conforme Balbi, nas pequenas cidades, os resultados das eleições não refletiam a vontade popular, mas expressavam exclusivamente os interesses dos "régulos municipais"²⁴⁷.

Nesse sentido, a "degola" praticada contra Heliodoro Balbi escancarava os mandos e desmandos das oligarquias locais. Segundo o historiador Almir Diniz, as palavras de Balbi entraram para História e nunca mais foram esquecidas. Assim disse no próprio Plenário da Câmara: "Os ladrões da minha terra são tão audaciosos que escalariam o Céu se lhes dissessem que as estrelas eram libras esterlinas"²⁴⁸.

Tal fato acirraria ainda mais os ânimos dos integrantes do Partido Revisionista contra o governo estadual, ou seja, Constantino Nery, que ao ser eleito em 1904, garantiu aos Nery a continuidade da família no poder e o fortalecimento do grupo oligárquico na região, além de

²⁴⁵ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes da Camara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.1, p. 125, 1906.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes da Camara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, p. 123, 1906.

²⁴⁸ DINIZ, Almir. **Acadêmicos: Imortais do Amazonas**; Dicionário Biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002, p. 89

assegurar os interesses do Partido Republicano Federal no Amazonas, juntos às facções políticas e econômicas associadas à família Nery²⁴⁹.

O tom do jornal subiria ainda mais contra o governo em virtude da chegada no estado de Afonso Penna, em 26 de junho de 1906. A publicação do editorial do *Correio do Norte* foi direcionada ao então Presidente da República. Em tom crítico, o articulista manifestou as insatisfações com o governo estadual e o bloco nacional liderado por Pinheiro Machado:

O que nos torna ligeiramente scepticos, vagamente desconfiados, como se já entrevíssemos todas as peripécias do vosso quadriênio governamental, é o facto deplorável de vos achardes ligado a essa deprimente e mesquinha política do *Bloco!*
[...]

Esse *Bloco* é uma monstruosidade política, contra a qual vós tendes necessidade de reagir com todas as vossas forças, porque essa liga política é a opressão regulamentada, é a fraude organizada, é um sindicato indecente que se não compadece com os nossos fôros de homens civilizados e livres!

[...]

Toda desconfiança que nos inspira decorre, pois, da vossa provável submissão às exigências políticas do Bloco, o qual o sr. Pinheiro Machado ligou indissolavelmente o seu nome.

Senhor, talvez possa magoar-vos a nossa rude franqueza desassombrada. Mas nós não sabemos falar de outro modo²⁵⁰.

Nesse contexto, o objetivo era demonstrar o bloco político que havia se estabelecido para comandar o Brasil, ainda nos primeiros anos da República, e era habitual que agissem de forma fraudulenta e opressora, sob o comando do general Pinheiro Machado.

Nesse cenário, a estratégia usada pelo jornal para desnudar o governo estadual ocorreu por meio de publicações sequenciais que contavam, por exemplo, com o resumo do orçamento estadual, as dívidas em vigor, os valores “investidos” na construção do Palácio do Governo, ainda inexistente, o atraso no pagamento do funcionalismo público, em contraste com os altos salários dos funcionários do estado, que recebiam com regularidade. Tais denúncias não se resumiam ao governo de Constantino Nery, mas também de Silvério Nery, imputado de fazer uso de verbas públicas para interesses pessoais.

Em reação às intensas denúncias contra o governador e seu grupo político, o prefeito de polícia, Vicente Reis, juntamente com vários policiais, pretendeu dar uma busca no escritório do jornal *Correio do Norte*, no dia 02 de julho de 1906, sob a denúncia de que, na redação e nas oficinas do referido jornal, havia um depósito de dinamite. Tal invasão foi contida, através de árdua negociação feita por José Soares Sobrinho, que permitiu apenas a entrada do desembargador chefe de segurança para certificar-se da falsa denúncia.

²⁴⁹ ANTONACCIO, Gaitano. **Políticos Influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: ALEAM, 2005, p. 23

²⁵⁰ *Correio do Norte*, nº 133, Manaus, 26 de junho de 1906.

O jornal reagiu e denunciou ao que considerou uma tentativa de empastelamento, permanecendo firme em sua postura combativa: “Não nos intimidam as ridículas exhibições policiais do sr. Vicente Reis nem a capangada dos mandões”.²⁵¹ Depois, fez, ainda no mesmo dia, circular pela cidade, o seguinte telegrama e boletim, respectivamente:

NOTICIARIO

Em virtude do attentado que hontem soffremos, por parto do sr. Vicento Reis, fizemos passar o seguinte telegramma:

• Conselheiro Affonso Penna, «Provincia», «O Jornal» - Belem.

Duas horas tarde hoje força policia embalada cercou typographia pretexto deposito dynamite. Calma evitou empastellamento. - «Correio do Norte.»²⁵²

BOLETIM DO CORREIO DO NORTE

A policia acaba de cercar o edificio das nossas officinas, sob o pretexto de uma denuncia de haver minas de dynamite, por uma força composta de 20 praças municiaadas e embaladas, commandada por um alferes.

O dr. chefe de segurança esteve comnosco, e, verificando pessoalmente a falsidade da denuncia mandou retirar a força.

Amanhã daremos mais pormenores.

O «Correio do Norte» firme no seu posto não recuará na lucta.

Viva o povo amazonense !

Viva o partido Revisionista !²⁵³

No dia seguinte, 03 de julho de 24 de 1906, soldados da polícia local invadiram as oficinas do *Correio do Norte* e o empastelaram. No interior da tipografia. Oswaldo Baptista, trabalhador responsável pela expedição do jornal, acabou morto pelos inúmeros disparos proferidos pela polícia. O empastelamento do *Correio do Norte* ocorreu após oito dias da visita do futuro presidente da República, Afonso Penna.

A notícia do empastelamento do *Correio do Norte* correu pela cidade de Manaus e pelo Brasil. Inúmeros jornais demonstraram sua insatisfação e pesar pela forma violenta com que o jornal fechou as portas. Damos destaque ao *Correio da Manhã*, que estampou o editorial “Satrapia assassina”:

A polícia amazonense já não se contenta em destruir a propriedade dos seus adversário: assassina-os.

Não admira. O comandante da policia do Amazonas que, infelizmente, pertence ao exercito nacional, é o capitão de infantaria Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa, amigo intimo do sr. Coronel dr. Antonio Constantino Nery, governador daquelle estado e também official do nosso exercito.

O assalto á Typographia do *Correio do Norte*, o jornal que está em franca e corajosa opposição ao governo do sr. Antonio Constantino Nery, cujos erros, cujas fraquezas chegam quase a tornar saudoso o governo do coronel Ramalho, não pode causar estranheza.

²⁵¹ *Correio do Norte*, n° 139, Manaus, 03 de julho de 1906.

²⁵² Idem.

²⁵³ Idem.

Nem pode surpreender que na capital do Amazonas, a oito dias de distância da visita do futuro presidente da República, em pleno dia, soldados da policia local, nem sequer disfarçados á paisana, invadissem as officinas typographicas do jornal oposicionista e as empastelassem²⁵⁴.

O articulista ainda acrescenta que não é de se espantar tais práticas de empastelamento no Amazonas, visto que, em governos anteriores, jornais de oposição eram frontalmente atacados pelos governos da situação. Assim, fazendo uma retrospectiva dos jornais que foram empastelados, como o *Amazonas*; no tempo de Fileto Pires, *A Pátria*, no governo do coronel Ramalho, *Quo Vadis?*, durante a administração de Silvério Nery e, por fim, o *Correio do Norte*, no governo de Constantino Nery²⁵⁵.

Todo material tipográfico e móveis que compunham o *Correio do Norte* foram entregues pela polícia ao juiz de ausentes e guardados em depósito público. No mês seguinte, foram levados à leilão judicial.

Imagem 14 – Anúncio de natureza comercial



Fonte: *Jornal do Commercio*, nº 774, 1906.

O periódico permaneceu inativo por cerca de três anos. Nesse interim, o Partido Revisionista do Amazonas continuou com suas atividades regularmente e em franca oposição ao governo da situação, inclusive, no ano de 1909, contou com uma coluna especial no *Jornal*

²⁵⁴ *Correio da Manhã*, nº 1821, Rio de Janeiro, 07 de julho de 1906.

²⁵⁵ Idem.

do Commercio, intitulada: “Columna Revisionista”, no qual se publicavam as impressões políticas do partido. Esse episódio de empastelamento do *Correio do Norte* revela a tensão e a intolerância que imperava no cenário político da época, no qual a imprensa oposicionista sofria retaliações violentas perpetradas pelo governo e seus aliados.

3.2.2 O pleito de 1909

O *Correio do Norte* voltou à cena jornalística de Manaus em 2 de junho de 1909, agora sob a direção e propriedade de Jeremias dos Santos Jacintho. No primeiro exemplar após o retorno, o periódico expressou sua indignação em relação aos eventos de 1906, por meio de um artigo, intitulado: "Frente a Frente".

Nós somos aquelles que há anos atraz os representantes do poder publico nesta terra mandaram assassinar (...) Não vimos clamar palavras de ódio, não vimos descer a retaliações pessoaes, mas vimos dizer a palavra forte da nossa opinião e vimos dizer de envolta com os clangores dos nossos protestos, que trazemos para o campo da amarga peleja a mesma velha alma ardente, caldeada na angustia de todas as fadigas ao desprezo de todos os perigos.

A fuzilada traiçoeira e covarde de 3 de julho de 1906, com que a polícia do Sr. Constantino Nery metralhou a redação do *Correio do Norte*, a perseguição odienta friamente organizada contra os que despendiam a melhor de suas energias, nesta tenda de trabalho humano²⁵⁶.

Como podemos observar, o editorial iniciou em tom crítico, endereçado principalmente à Constantino Nery, governador do Amazonas no ano em que o periódico foi empastelado e sobre o qual recaía a fama de mandante direto de tal feito contra o *Correio do Norte*, isto em julho de 1906.

Quanto à linha editorial, o articulista enfatizou que o programa do jornal não sofreu alterações: “é o mesmo programma de altivez e de independência a que fomos sempre intransigentemente fieis e que temos vindo sempre afirmando já nos comícios, já nos pleitos eleitorais, já na inteireza ainda não desmentida da nossa conducta cívica²⁵⁷”.

Antes de entrarmos em como se deu o pleito de 1909, faz-se necessário entender o cenário político durante a época em que o jornal permaneceu inativo. Destacamos a saída de Constantino Nery do cargo de governador do estado do Amazonas, em novembro de 1907. De

²⁵⁶ *Correio do Norte*, n° 140, Manaus, 02 de junho de 1909.

²⁵⁷ Idem.

acordo com a versão oficial²⁵⁸, sua saída foi em consequência de estar enfrentando problemas de saúde e por isso buscou tratamento na Europa; fato que poderia ser considerado absolutamente normal e compreensível. No entanto, podemos considerar uma estratégia política do grupo oligárquico dos Nery para driblar a Constituição, no que se refere ao exercício do cargo do poder executivo estadual por parentes consanguíneos²⁵⁹.

Consequentemente, para concorrer legitimamente ao cargo de poder executivo estadual, era necessário a renúncia do governador ou vice-governador pelo menos três meses antes da eleição²⁶⁰. Neste caso, a renúncia de Constantino Nery abriu espaço jurídico para a candidatura de seu irmão, Silvério Nery. Vale ressaltar que Silvério já havia utilizado essa mesma estratégia nas eleições anteriores ao deixar o cargo de governador, em dezembro de 1903, e apoiar a candidatura de seu irmão, Constantino Nery, em 1904.

A troca de poder entre Silvério e Constantino Nery no estado do Amazonas serve como exemplo de uma estratégia política alinhada. Esse padrão alternado de cargos de governador e senador concedidos à família Nery garantiu sua presença ininterrupta em esferas de poder, ao mesmo tempo em que consolidou sua influência e salvaguarda aos interesses de sua facção político-econômica.

A prática de revezamento dentro da família Nery é um exemplo clássico de como grupos políticos podem encontrar maneiras de contornar restrições legais para manter o poder. Na época, a Constituição proibia a reeleição para os mesmos cargos, mas ao alternarem os membros da família nos cargos políticos, os Nery conseguiram manter a influência e o controle sobre o Estado. Esse método permitia que, mesmo sem violar explicitamente a lei, que a família Nery permanecesse no comando do Estado, garantindo continuidade e estabilidade para os seus interesses. Isso também ressalta a engenhosidade das elites políticas em adaptar-se e manipular estruturas legais para perpetuar seu domínio.

Quando Constantino Nery recebeu permissão para buscar tratamento médico na Europa, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, que serviu como vice-governador de Nery na época, deveria ter assumido naturalmente o cargo de governador. No entanto, essa sucessão não se concretizou, pois Bittencourt alegou doença e incapacidade de assumir a responsabilidade.

²⁵⁸ AMAZONAS. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão extraordinária pelo Governador do Estado Coronel Raymundo Affonso de Carvalho**, em 28 de dezembro de 1907, p. 5.

²⁵⁹ ASSEMBLEIA, **Constituições de 1891 a 1989**, p. 81

²⁶⁰ O propósito dessa iniciativa era impedir que o controle do poder fosse monopolizado por uma única família ou círculo de parentes. Desta forma, buscava-se garantir a rotatividade no desempenho das funções políticas e, consequentemente, promover diversidade e representação nos âmbitos estaduais.

Como resultado, o Coronel Raimundo Affonso de Carvalho, que servia como presidente do Congresso até então, assumiu como governador temporário do Amazonas até julho de 1908.

De acordo com Daniel de Lima, a remoção de Constantino Nery do posto governamental, juntamente com o declínio da posição por parte do sucessor, evidencia uma complexa disputa pelo controle político no Amazonas. Isto indica que a escolha feita por Bittencourt foi baseada em interesses pessoais e políticos para concorrer nas próximas eleições estaduais, mesmo tendo que contornar os impedimentos legais presentes na Constituição contra a reeleição nesse período. Se assumisse como governador após a saída de Constantino, limitaria sua participação no processo eleitoral subsequente²⁶¹.

Com essa jogada política de Bittencourt e após várias negociações e disputas internas dentro do Partido Republicano Federal do Amazonas, os nomes indicados para concorrer aos cargos de governador e vice-governador do Amazonas foram do próprio Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e Antônio Sá Peixoto, respectivamente. Ambos foram eleitos no pleito realizado em março de 1908, para o quadriênio de 1908-1912, evidenciando uma importante mudança no cenário político local, algo que antes, durante anos, foi dominado pelos irmãos Silvério e Constantino Nery.

Outro ponto alto dessas disputas internas ocorreu quando Bittencourt nomeou seu filho, Agnello Bittencourt, para dirigir o município de Manaus, consolidando o controle sobre os poderes públicos do Estado de maneira hegemônica. Essa decisão contrariou os interesses da família Nery, provocando uma acirrada cisão política²⁶².

No âmbito das eleições, em 1909, o governador indicou a candidatura do coronel Joaquim Sarmiento para ocupar uma vaga no Senado. Quanto às casas legislativas estaduais e federais, José Duarte Sobrinho e Heliodoro Balbi foram nomeados como candidatos. Em contrapartida, Silvério Nery e Affonso de Carvalho concorreram na chapa oposta. Estes últimos venceram as eleições, causando grande indignação da chapa adversária, que protestou veementemente contra os resultados obtidos nas urnas eleitorais daquele pleito político.

Assim como ocorrera em 1906 com Heliodoro Balbi, agora, em conjunto com Joaquim Sarmiento, os protestos elaborados sobre o processo eleitoral ocorrido em de 30 janeiro de 1909 não foram recebidos pelos juízes do Amazonas, Marcionillo Lessa e Luiz Barreiros. Tal situação foi denunciada no *Jornal do Comércio*, através da “Columna Revisionista”:

²⁶¹ LIMA, Daniel Rodrigues de. **Elites políticas em confronto**: disputas pelo poder político durante a belle époque no Amazonas (1889-1912). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, UFAM, 2023.

²⁶² SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Revista Tempos Históricos**, v.14, n.2, p. 106-133, 2010, p. 124.

[...] sobre a conducta dos drs. Marcionillo Lessa e Luiz Barreiros, juízes substitutos e seccional do Amazonas, recusando-se, contra lei expressa, a aceitarem o protesto contra a apuração do pleito de 30 de janeiro interposto pelo coronel Joaquim Sarmiento e H. Balbi, há de hoje subir de ponto, quando souber que os tabeliães da capital, com exceção apenas do sr. Antonio Lessa, não compareceram hontem aos seus cartórios, e sendo procurados em suas residências particulares, ou negaram-se a tomar em notas o protesto, ou eximiram-se de comparecer á presença dos que os procuravam. Eis a obra dos srs. Silverio Nery e Affonso de Carvalho: a coação, o suborno, a peita do funcionalismo, o vilipendio da justiça pelo empenho de induzir á prevaricação os magistrados, comtanto que triumphem, que obtenha um deles a cadeira que lhes foge, e bora passem por cima da lei e das consciências , ou por cima do sangue de seus irmãos²⁶³.

Segundo o artigo, a responsabilidade de tal situação recaía sobre os Nery, visto que Luiz Barreiros, ao ser encontrado, negou-se a receber a petição, “alegando que não deseja se indispor com o partido situacionista”²⁶⁴. Ao ser questionado o porquê não daria o parecer de indeferimento à petição, alegou que “as ordens recebidas era para não tomar conhecimento algum da mesma e se indeferisse romperia a promessa sagrada e ficaria numa situação comprometedora²⁶⁵”.

É nesse contexto de clara tensão interna entre os grupos políticos do Amazonas e suas elites, sobretudo dentro do Partido Republicano Federal do Amazonas e protagonizado pelos Nery em oposição a Bittencourt e seu grupo político, que ressurge na arena jornalística da cidade o *Correio do Norte*, no qual permanecerá com uma postura crítica em relação ao grupo político dos Nery. No entanto, assumirá uma postura mais branda em relação à administração de Bittencourt, mas sem deixar de apontar as possíveis falhas do governo.

Um dos temas que se destacou nos debates da imprensa foi o plano de reforma da Constituição Estadual, anunciado em setembro de 1909. Enquanto os revisionistas ansiavam por ajustes na Constituição da República, por outro lado, questionavam o governo estadual pela reforma que pretendia implementar na Carta Amazonense, durante o mandato de Antônio Bittencourt.

O plano que orientaria a reforma constitucional desenvolvida pelo vice-governador, Sá Peixoto, tinha como objetivo alinhar a Constituição Estadual à Carta Federal. Um dos pontos mais divergentes era a proposta de estabelecer um parlamento estadual bicameral, bem como o processo e julgamento dos chefes de Estado, conferindo ampla autonomia ao Estado-Membro.

²⁶³ *Jornal do Comércio*, nº 1777, Manaus, 04 de março de 1909.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ *Idem*.

Através dos editoriais do *Correio do Norte*, discursos e debates políticos, percebemos que seus articulistas e membros do Partido Revisionista não aceitavam essas teses²⁶⁶. Na realidade, sem declarar abertamente, Sá Peixoto estava seguindo as orientações de Silvério Nery e seu partido Republicano Federal, assim como ocorreu em outros estados brasileiros, em que a dupla representação foi renovada nos parlamentos locais.

Podemos supor que Nery, Affonso de Carvalho e Sá Peixoto, estivessem tramando a reviravolta de 1910 contra Bittencourt. No artigo intitulado: “A Reforma da Constituição”, o articulista do *Correio do Norte* esclareceu que “o reformador quer que o vice-governador do Estado não seja, depois de decorrido um biênio de administração, um sucessor do governo mas um simples substituto dele durante todo o quadriênio²⁶⁷”. Além disso, também se discutiu a realização de novas eleições antes de transcorridos dois anos de mandato – contrariando o que previa a Constituição do Brasil.

Outro ponto de discussão trazida pelo artigo se refere ao capítulo VII do plano de reforma, que trazia o título: “Da Constituição e das Leis”. Assim diz o articulista: “Quer o dr. Sá Peixoto a reforma do Art. 68, isto é que a Const. Est. só possa ser de novo reformada de 20 em 20 anos²⁶⁸”. Para o articulista, tal disposição não se justifica, visto que não há estabelecidos prazos para se realizar reformas constitucionais, ficando a critério do Congresso Nacional ou das assembleias dos estados no tempo que julgassem oportuno.

Ness sentido, a reforma também visava modificar a composição do Poder Judiciário diretamente na Constituição, em vez de por meio de uma lei especial, propondo a criação de dois novos cargos de desembargador. O que é ainda mais interessante é que tais vagas só seriam preenchidas a partir de 1912, após o próprio mandato de Sá Peixoto como vice-governador.

Por sua vez, o governador Bittencourt ordenou a reavaliação dos documentos e saldos relacionados ao famoso empréstimo da *Marseillaise*²⁶⁹, durante o qual foram atribuídas irregularidades a Silvério e Constantino Nery, bem como seus aliados.

Ademais, na capital, parecia haver uma melhor compreensão das alegações feitas pelos revisionistas contra a família Nery. No entanto, o interior permanecia amplamente leal ao antigo comandante e alinhado às disposições de Affonso de Carvalho. Este último lidava continuamente com prefeitos, líderes locais e coronéis, defendendo consistentemente votos e

²⁶⁶ *Correio do Norte*, n° 233, Manaus, 18 de setembro de 1909.

²⁶⁷ *Correio do Norte*, n° 236, Manaus, 22 de setembro de 1909.

²⁶⁸ *Idem*.

²⁶⁹ Durante o governo de Constantino Nery, em 1906, ocorreu um empréstimo com a *Société Marseillaise*, no valor aproximado de 50 mil contos de réis, na antiga moeda brasileira. Esse recurso deveria ser destinado a investimentos públicos; entretanto, parte desse dinheiro foi subtraído ilegalmente em proveito pessoal, principalmente por membros do governo envolvidos na negociação.

currais eleitorais, bem como as composições e câmaras municipais que favoreciam Silvério e seu Partido Republicano Federal.

Diante desse cenário, o *Correio do Norte* criticava frontalmente Affonso de Carvalho pelas ações comandadas em favor dos nerystas, no artigo: “Dignifiquemos a República”, no qual o articulista disparou sobre a proximidade das eleições de representação ao congresso estadual e o *modus operandi* com que os pleitos foram apurados:

As eleições batem á porta. O sr. Affonso de Carvalho de sobreceño carregado e sinistro, chama a postos os seus centuriões. A sua velha machina eleitoral, vae funcionar como a guilhotina de Ravaud, para que a trucidação dos direitos populares lhe proporcione um instante de satisfação á sua incurável nevrose de torcionário da baixa política²⁷⁰.

Podemos entender a publicação do artigo como uma tentativa de precaver que novas tentativas de fraudes seriam empreendidas pelo grupo dos Nery, alertando as autoridades que “Esses centuriões, que, com mais cynico despudor, redigiram as actas fraudulentas de 30 de janeiro, não podem presidir a eleição de 15 de novembro, a menos que o sr. coronel Antonio Bittencourt, não deseje a reprodução da farça indecorosa²⁷¹”.

Observamos que o jornal permaneceu em intensa oposição a oligarquia Nery. Com a aproximação do pleito, apesar das constantes denúncias de adulteração de atas e resultados feitas pelos revisionistas, inclusive aquelas que contestavam a eleição de Heliodoro Balbi para a Câmara Federal, a frase que os motivava demonstrava que o grupo não esmorecia, ao contrário, permanecia altivo no seu combate: “Que importam as actas falsas? Pois essas actas falsas não são, accaso, prova da impopularidade e da fraquesa dos falsificadores?²⁷²”.

Assim, para as eleições de 15 de novembro de 1909, destinadas à composição do triênio de novos deputados estaduais, a chapa do Partido Revisionista era composta pelos seguintes nomes:

²⁷⁰ *Correio do Norte*, n° 250, Manaus, 08 de outubro de 1909.

²⁷¹ *Idem*.

²⁷² *Correio do Norte*, n° 234, Manaus, 19 de setembro de 1909.

Imagem 15 – Anúncio da Chapa Revisionista para o pleito de 1909

CHAPA DO PARTIDO REVISIONISTA
ELEIÇÃO DE 15 DE NOVEMBRO

Para Deputados Estadões

Dr. Adriano Augusto de Araujo Jorge,
medico, residente em Manaus

Ricardo Matheus Barbosa de Amorim,
advogado, residente em Manaus

Coronel Joaquim Francisco de Paula,
despachante geral, residente em Manaus

Dr. Gerson Messias Correa,
agrimensor, residente em Manaus

Jeremias dos Santos Jacintho
proprietario, residente em Manaus

Dr. Alvaro de Castro Gonçaves,
cirurgião-dentista, residente em Manaus

Coronel José Francisco Soares Sobrinho,
despachante geral, residente em Manaus

José Luciano de Moraes Rego,
despachante geral, residente em Manaus

Dr. Argemiro Rodrigues Germano,
medico, residente em Manaus

Coronel Francisco Laurentino do Bonfim,
advogado, residente em S. Felipe

Simão Trajano da Costa,
commerciante, residente em Fonte Boa

José Ribeiro da Silva,
commerciante, residente em Coary

Francisco Evaristo Oliveira Camara,
proprietario, residente em Tefé

Julio Verne de Mattos Pereira,
commerciante, residente em Manaus

Bento de Figueredo Tenreiro Aranha,
jornalista, residente em Manaus

Coronel José Cardoso Ramalho Junior,
proprietario, residente em Manaus

Fonte: *Correio do Norte*, nº 281, 1909.

Antes de examinar o processo eleitoral de 1909, é pertinente observar que, entre os candidatos do Partido Revisionista do Amazonas (PRAM), figuravam indivíduos provenientes de distintas gerações de dissidentes do campo situacionista. Dentre eles, destaca-se Argemiro Rodrigues Germano que, na década de 1890, foi aliado político do governador Eduardo Ribeiro.

Essa ligação facilitou sua inserção no serviço público, haja vista que ocupou o cargo de médico na Repartição de Higiene do Amazonas²⁷³.

O jornalista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919) ocupou o posto de Diretor dos Índios de Rio Branco durante a administração do governador Silvério José Nery²⁷⁴.

O advogado Francisco Laurentino do Bonfim, por sua vez, desempenhou a função de Promotor Público no município de Manicoré, em 1894, período em que Eduardo Ribeiro exercia o cargo de governador²⁷⁵.

De maneira semelhante, o bacharel Ricardo Mateus Barbosa Amorim esteve envolvido nas articulações de nomeações realizadas na administração de Ribeiro, atuando, por volta da década de 1890, como funcionário comissionado da Contadoria de Rendas do Amazonas²⁷⁶.

A predisposição do Partido Revisionista do Amazonas para recrutar indivíduos oriundos do situacionismo é demonstrada pela filiação de José Cardoso Ramalho Júnior (1866–1952). Ex-governador do Amazonas (1898–1900), Ramalho Júnior integrou o partido e concorreu a uma vaga de deputado estadual nas eleições de 1909. Assim, podemos constatar que a composição do Partido Revisionista do Amazonas foi conduzida, majoritariamente, por indivíduos que perderam espaço político e administrativo após a consolidação do Partido Republicano Federal (PRF), sobretudo como a principal força política no Amazonas.

Voltando ao processo de como se deu o pleito de 1909, faltando pouco menos de um mês das eleições, o governador divulgou na imprensa o ofício enviado aos prefeitos do Estado do Amazonas. Nela, foi concedida a autonomia para que os candidatos pudessem escolher seus representantes na Assembleia Legislativa. Essa iniciativa teve como objetivo impedir qualquer tipo de manipulação do eleitorado em nome da administração estadual:

Circular, Estado do Amazonas. Manáos. 2ª Secção. Palacio do Governo em 20 de Outubro de 1909. Exm. Sr. coronel superintendente municipal da Capital. – Devendo realisar-se no dia 15 de novembro próximo vindouro a eleição para representantes do Estado ao futuro Congresso, deseja o Governo que o pleito corra com toda a regularidade, sendo fielmente observadas as disposições leaes a respeito. E como um dos principais lemas da instituição republicana é - o governo do povo pelo povo, - este, dentro das prescripções leaes, tem a liberdade de votar em quem entender para seus delegados na Camara legislativa do Estado. Assim sendo o meu pensamento sobre a próxima eleição, convem que v. exc.^a scientifique dele, aos eleitores desse Município.
Antônio Clemente R. Bittencourt.

²⁷³ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes (10 de julho de 1893)**. Manaus: Tipografia do Diário Oficial do Amazonas, 1893.

²⁷⁴ *DIÁRIO OFFICIAL DO AMAZONAS*. Manaus, 19 dezembro de 1900.

²⁷⁵ *DIÁRIO OFFICIAL DO AMAZONAS*. Manaus, 20 de novembro de 1894.

²⁷⁶ *DIÁRIO OFFICIAL DO AMAZONAS*. Manaus, 28 março de 1895.

- Idênticas as demais Municipalidades do interior do Estado²⁷⁷.

O Partido Revisionista e seus seguidores celebraram vigorosamente essa decisão. Para o articulista do jornal, era crucial que as fraudes ocorridas nas elei es anteriores fossem devidamente documentadas pelo governo estadual e medidas fossem tomadas para garantir a integridade futura das elei es durante o seu mandato, especialmente em rela o   falsifica o dos registros eleitorais²⁷⁸.

As rea es silveristas surgiram com as notícias de uma "bernarda" contra o governador e o vice-governador. De acordo com as notícias publicadas no *Correio do Norte*, Silvério Nery, por meio de Pinheiro Machado, estaria promovendo no Rio de Janeiro uma reforma na administra o estadual, no qual "pretende s. s. tomar de assalto o poder estadual contando para isso com o prestígio que lhe dará o sr. presidente da República, amigo do senador gaúcho e maior inimigo do Amazonas²⁷⁹".

Diante do clima ameaçador de uma deposi o do governador e vice-governador, o povo foi convidado a comparecer   Avenida Eduardo Ribeiro, de onde seguiriam em passeata para as residências dos governantes, a fim de prestar apoio e solidariedade. Nisso, José Duarte Sobrinho, Jorge de Moraes, Heliodoro Balbi e Adriano Jorge, estavam entre aqueles que participaram do evento, que seguiu pela reda o de diversos jornais da cidade, inclusive do *Correio do Norte*, os quais foram recebidos com discurso eloquente de Dejard de Mendonça. A passeata finalizou na reda o do *Jornal do Comércio* e, após vários discursos, o povo se dispersou.

Na elei o no dia 15 de novembro, os revisionistas estavam confiantes na realiza o de um pleito livre e sem fraude. No entanto, em artigo publicado no dia 17 de novembro, o *Correio do Norte* denunciou as velhas práticas de Silvério Nery e Affonso de Carvalho, pontuando que ambos não respeitaram as recomenda es expressas do Governador Bittencourt, em favor de um pleito livre e limpo. Segundo o que foi denunciado no jornal, as principais fraudes ocorreram na 2^a e 12^a se o da capital, 16^a se o (Tabocal), Itacoatiara e Tauapessassau.

No dia 25 de dezembro de 1909, foi realizada a apura o oficial do pleito. Na ocasião, José Soares Sobrinho apresentou   junta apuradora o protesto do Partido Revisionista frente as atas supostamente falsificadas, essas que davam a Affonso de Carvalho uma vota o superior

²⁷⁷ *Correio do Norte*, n  261, Manaus, 21 de outubro de 1909.

²⁷⁸ *Correio do Norte*, n  264, Manaus, 24 de outubro de 1909.

²⁷⁹ *Correio do Norte*, n  267, Manaus, 28 de outubro de 1909.

a de outros candidatos, conforme publicado no jornal do governo, o *Amazonas*. No entanto, pelo resultado da junta apuradora, ele ficou em penúltimo lugar.

Este cenário seria o prenúncio do que ocorreria no ano seguinte. O ano de 1910 iniciou-se com críticas cada vez mais incisivas e contundentes por parte do *Correio do Norte* direcionadas a Silvério Nery. O periódico o rotulava como “gatuno” e enaltecia o governador Bittencourt, cuja influência política se fortalecia em oposição ao nerysmo. O jornal continuava sua campanha, que era caracterizada como uma luta destinada a “libertar o Amazonas (...) da tirania de uma política bastarda e indigna ao mundo dos Nerys e dos Affonsos²⁸⁰”.

Silvério Nery e Antônio Bittencourt vivenciavam um momento político em que o rompimento entre ambos era inevitável. Para aflorar ainda mais os ânimos, a Comissão de Poderes da Assembleia Legislativa do Estado reconheceu o diploma de Affonso de Carvalho, fato que ia contra os interesses políticos dos revisionistas, que ficaram extremamente decepcionados, sobretudo porque esperavam uma postura resoluta por parte do governador contra Silvério Nery, o que não aconteceu; ao contrário, o mandato de Affonso de Carvalho foi aceito e reconhecido.

A realidade é que o Congresso eleito em novembro de 1909 e reconhecido em 1910 teve influência direta do vice-governador Sá Peixoto. Segundo publicação do *Correio do Norte*:

Hoje, véspera de carnaval, da grande folia do deus da pandega, terá lugar o início das sessões do pandego Congresso, engendrado pelo Sr. Dr. Sá Peixoto por meio de actas fabricadas e patuscamente arranjadas.
É realmente digna de uma memorável pandega a reforma da constituição carnavalesca do sr. Sá Peixoto. E viva a folia!²⁸¹

Ao que parece, o que presumira o jornal iria se cumprir. Em pouco tempo, o vice-governador se revoltaria contra Bittencourt, arquitetando sua deposição e afastamento do cargo ainda no curso inicial do ano de 1910, como veremos nos próximos tópicos deste capítulo.

3.2.3 O pleito de 1910: o apoio a campanha civilista de Rui Barbosa

Em agosto de 1909, após a sucessão de Afonso Pena e no contexto das negociações para a escolha do candidato oficial do governo, Rui Barbosa foi apresentado como candidato pela oposição, sob a liderança do Partido Republicano Paulista. Ele enfrentou Hermes da Fonseca em uma campanha eleitoral que se destacou pelos comícios e pela ativa participação das

²⁸⁰ *Correio do Norte*, n° 339, Manaus, 20 de janeiro de 1910.

²⁸¹ *Correio do Norte*, n° 353, Manaus, 05 de fevereiro de 1910.

populações urbanas, sendo referida como a "Campanha Civilista". Esse movimento político, liderado por Rui Barbosa, representou uma novidade durante o período da República Velha.

Enquanto a candidatura de Hermes da Fonseca representava a possibilidade de superar os arranjos oligárquicos dominados por estados influentes, a campanha de Rui Barbosa simbolizava a resistência do retorno militar ao poder executivo federal e defendia a manutenção do caráter civil da República.

Além disso, os críticos da candidatura militar alegavam que, o que impulsionou a escolha do nome de Fonseca, perderia-se após sua confirmação, pois ela foi moldada dentro de poderes estaduais periféricos associados ao Rio Grande do Sul e Minas Gerais, bem como outros grupos oligárquicos.

A de Barbosa, ao contrário, e de acordo com aqueles alinhados aos seus ideais, sua nomeação caracterizou um retorno aos princípios fundamentais que deveriam ter guiado a República desde sua instauração — resumidos por sua defesa das liberdades civis, em vez do militarismo ou problemas que poderiam ser causados, caso houvesse uma vitória do candidato oficial. Por isso, o nome “Civilista” — tanto para esta nomeação em si, mas também a todas as campanhas subsequentes que levaram às eleições de 1910.

Ademais, para Rui Barbosa, ser um "homem das letras" o manteve consistentemente conectado à imprensa. Essa conexão, sem dúvida, motivou e contribuiu para que muitos jornais aderissem à sua campanha, assim como sua advocacia civil, que também teve boa recepção em boa parcela da imprensa. Dessa forma, logo percebeu a importância da imprensa para sua construção e reconhecimento nas ruas - não apenas na promoção da autoimagem, mas também como meio de formação da opinião pública. Em suma, a imprensa desempenhou papel fundamental na condução e promoção da campanha eleitoral de 1909-1910.

Segundo Lorayne Garcia, esse embate eleitoral teve lugar na imprensa e se dividiu em dois principais grupos. Os jornais que se associaram a Rui Barbosa foram: *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia*, *A Careta*, *O Tempo* e *A Propaganda*. Os que se aliaram à Hermes da Fonseca foram: *O Jornal do Brasil*, *O Paíz*, *A Tribuna*, *O Diário Popular*, *O Diário de São Paulo*, *O Alarme*, *O Repórter*, *A Renascença*, *A Revista da Semana* e *O Malho*²⁸².

No Amazonas, o Partido Revisionista, após reunião com seus correligionários, o que se deu no dia 30 de janeiro de 1910, decidiu por unanimidade de votos seus candidatos à eleição

²⁸² UEÓCKA, Lorayne Garcia. **A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política.** Tese de doutorado – ASSIS – UNESP, 2004.

para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, isto é: Rui Barbosa e Albuquerque Lins, respectivamente.

Dessa forma, o *Correio do Norte* foi fundamental ao promover a campanha de Rui Barbosa no Amazonas, por meio da publicação de editoriais que refletiram o clima intenso e apaixonado com que se apresentava.

Naquele cenário, as páginas do periódico traziam textos contundentes que visavam disseminar uma imagem favorável do candidato e a popularização de sua campanha civilista, na tentativa de atingir o eleitor. À título de exemplo, o editorial “*Ao eleitorado*”:

Ruy Barbosa, pela omnisciência do seu gênio, pela argúcia que lhe comunica a sua observação experiente, pela alta consciência da sua responsabilidade, pelo nobre orgulho e desmedido empenho de zelar pela conservação do brilho do seu nome, é o candidato que o país inteiro reclama, confiado no seu passado, na sua vida de devotamente cívico, no seu inegualável apostolado de defensor supremo do direito e da liberdade.

[...]

Ruy Barbosa está na consciência dos brasileiros e o Directorio do Partido Revisionista, que é, incontestavelmente, o partido do povo do Amazonas, por cuja liberdade há cinco annos se bate sem desfallecimentos, com louvável intrepidez da coragem mais nobre e heroica, apresentando tal nome ao suffragio dos seus amigos não faz mais do que dobrar-se reverente ante os sentimentos que lhe transbordam do coração²⁸³.

É importante registrar que o jornal, como agente de comunicação, possui fé pública, e assim, a capacidade de informar e moldar as perspectivas de seus leitores. Sua periodicidade torna-o no ambiente ideal para encenação política graças ao seu poder persuasivo.

Outra abordagem empregada pelo *Correio do Norte* consistiu na estratégia de valorização da imagem do candidato, fundamentada em sua trajetória pública e política. Assim, os textos veiculados nas páginas do jornal, frequentemente enalteciam a figura de Rui Barbosa por meio de termos elogiosos, tais como: "nobre brasileiro", "ilustre", "mestre do civilismo", "paladino", "preclaro" e "eminente estadista", evitando o uso do termo "candidato" nos artigos publicados. O emprego reiterado desses adjetivos visava à exaltação da imagem do candidato, como no artigo intitulado: “Ao mais digno”.

O povo está convencido de que o país inteiro correrá a testemunhar as preferencias da sua escolha, por um elementar dever de gratidão nacional, a esse homem extraordinario que é o typo representativo das energias da raça latina e a syntese imperecível da intelectualidade brasileira [...].

²⁸³ *Correio do Norte*, n° 352, Manaus, 04 de fevereiro de 1910.

Ruy Barbosa é o seu ídolo, o seu profeta. Elle reúne no seu perfil luminoso todas as ancias da liberdade e concretiza na sua vida toda a brilhante encarnação das nossas conquistas democráticas²⁸⁴.

Em outro momento o *Correio do Norte* ressalta a importância de sua candidatura:

E o povo quer, o povo impõe a candidatura aureolada de Ruy Barbosa!
Porque Ruy Barbosa é, no actual momento histórico, o maior de todos os brasileiros;
Porque Ruy Barbosa é a encarnação mesma do Direito e da Justiça;
Porque Ruy Barbosa tem um longo passado lampejante, uma vida inteira consagrada absolutamente, sem fraquezas nem recuos, à causa santíssima da Liberdade;
Porque Ruy Barbosa tem sido o patrono de todas as formosas e grandes e nobres causas neste paiz. Desde a luta sagrada da abolição até a anistia dos revoltosos de 14 de Novembro, desde a proclamação da República até aquella suprema fulguração de Haya²⁸⁵.

Assim, os méritos atribuídos ao candidato pelo *Correio do Norte* conseguiram associar e enfatizar a campanha aos ideais defendidos por Rui Barbosa. Méritos esses destacados pelo jornal como a redação da Lei Dantas, lei do casamento civil, a separação da Igreja do Estado, o sistema financeiro da época, as colaborações do Código Civil, entre outros²⁸⁶. Em outras palavras, Rui Barbosa era idealizado como o candidato que havia aceitado a tarefa daquela campanha em virtude do amor à Pátria e à democracia:

Ruy Barbosa é incontestavelmente o maior apóstolo da democracia brasileira. O seu verbo irrealizável, a sua assombrosa atividade inconfundível, o seu desmarcado talento incomparável, estiveram sempre ao serviço da pátria e dos seus irmãos, conquistando para aquella gloria e reivindicando para estes a liberdade²⁸⁷.

A imprensa aliada divulgou extensivamente o programa político de Rui Barbosa, cuja fala dos jornais sempre foi entoada com elogios ao candidato para conferir-lhe legitimidade política e popularidade. As propostas estratégicas foram avaliadas pela acessibilidade/aprovação popular, por meio do apoio recebido da população civil.

Além disso, Rui Barbosa tinha uma visão crítica sobre a estrutura política do Brasil na época. Ele apontava uma série de problemas que existiam naquele período, como a indicação dos candidatos à presidência, a relação entre o Congresso e o Executivo, o Coronelismo, como também a influência dos chefes locais sobre o processo eleitoral que o coronelismo exercia. Outrossim, ele criticava o fato de o voto não ser secreto, o que enfraquecia a legitimidade das eleições.

²⁸⁴ *Correio do Norte*, n° 372, Manaus, 27 de fevereiro de 1910.

²⁸⁵ *Correio do Norte*, n° 373, Manaus, 01 de março de 1910.

²⁸⁶ *Idem*.

²⁸⁷ *Correio do Norte*, n° 373, Manaus, 01 de março de 1910.

A revisão constitucional, segundo Rui, seria a solução para esses problemas. Ele acreditava que a mudança de regras claras e bem definidas na Constituição poderia transformar a realidade política do país. Isso envolveria uma reorganização das relações de poder entre os estados e o governo federal, bem como uma reforma no sistema eleitoral para garantir maior autonomia e representatividade popular²⁸⁸.

Esse pensamento reflete a busca de Rui Barbosa por um sistema político mais democrático e transparente, tentando limitar os abusos de poder que ele via na estrutura vigente, especialmente a Política dos Governadores e o domínio dos coronéis sobre a política local.

Em "A Constituição em Ruínas", uma das palestras que Rui Barbosa teria proferido caso sua candidatura para a eleição de 1914 tivesse sido mantida, encontramos uma análise crítica da situação constitucional do país. Neste contexto, Rui Barbosa oferecia uma interpretação abrangente sobre as fragilidades institucionais e políticas vigentes, destacando os problemas estruturais que, em sua visão, comprometiam o funcionamento adequado da República.

A Constituição está em destroços; e o que nos ameaça agora, não é uma revolução liberal; é, com a última ruína das nossas liberdades, a perda total de nós mesmos. Não é a Constituição que se acha em perigo: é a pátria, o Brasil, a nossa integridade, a nossa coletividade, tudo o que somos, tudo o que éramos, tudo o que aspirávamos a ser, a nossa existência mesma nos seus elementos materiais, como nos seus elementos morais, em todas as condições da sua realidade e do seu valor, da sua atualidade e do seu futuro, da sua duração e da sua honra, do seu préstimo e do seu destino. Se não nos erguermos num grande movimento de reabilitação, a falência da nossa nacionalidade estará declarada²⁸⁹.

No excerto, observa-se a ênfase que Rui Barbosa atribuía à Constituição, compreendendo-a como a base material e moral da nação. Em outros termos, a análise de Rui, expressa no discurso que acabou por não ser proferido, permanecendo apenas em forma escrita, reflete não apenas os eventos ocorridos durante o governo de Hermes da Fonseca, mas também suas considerações acerca da necessidade de reformas constitucionais.

Em outras seções do discurso, Barbosa destacava a importância de preservar as autonomias estaduais, propondo uma adaptação do federalismo. Ele criticava, ainda, a prática de legislar por meio do Executivo em detrimento do Legislativo e propôs reformas em temas como: a legislação de estrangeiros, o *habeas corpus*, as penas judiciais e o funcionamento do

²⁸⁸ A respeito desses temas, ver: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Volume 2. São Paulo: Globo, 1995, p. 569, 611, 627 e 637.

²⁸⁹ BARBOSA, Rui. As Ruínas da Constituição. In: BARBOSA, Rui. **Ruínas de um governo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1931, p. 128-129

Legislativo federal. A constitucionalidade e sua adequação à realidade foram princípios firmemente defendidos por Rui Barbosa.

Por se tratar de uma das principais bandeiras dos revisionistas do Amazonas, o jornal *Correio do Norte* dedicou especial atenção às ideias de Rui Barbosa sobre a revisão constitucional, divulgando amplamente essa parte do programa político do candidato.

A Constituição de 1891 precisa de ser reformada para se conservar. As boas instituições não de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo e acomodando-as com o correr dele, aos novos hábitos e às novas exigências dos sucessivos habitantes²⁹⁰.

Esse discurso pode ser compreendido como uma síntese do pensamento de Rui Barbosa sobre a necessidade de reformas constitucionais. Foram precisamente essas ideias reformistas que contribuíram para o desgaste de sua imagem junto ao Congresso, culminando na sua exclusão como candidato, na Convenção situacionista realizada em fevereiro de 1919. Rui Barbosa, por sua vez, optou por não comparecer à Convenção, em desacordo com o modelo de indicação adotado. O nome escolhido pela Convenção foi o de Epiácio Pessoa.

Durante o período de campanha, o *Correio do Norte* também divulgou a passagem da excursão eleitoral de Rui Barbosa pelo país, demonstrando a ampla aceitação/recepção ao candidato e de seu discurso nos meios populares, como sua passagem pela Bahia, no qual a manchete trazia o título: “A recepção do gênio Ruy Barbosa na Bahia”: “dr. Ruy Barbosa teve na capital da Bahia, recepção condigna e brilhante, ao desembarcar do Rio de Janeiro, em viagem de propaganda de sua eleição. [...] a festiva recepção do egrégio Brasileiro em sua terra natal teve a magnificência de grandes ovações e homenagens aos seus incomparáveis méritos”²⁹¹.

A página se dedicou em relatar o retorno do candidato, enfatizando a recepção popular e as manifestações de apreço que ele recebeu na Bahia. O jornal não apenas listou as personalidades presentes para saudá-lo, mas também divulgou os nomes dos oradores do evento, destacando o entusiasmo gerado por sua presença e a ampla aceitação social de sua candidatura.²⁹²

Como podemos observar, a imagem de Rui Barbosa era associada à razão, ao conhecimento, à democracia, à cultura e ao poder civil. Hermes da Fonseca, por outro lado, era

²⁹⁰ *Correio do Norte*, nº 360, Manaus, 13 de fevereiro de 1910.

²⁹¹ *Correio do Norte*, nº 354, Manaus, 06 de fevereiro de 1910.

²⁹² *Correio do Norte*, nº 355, Manaus, 08 de fevereiro de 1910.

retratado como o representante do poder militar e das forças retrógradas da nação, constituindo-se, assim, como uma ameaça à Constituição e à supremacia do poder civil.

Um governo militar ao serviço da politicagem, - não póde haver maior desgraça para o Brasil. O governo do sr. Pinheiro Machado apoiado na espada do sr. Hermes seria uma verdadeira calamidade. E do que o povo brasileiro se sente ameaçado. Dahi a sua repulsa á candidatura marechalicia. O povo brasileiro presente em perigo as suas liberdades, os seus direitos, e quer salva-los. Há de defende-los em todas as forças, e há de vencer. Não há de vingar a candidatura com a qual políticos sem consciência e sem patriotismo querem levar o Brasil á desgraça e ao opróbio²⁹³.

O pleito de 1º de março de 1910 transcorreu num clima de agitação já esperado pelos políticos e pelos próprios candidatos. Segundo o jornal *Correio do Norte*, a mando de Silvério Nery, muitos mesários se fizeram ausentes no dia da eleição, principalmente naquelas seções, cujo contingente eleitoral da oposição tinha mais força. Assim, muitos eleitores que se dirigiram as mesas 9, 10 e 19, por exemplo, não conseguiram votar. Uma vez que a mesa não se reuniu, os eleitores se dispersaram, não procurando votar, em maioria, na seção mais próxima como mandava a lei²⁹⁴.

Outra ocorrência denunciada pelo jornal, foi presença ameaçadora de capangas exercendo pressão, principalmente, sobre os funcionários públicos em quase todas as seções eleitorais, isso porque tais pessoas constituíam quase metade do eleitorado da capital:

Esses indivíduos foram colocados, como representantes do sr. Bittencourt, dentro dos cancellos da eleição impondo chapas em nome do governo à boca das urnas, e sendo acompanhados por claviclavios que anotavam indigna e pachorrentamente os nomes dos que discrepavam e resistiam as ordens humilhantes, dos que se julgavam nossos reis, quando não passam de príncipes de óperas buffa²⁹⁵.

Embora a campanha tenha gerado grande empolgação popular nas ruas, fraudes e intimidações aos eleitores ocorreram de forma generalizada no país, influenciando decisivamente o resultado das eleições. Com efeito, o pleito obtido apontou a vitória de Hermes da Fonseca. Nisso, entre 16 de maio e 23 de julho de 1910, Rui Barbosa apresentou ao Senado uma contestação vigorosa, na qual denunciava as bases fraudulentas do resultado oficial e afirmava ter sido o verdadeiro vencedor nas eleições

No Amazonas, o candidato que obteve a maioria dos votos no estado foi o Marechal Hermes da Fonseca, que recebeu 5.728 votos, enquanto o candidato a Vice-Presidente,

²⁹³ *Correio do Norte*, n° 370, Manaus, 25 de fevereiro de 1910.

²⁹⁴ *Correio do Norte*, n° 374, Manaus, 02 de março de 1910.

²⁹⁵ *Idem*.

Wenceslau Braz obteve 5.738 votos²⁹⁶. No entanto, apesar de seu apelo em favor da moralização do processo eleitoral, a contestação não foi acolhida pelo Congresso. Em 15 de novembro de 1910, o marechal Hermes da Fonseca assumiu a presidência.

3.3 As disputas locais pela chefia do Partido Republicano Federal e o bombardeio de 1910 em Manaus

Como já indicado nesta pesquisa, o período político entre 1900 e 1912 foi caracterizado pela forte influência das oligarquias nacionais e regionais. Em particular, destaca-se a oligarquia Nery no Amazonas, liderada pelo senador Silvério Nery. No entanto, a eleição de Antônio Bittencourt como governador do Estado, em 1908, mudou significativamente as dinâmicas de poder, uma vez que Bittencourt minimizou a influência política dessa elite oligárquica no Amazonas.

Em 1909, o contexto político dentro do Partido Republicano Federal (PRF) tornou-se ainda mais conflitante após, o então governador Antônio Bittencourt, nomear seu filho, Agnello Bittencourt, para o cargo de Superintendente de Manaus. Presume-se que existia um acordo prévio entre as partes, Nery e Bittencourt, pelo qual um representante vinculado à família Nery seria designado para o cargo específico. Contudo, com o intuito de diminuir a hegemonia oligárquica dos Nery na política local, Antônio Bittencourt articulou a candidatura e subsequente eleição de Agnello Bittencourt ao comando do município, concentrando, dessa forma, o controle dos poderes públicos estaduais em torno de sua própria família²⁹⁷.

Os debates e discussões políticas entre os partidários do governador Antônio Bittencourt e os apoiadores de Silvério e Constantino Nery manifestaram-se de maneira direta desde 1909, com o Congresso Estadual do Amazonas configurando-se como o principal palco daquelas intensas disputas.

Nesse contexto, os membros da base governamental, denominados bittencouristas, em seus discursos nas tribunas do Congresso, teceram críticas contundentes ao empréstimo contraído junto à *Société Marseillaise*, bem como os diversos contratos firmados durante a administração de Constantino Nery, os quais consideraram prejudiciais aos cofres públicos.

Entre os contratos alvo de contestação, destacou-se o firmado com a empresa *Manáos Improvements Limited*, cuja anulação foi proposta pelos bittencouristas por meio de um projeto

²⁹⁶ AMAZONAS. **RELATÓRIO Apresentado ao Conselho Municipal em Sessão de 15 de maio de 1910**, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Official, 1910, p. 4

²⁹⁷ SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Revista Tempos Históricos**, v. 14, n. 2, p. 106-133, 2010, p. 124.

de lei, sob a alegação de que tal contrato era inconstitucional. Além de Furtado Belém, vários deputados alinhados com Bittencourt assinaram o projeto, dentre eles: Guerreiro Antony, Antônio Francisco Monteiro, Bento Brasil e Monsenhor Coutinho²⁹⁸. Ademais, o *Correio do Norte* parabenizou a iniciativa do Congresso, visto que em muitos editoriais teceu duras críticas à empresa e ao contrato em questão:

O deputado Furtado Belem submeteu hontem á apreciação dos seus pares, no Congresso estadual, um projecto de lei auctorisando o Governo a rescindir o leonino contracto que tem o estado com a *Manãos Improvements* para a construção de esgotos e canalização da capital. [...] daqui nós damos parabéns e estendemo-lo desde já ao Congresso e ao povo²⁹⁹.

Embora o projeto tenha sido aprovado pelo Congresso Estadual, a empresa *Manãos Improvements* recorreu à diplomacia brasileira, alegando prejuízos econômicos decorrentes da decisão, o que levou à manutenção do contrato. O desfecho se deu com a revogação, pelo Congresso, da Lei nº 604, de 19 de outubro de 1909, que previa o cancelamento do contrato. Além disso, ficou autorizado ao governador Bittencourt firmar acordos com a concessionária para ajustes contratuais de acordo com as necessidades da população³⁰⁰.

Conforme indicado por Orange Feitosa, o ano de 1910 iniciou com disputas acirradas pelo controle do poder estadual. Os debates na Assembleia Legislativa do Amazonas refletiam uma atmosfera de animosidade, descrita por alianças firmadas contra ou a favor de Bittencourt. Esse contexto de divergências e conspirações envolveu indivíduos que, anteriormente, pertenciam ao mesmo partido político e eram coproprietários do mesmo jornal, como Silvério Nery, Antônio Sá Peixoto e Antônio Bittencourt³⁰¹.

Nesse cenário de formação de conchavos, ocorreu, em fevereiro de 1910, a convenção do PRF, com o objetivo de afastar Silvério Nery de sua posição de liderança no partido. Os participantes eram figuras proeminentes da cena política do Amazonas, que haviam sido eleitos como delegados pelos municípios que detinham poder de decisão dentro do partido, tais como: Coronel Guerreiro Antony, de Coari; Adelino Costa, de Moura; Camillo Amora, de Codajás; Cyrillo Neves, de Tefé; José Gonçalves Dias, de Benjamin Constant; Juvencio França, de

²⁹⁸ AMAZONAS. *Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas*. Terceira Sessão ordinária da Sexta Legislatura, 1909. Manaus: Tipografia do 'Amazonas', 1912, p. 141-145

²⁹⁹ *Correio do Norte*, nº 238, Manaus, 24 de setembro de 1909.

³⁰⁰ AMAZONAS. *Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas*. Sessão ordinária da Sétima Legislatura, de 5 de julho a 5 de outubro de 1910. Manaus: Imprensa Oficial, 1911, p. 214

³⁰¹ FEITOSA, Orange Matos. *À sombra dos seringais: militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)*. Tese de doutoramento (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: USP, 2015

Silves; Carlos Studart, de Barreirinha; Avelino Martins, de Itacoatiara; José Furtado Belém, de Parintins; Bento Brasil, de Rio Branco; Dr. Fernando Castella Simões, de Urucará; Hildebrando Antony, de Manacapuru; Francisco Públio Bittencourt, delegado de Silvério Nery; Dr. Raphael Benayon, de Borba; Dr. Virgílio Ramos, de Fonte Boa; Dr. Alfredo da Matta, de Maués; Manuel de Araújo, de São Paulo de Olivença, Vicente Gomes de Araújo, de Canutama e João Baptista de Faria e Souza, de São Felipe³⁰².

A convenção cumpriu com seu objetivo inicial de destituir o Senador Silvério Nery e Affonso de Carvalho, respectivamente, da chefia e subchefia do PRF no Amazonas. As principais alegações para tal feito, segundo a palavra de José Furtado Belém, era de que: “sob o domínio deles, a liberdade da imprensa era uma utopia, não se conhecia senão o direito do mais forte, nada prosperava porque eram malbaratados os dinheiros públicos³⁰³”.

Na mesma ocasião, foi aclamado por unanimidade dos delegados presentes, Antônio Bittencourt, à época governador do Amazonas, como chefe supremo do Partido Republicano Federal no Amazonas. Mas, não sem as duras críticas dos apoiadores de Silvério Nery e Affonso de Carvalho. Podemos citar Huascar de Figueiredo e Júlio Nogueira, que ocupavam o espaço das galerias, juntamente com outros apoiadores dos coronéis recém destituídos.

Encerrando-se a convecção, foi sugerido pelo Dr. Castella Simões que fosse enviado ao Marechal Hermes da Fonseca e ao Dr. Wenceslau Braz o resultado da convenção e a renovação do apoio à candidatura de ambos. Essa transformação no cenário político do Estado gerou novos antagonismos, pois abriu espaço para a ascensão de novas lideranças e enfraqueceu o domínio de uma única família sobre o poder.

Segundo Eloína Monteiro, os desentendimentos entre Silvério Nery e Antônio Bittencourt resultaram na “cisão do partido, originando-se então a facção política liderada pelo último, Antônio Bittencourt”³⁰⁴. Nesse contexto, Silvério Nery fundou o Partido Republicano Conservador³⁰⁵, enquanto Antônio Bittencourt manteve-se à frente do Partido Republicano Federal.

³⁰² *Jornal do Commercio*, n° 2107, Manaus, 11 de fevereiro de 1910.

³⁰³ *Jornal do Commercio*, n° 2108, Manaus, 12 de fevereiro de 1910.

³⁰⁴ SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1904 em Manaus**. 4ª edição revista – Manaus: Editora Valer, 2021, p. 49

³⁰⁵ Diretório: Presidente: senador Silvério Nery, senador Jonathas Pedrosa, Antonio G. Pereira de Sá Peixoto. Deputados: Henrique F. Penna de Azevedo, Aurélio Amorim, Antonio Nogueira, coronel Affonso de Carvalho e Suplentes: Coronéis: Hildebrando Antony, Joaquim Cardoso de Faria, Manoel de Castro Paiva, Domingos José de Andrade, Eduardo Félix de Azevedo, José Maria Corrêa e Rozendo Silva, tendo por órgão o jornal *Folha do Amazonas*, n° 89, Manaus, de 23 de novembro de 1910.

Após o rompimento entre Nery e Bittencourt, as disputas pelo controle do poder político no Amazonas se intensificaram. Em sessão realizada em 7 de outubro de 1910, o Congresso Legislativo Estadual declarou “vago o lugar de governador do Estado, oficiando-se ao sr. dr. Vice-governador para que assuma imediatamente o exercício desse cargo, na forma da Constituição”³⁰⁶. Segundo o deputado José Duarte, a destituição de Antônio Bittencourt foi motivada por sua participação na empresa Tipográfica do Amazonas, em violação ao art. 43 da Constituição³⁰⁷. Assim, esse ato ilícito foi usado pelos deputados como justificativa para deposição do governador.

Ainda no mesmo dia, alguns deputados, com o aval de Sá Peixoto, forjaram o documento de renúncia de Bittencourt. Segundo o *Correio do Norte*, ao ser informado por Sá Peixoto de que este teria assumido o governo, Bittencourt expediu ordens de prisão contra o vice-governador e diversos deputados.

Diante desse contexto, a tensão política ultrapassou o limite das palavras e se traduziu em conflito armado:

Abertas as hostilidades entre as tropas de polícia, ainda obedientes ao sr. Coronel Bittencourt, e as forças federais que prestigiavam ao sr. dr. Sá Peixoto, depois de violento combate, que se prolongou de 5 horas da manhã às 3 da tarde, o sr. Coronel Bittencourt, conformando-se com a indicação aprovada pelo poder legislativo, passou o exercício do governo ao seu substituto legal³⁰⁸.

O termo “hostilidades”, usado pelo jornal, faz referência ao bombardeio de Manaus³⁰⁹ pelas forças federais em um dos episódios considerado como “acontecimento da maior gravidade, no final da presidência de Nilo Peçanha”³¹⁰, para obrigar Antônio Bittencourt a passar o governo a seu vice-governador Sá Peixoto.

³⁰⁶ *Correio do Norte*, n° 561, Manaus, 09 de outubro de 1910.

³⁰⁷ Constituições de 1891 a 1989. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2002. Art. 43: O Governador não poderá exercer nenhum outro emprego ou função pública, ocupar qualquer cargo de eleição do Estado ou da União, nem tomar parte em qualquer empresa industrial ou comercial, como membro da administração ou como simples associado. p. 8

³⁰⁸ *Correio do Norte*, n° 561, Manaus, 09 de outubro de 1910.

³⁰⁹ Às 5h30 do dia 8 de outubro, com o disparo de um tiro, iniciaram-se as hostilidades. Às 6h, marinheiros, avançando pelas ruas Municipal (atual 7 de Setembro) e São Vicente (atual Bernardo Ramos), lançaram um ataque contra a Guarda do Palácio, sendo, contudo, repelidos. Desde o início das ações bélicas, a cidade se encontrava sob o bombardeio da artilharia da flotilha ancorada nas proximidades do rio Negro. Diante desses acontecimentos, o governador Bittencourt enviou telegramas ao presidente da República, aos governadores e à imprensa do Rio de Janeiro, denunciando a tentativa de golpe e afirmando sua determinação de permanência no exercício da carga. Às 8h, um emissário do coronel Pantaleão Teles comunicou que o Congresso Estadual, em sessão realizada no dia anterior, havia decretado a perda de seu mandato, informando-o de que deveria transferir o cargo ao seu substituto. *In: Síntese da História do Amazonas*, Manaus: Imprensa Oficial, 1978, p. 263

³¹⁰ LEAL, Vitor Nunes. O poder judiciário. *In: Brasil. 1900-1910*. Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional, 1980, v.1, p. 74.

Segundo E. Bradford Burns, o episódio do bombardeio de Manaus fez com que a elite, envolvida nas questões relacionadas à produção e aos preços da borracha, voltasse sua atenção para o episódio e seus impactos significativos na cidade:

Uma rixa política explodiu em outubro e logo envolveu toda Manaus. Há décadas a família oligárquica dos Nery controlava a política do Amazonas. Haviam colocado no governo o governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, para cedo descobrir que este mostrava uma tendência desconcertante para ações independentes. Os Nery resolveram removê-lo e procuraram a ajuda de seu poderoso amigo político, Pinheiro Machado, o gaúcho fazedor de presidentes. Pinheiro Machado prontamente obteve o envio para Manaus de um oficial do exército, de confiança, transferido do Rio Grande do Sul, para assumir o comando das forças federais³¹¹.

Com o apoio indicado, conforme relatado por Burns, a família Nery persuadiu o Legislativo Estadual, tradicionalmente obediente, a destituir o governador sob a alegação de conflitos de interesses. Por sua vez, Antônio Bittencourt inicialmente resistiu em deixar o cargo.

As forças armadas, logo após, bombardearam a cidade no dia 8 de outubro. O governador fugiu no dia seguinte para poupar a cidade de novos ataques. O imprudente bombardeio chocou e revoltou todo o Brasil. O presidente Nilo Peçanha, pessoalmente contrário a Pinheiro Machado, tomou o lado do governador Bittencourt contra os Nery³¹².

Apesar do apoio recebido por Nilo Peçanha, em documento de renúncia enviado no dia 10 de outubro ao Congresso Estadual, Bittencourt afirmava que se conformou com a perda de seu mandato como governador e não pretendia mais voltar ao cargo. Em seguida, ele se retirou da capital, pressionado pelo capitão Costa Mendes. Sá Peixoto tomou posse do governo.

Nesse contexto, os antigos membros do Partido Revisionista mantiveram sua atuação política por meio da preservação do jornal *Correio do Norte*. Mas, em 14 de setembro do mesmo ano, o jornal foi vendido para Castella Simões e Trajano Chacon. Sob nova direção, o jornal disse ter assumido uma postura neutra, apresentando-se com o subtítulo: “Órgão Independente”. No entanto, manifestou simpatia pelo vice-governador Sá Peixoto.

No dia 8 de outubro, data do golpe contra o governador Bittencourt, não houve circulação. Na edição seguinte, evitou qualquer referência à deposição do chefe do Governo e agiu como se nada tivesse acontecido, limitando-se a transcrever as atas oficiais registradas no Congresso Estadual com os detalhes dos eventos.

³¹¹ BURNS, Bradford. **Manaus 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Governo do Amazonas, 1966, p.32.

³¹² BURNS, E. Bradford. **Manaus 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Gov. do Estado do Amazonas, 1966, p. 33

É importante mencionar que o deputado Castella Simões, dono do *Correio do Norte*, ficou a bordo do navio Comandante Freitas, pertencente a flotilha da Marinha no Amazonas, durante o bombardeio à cidade. Ele também foi um dos signatários da ata elaborada em 7 de outubro, que oficializou a destituição de Antônio Bittencourt do governo³¹³.

Ademais, em edição do dia 11 de outubro daquele ano, manifestou satisfação em publicar o telegrama oficial do Presidente da República, em reconhecimento ao novo Governo do Amazonas:

O nosso eminente amigo e ilustre governador deste Estado, sr. dr. Antonio G. Pereira de Sá Peixoto, dignou-se de vir pessoalmente a esta redação às 11 horas da noite, de hontem, acompanhado do exmo. Sr. coronel José Maranhão, digno chefe da polícia, mostrar-nos o original do seguinte telegramma que s. exc. Recebeu do sr. dr. Nilo Peçanha, presidente da República, telegrama que é o reconhecimento oficial, pelos altos poderes da República, do novo governo legalmente instituído neste Estado pelo voto expresse e constitucional do respectivo poder legislativo³¹⁴.

O jornal também publicou o discurso proferido por Pinheiro Machado no Senado Federal, em 12 de outubro. Apesar do contexto político indicar que as investidas que Manaus sofreu foram de responsabilidades de facções político-militares que apoiavam Hermes da Fonseca, sob as ordens de Pinheiro Machado, este último negou qualquer envolvimento no ocorrido:

“[...] Não oculto que fazia votos e os faço em favor dos meus amigos. Assim gozei com essa diminuição de forças do governador do Amazonas. Aconselhei que prestigiasse o Dr. Sá Peixoto. Terminei declarando não ter aconselhado as forças na prática de violências”³¹⁵.

A defesa apresentada por Pinheiro Machado pode ser interpretada como uma tentativa de dissociar-se das acusações de ter influenciado diretamente os eventos políticos em Manaus. O senador buscou se isentar de qualquer responsabilidade pelos conflitos e pelo bombardeio da cidade, argumentando que suas ações se limitaram a apoiar seus aliados e a política estadual, sem incitação à violência. É importante lembrar que, à época, o senador era uma figura política de grande destaque e, tê-lo como apoiador, representava uma influência significativa no jogo político.

³¹³ BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sétima Legislatura em 10 de julho de 1911**. Manaus. Imprensa oficial, 1911, p. 38

³¹⁴ *Correio do Norte*, n° 562, Manaus, 11 de outubro de 1910.

³¹⁵ *Correio do Norte*, n° 565, Manaus, 14 de setembro de 1910.

Quanto à deposição de Bittencourt no Amazonas, o episódio evidencia a complexidade das disputas pelo poder entre as elites políticas locais, em que instrumentos como o controle da informação e a utilização estratégica de discursos legais foram usados para garantir e consolidar posições de dominação no campo político.

Podemos observar que a nova orientação política assumida pelo *Correio do Norte*, após a venda para Castella Simões e Trajano Chacon, difere muito do que encontramos em 1906, quando, sob o comando de Adriano Jorge e Heliodoro Balbi, o jornal se colocava como órgão de oposição, sobretudo ao grupo oligárquico liderado pela família Nery.

Além disso, entre 8 e 28 de outubro de 1910, a política de Manaus foi caracterizada por um período de remodelações, marcadas por alterações frequentes na ocupação do cargo de governador e intensas disputas pelo controle do poder. Como já mencionado, após a deposição do governador Antônio Bittencourt, o vice-governador, Antônio Sá Peixoto, assumiu a chefia do governo estadual; entretanto, sua posição permanente no cargo não se consolidou³¹⁶.

Nesse interim, Antônio Bittencourt manteve correspondência com o presidente Nilo Peçanha, apresentando sua versão dos acontecimentos, por meio de documentos que, segundo ele, comprovariam a arbitrariedade da sua destituição do cargo de governador, em particular quanto a Ata da sessão do dia 7 de outubro, no qual Bittencourt alegou ter sido falsificada.³¹⁷

Em 25 de outubro, Bittencourt retomou o governo do Amazonas através de um *habeas-corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, representando um marco no desfecho do episódio. O parecer favorável da corte foi embasado na argumentação de que a renúncia de Bittencourt ao cargo foi feita sob coação, o que tornou sua saída do governo inválida.

Em seu relato sobre o bombardeio de Manaus, acusou Sá Peixoto de ser o principal responsável pelos acontecimentos daquele dia fatídico. Segundo Bittencourt, as ações de Sá Peixoto foram motivadas por sua discordância e com a recusa desse governo em adesão à continuidade dos abusos administrativos dos ex-governadores Silvério e Constantino Nery, que levaram ao desperdício de recursos públicos.

Mais tarde, em 30 de novembro, o Congresso Estadual, por meio do Decreto n.º 946, de 28 de outubro de 1910, anulou as decisões tomadas por Sá Peixoto durante o período em que esteve no governo, incluindo a ata do dia 7 de outubro³¹⁸.

³¹⁶ BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: ACA, 1985, p. 306

³¹⁷ AMAZONAS. *Mensagem lida perante o congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Coronel Antônio Clemente Bittencourt*, governador do estado do Amazonas, em 10 de julho de 1911. Manaus: Seção de Obras da Imprensa Oficial, 1911, p. 6-7

³¹⁸ Idem.

Nossa intenção aqui não é esmiuçar os ocorridos entre 8 e 28 de outubro, mas sim entender como o jornal *Correio do Norte* e seu grupo político se comportaram nesse período. Cabe salientar que, no período que esteve sob a administração de Castella Simões e Trajano Chacon, ou seja, de 14 de setembro de 1910 a 16 de outubro do mesmo ano, os editoriais e artigos de fundo foram de apoio a Sá Peixoto. No entanto, depois de servir aos ideais políticos do recém-empossado governador, o jornal foi vendido e inaugurou nova administração em 1911, voltando a linha original que o inspirara em 1906.

Observa-se que as elites políticas do Amazonas se associaram ao Partido Republicano Federal, sendo que os dissensos internos dessa agremiação resultaram em rupturas no âmbito estadual. Com a saída de Silvério Nery do partido, dois grupos emergiram em um cenário marcado por instabilidade, disputando benefícios econômicos e posições de poder, ao mesmo tempo em que tornavam públicas suas alianças locais e nacionais. Tal dinâmica evidenciou a falta de homogeneidade e harmonia no seio das elites políticas regionais.

Entre os desdobramentos do bombardeio de Manaus, temos o grupo de Bittencourt, que saiu fortalecido do episódio. Apesar do trauma, as alianças entre as oligarquias continuaram alternadas conforme interesses de ocasião³¹⁹.

Além disso, a imprensa desempenhou um papel fundamental, tanto como veículo de divulgação de informações quanto como ferramenta de influência sobre a opinião pública. A capacidade da mídia de mobilizar apoiadores para causas políticas foi firme na consolidação de posições e no direcionamento de ideias, naquele período.

3.4 Período de transições no *Correio do Norte* (1910-1912): o fim do Partido Revisionista do Amazonas e a adoção de um programa neutro e independente

O ano de 1910 foi de mudanças para o *Correio do Norte*. Primeiramente, durante uma reunião do diretório do Partido Revisionista no Amazonas, a agremiação foi dissolvida devido às alegações públicas que “diante da impossibilidade do reconhecimento do direito das minorias nas representações políticas de carácter estadual ou federal³²⁰”. Esta decisão foi tomada em 3 de setembro de 1910, seguida da publicação de um extenso manifesto, com objetivo de explicar para a população os motivos que levaram a tomada de tal decisão:

³¹⁹ TELES, Luciano. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos**: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928). Tese de Doutorado. UFRGS, 2018, p.71

³²⁰ *Correio do Norte*, nº 534, Manaus, 04 de setembro de 1910.

O Partido Revisionista, que hoje dissolvemos, só poderia continuar a existir se Manaus constituísse por si só um districto eleitoral. A nova reforma, hoje publicada, escolhendo-a para sede do 1.º districto, fez que este, além de abranger as antigas secções extra-urbanas, reductos em que a fraude se vingava das derrotas urbanas, abrangesse também as povoações dos rios Branco e Negro, outros reductos não menos celebres. Por mais que fosse o numero dos nossos suffrágios nas 12 secções desta cidade, seria ele duas vezes coberto pelos suffrágios fantásticos dessas secções³²¹.

A reforma eleitoral local introduziu novos arranjos de organização distrital, ou seja, ampliou o número de localidades pertencentes à primeira circunscrição eleitoral do Amazonas. Anteriormente, ela era restrita ao município de Manaus.

Nesse contexto, a reformulação ampliou significativamente o número de localidades que passaram a integrá-la. Os líderes do Partido Revisionista do Amazonas interpretaram a ampliação dessa circunscrição como uma medida favorável aos situacionistas, uma vez que as localidades incorporadas eram marcadas por frequentes denúncias de fraudes eleitorais.

Ademais, reconheceram a dificuldade em mobilizar um número expressivo de eleitores em cidades onde os governistas detinham uma base de apoio consolidada. Essa mudança teve um impacto significativo sobre a dinâmica do Partido Revisionista do Amazonas, resultando na dissolução da agremiação, no mesmo dia em que a nova configuração foi oficializada, pois sua liderança percebeu que não tinham chances de vencer as eleições contra as estruturas de poder do governo estabelecidas em todo o estado.

Após cinco anos de trabalhos e campanhas intensas travadas por idealistas dentro do movimento revisionista, a oligarquia finalmente prevaleceu sobre eles. Assim, Carlos Theodoro Gonçalves liderou a tomada de decisão, que optou pela dissolução do Partido Revisionista no Amazonas.

Podemos inferir que o fim das atividades do Partido Revisionista do Amazonas foi determinante para a venda do *Correio do Norte*; em outras palavras, a extinção da agremiação consistiu na desativação do seu diretório central e na alienação do jornal que dava sustentação política ao partido. Assim, foram encerrados os esforços dos revisionistas tanto em relação à defesa da revisão constitucional, quanto na atuação conjunta de combate aos políticos governistas, passando o enfrentamento a ser de iniciativa individual, como no caso de Adriano Jorge, que lançou candidatura avulsa no pleito de 1912 para a Câmara dos Deputados.

Ademais, os dirigentes do Partido Revisionista do Amazonas julgaram a atuação da agremiação como negativa, visto que as tentativas de atrair correligionários e obter espaço nas instituições políticas foram fracassadas, justificando assim, sua extinção.

³²¹ *Correio do Norte*, n° 535, Manaus, 06 de setembro de 1910.

A esse respeito, leia-se outro trecho do comunicado de dissolução:

Esses cinco annos completos de luctas partidárias incessantes representam em relação à reconquista desses direitos [de representação parlamentar da minoria], energias desperdiçadas infructiferamente. Esse longo período no qual não conseguimos formar no interior do Estado partidos políticos com os cidadãos que têm se opposto aos desatinos dos régulos municipaes, nos adverte de que só o poder, graças aos alistamentos fantásticos e às eleições clandestinas, tem direito ao usufructo dos cargos de representação³²².

Como evidenciado no excerto, as práticas fraudulentas, somadas a não observância do preceito constitucional que garantia a representação das minorias no Poder Legislativo, impuseram significativas dificuldades à atuação do Partido Revisionista do Amazonas. Além disso, os líderes da agremiação reconheceram a ausência de apoio expressivo nas localidades do interior do estado, o que contribuiu para o enfraquecimento de sua base política. Ao mesmo tempo, a ampliação do número de localidades integrantes da Primeira Circunscrição Eleitoral da capital foi interpretada como uma estratégia destinada a dificultar um eventual crescimento da votação oposicionista em Manaus.

O fato é que após a venda do jornal *Correio do Norte*, o periódico tornou-se uma publicação independente, livre de qualquer filiação política ou partidária. Em edição do dia 4 de setembro, já podemos observar a adoção do novo subtítulo; “Orgão Independente”.

No dia 8 de setembro, o jornal publicou uma nota em repúdio à notícia veiculada no *Folha do Amazonas* sobre a suposta venda do *Correio do Norte* à Castella Simões pela quantia de 40 contos, declarando que a informação não procedia.

No entanto, na semana seguinte, precisamente 15 de setembro de 1910, na seção: “Expediente”, foi anunciada a venda do jornal à Castella Simões e Trajano Chacon, através de uma sociedade mercantil, assumindo como gerente da nova empresa, Telesphoro d’Almeida. O primeiro editorial dizia:

O “Correio do Norte” assume hoje uma feição neutral, compatível e precisa às responsabilidades de uma imprensa que não sabe a vindicta inútil, nem os ódios a serviço do aulicismo em grita a fingir dedicações quando vae requintado de ambições ególatras³²³.

Mapeando o editorial e os artigos nessa nova fase, percebemos que a nova orientação política dada ao jornal foi de suporte ao vice-governador Sá Peixoto. Desde o discurso de

³²² *Correio do Norte*, n° 535, Manaus, 06 de setembro de 1910.

³²³ *Correio do Norte*, n°544, Manaus, 18 de setembro de 1910.

inauguração dos novos administradores, foi possível perceber o apreço de Trajano Chacon por Sá Peixoto: “O seu discurso foi uma verdadeira sagração ao notável político brasileiro e actual vice-governador do Estado³²⁴”.

Conforme já mencionado na seção anterior deste capítulo, o jornal não foi publicado no dia 8 de outubro, data do golpe contra o governador Antônio Bittencourt. As notícias veiculadas na edição subsequente, de 9 do mesmo mês, omitiram qualquer referência à deposição do chefe do Palácio do Governo. O periódico restringiu-se a transcrever as atas do Congresso Estadual, nas quais constavam os detalhes "oficiais" do terrível fato ocorrido na cidade.

Com base no levantamento realizado sobre o jornal, observamos que desde janeiro de 1910, o *Correio do Norte* começou a omitir ocasionalmente os nomes dos redatores Heliodoro Balbi e Adriano Jorge. Durante algum tempo, permaneceu apenas o nome do diretor José F. Sobrinho. Isso sugere que eles poderiam ter se afastado do jornal para exercer um mandato eletivo ou por uma longa viagem, no caso de Balbi. Outra possibilidade seria que o grupo estivesse preparando o terreno para a dissolução do partido que se deu posteriormente.

O fato é que, enquanto esteve sob a propriedade de Castela Simões e Trajano Chacon, o jornal serviu aos ideais políticos de Sá Peixoto, cuja tentativa final de se tornar governador titular do Amazonas não foi bem-sucedida. O periódico foi então vendido novamente e começou o ano de 1911 sob nova administração. Essa mudança marcou um retorno à linha original que havia inspirado sua fundação em 1906, mas que foi interrompida em 7 de outubro de 1910. Seu antigo programa era pautado em uma imprensa livre para defender os interesses do Amazonas junto com toda a população ordeira e trabalhadora da região³²⁵.

A propriedade e direção agora estava nas mãos de Germano Bentes Guerreiro. Era farmacêutico³²⁶, atuou como Coletor em Curuá (PA)³²⁷ e chegou à superintendência do município de Maués em 1906³²⁸. Além disso, também ocupou o cargo de superintendente municipal de Tefé em 1909³²⁹. Posteriormente, aparentemente impulsionado por suas atividades econômicas e políticas, investiu na aquisição de um veículo de comunicação.

Em seu primeiro editorial, intitulado: “No Pórtico”, lamentou que, na terceira fase vivida pelo jornal, os seus diretores tenham se divorciado do seu antigo programa, movidos apenas

³²⁴ Idem.

³²⁵ *Correio do Norte*, n° 01, Manaus, 01 de janeiro de 1911.

³²⁶ *Jornal do Commercio*, n° 117, Manaus, 17 de maio de 1904.

³²⁷ *Jornal do Commercio*, n° 623, Manaus, 20 de dezembro de 1905.

³²⁸ *Jornal do Commercio*, n° 755, Manaus, 04 de agosto de 1906.

³²⁹ *Jornal do Commercio*, n° 1965, Manaus, 19 de setembro de 1909.

por interesses privados; assim, cegos pela ambição, sacrificaram o jornal que já havia conquistado brilhante renome em sua primeira fase³³⁰.

Já sob a retomada do seu antigo programa, o jornal publicou na seção: “Comentários”, sobre a participação de Pinheiro Machado no bombardeio de Manaus:

Temos forçosamente que chegar a conclusão de que um dos factores, ou melhor, o principal responsável por aquelle atentado, foi o sr. senador Pinheiro Machado, cujo maior desejo era apeiar do Governo o horando sr. Coronel Antonio Bittencourt, para montar de novo, no Amazonas, o sr. Silverio Nery.

[...]

Em um discurso proferido pelo sr. Pinheiro Machado, na Camara Alta do paiz, em sessão de 11 do mez de Outubro do anno passado, confessa o arbitro da politica nacional que esforçou-se pela retirada de Manãos, do bravo general osorio de Paiva, porque mantinha este intimas relações de amizade com o governador do Estado.

Diz também que seu amigo Silverio Nery estava decahido na politica e demonstra a evidencia que sacrificios faria para angariar-lhe prestigio³³¹.

Para o grupo político atrelado ao jornal *Correio do Norte*, o principal responsável pelo bombardeio de Manaus foi o senador Pinheiro Machado. É claro que não podemos enxergar o evento como unicamente uma retaliação de Pinheiro Machado, fruto da política das Salvações³³². O golpe foi, sobretudo, resultado das disputas oligárquicas e partidárias protagonizadas por Antônio Bittencourt e Silvério Nery, os quais, por sua vez, contaram com o apoio de grupos externos influentes que fomentaram o golpismo entre os opositores do governo estadual³³³.

Os revisionistas, através do *Correio do Norte*, vinham incentivando o rompimento de Antônio Bittencourt com o grupo de Silvério Nery ao longo de 1910. Vejamos o que escreveu Adriano Jorge a esse respeito:

Quando em outubro de 1910, se cometeu o crime inominável do bombardeio de Manaus, atentado que ainda hoje horroriza e repugna pela selvagem e ferocidade com que foi executado e pelos motivos sórdidos que o ditaram, levantei-me, gritando a

³³⁰ *Correio do Norte*, nº 01, Manaus, 01 de janeiro de 1911.

³³¹ *Correio do Norte*, nº 581, Manaus, 04 de janeiro de 1911.

³³² A política das salvasões, também conhecida como "comitê das salvasões", "movimento salvacionista" ou simplesmente "salvasões" (por Edgar Carone e Cláudia Viscardi), foi um movimento político ocorrido no Brasil entre 1911 e 1912, marcado pela participação de militares em intervenções federais nos estados. Esse movimento tinha como objetivo renovar a política brasileira, que até então era dominada por setores oligárquicos. Oficiais do Exército desempenharam papel central nessas ações, seja concorrendo diretamente em cargos políticos ou apoiando candidatos de oposição às oligarquias regionais. Essas intervenções militares visavam quebrar o domínio oligárquico e promover mudanças na estrutura política nacional, refletindo o descontentamento de parte das forças armadas com a situação política vigente. Política das Salvasões. In: Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/politica-das-salvacoes> Acesso em: 26 de setembro de 2024.

³³³ FEITOSA, Orange Matos. **À Sombra dos Seringais: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. Tese de doutoramento (Programa de Pós-Graduação em História Social). São Paulo: USP, 2015, p. 110.

minha incoercível repulsa e fui colocar-me imediatamente ao lado do coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, o governador esbulhado, do qual me conservei até hoje, amigo, porque lhe reconheço as virtudes cívicas que falharam lamentavelmente nos seus mais próximos antecessores.

Veio o contragolpe de 28 de outubro e a minha inteligência e o meu braço e a minha vida estiveram ao serviço da causa sagrada que abraçamos e juramos defender eu e meus amigos³³⁴.

Também detalha o sentimento que o impulsionou a permanecer firme diante dos acontecimentos e na defesa da legalidade:

Sei bem que se tem dito haveremos nós organizado um regime de violências, naquela noite de reivindicações patrióticas; mas vós outros, que sois o povo e que tendes uma consciência para discernir e para julgar, sabeis que, durante as horas do contra-golpe, não se detonou uma arma, não se derramou uma gota de sangue e que as poucas prisões violentas que eram absolutamente necessárias foram as daqueles que, por terem bombardeado e espingardeado durante dez horas uma população inteira, não tinham o direito de falar em violências³³⁵.

Após o bombardeio de 1910 em Manaus, o cenário político no Amazonas permaneceu tumultuado, com ânimos exaltados e disputas acirradas pelo poder entre as oligarquias locais. Com Bittencourt no comando do Estado e o *Correio do Norte* retomando seu antigo programa, os anos de 1911 e 1912 foram marcados por duras críticas ao grupo de Silvério Nery, sem que houvesse recuo nas disputas pelo poder local.

Um dos episódios de destaque no cenário político desse período, e figurou em mais um fator divergente entre as facções oligárquicas, foi a sucessão de Bittencourt. O Presidente Hermes da Fonseca, talvez na tentativa de estabelecer uma solução conciliatória no estado, apresentou os nomes do senador Jonathas Pedrosa (PRC), para o cargo de Governador, e Guerreiro Antony (PRF) para o cargo de vice-governador.

Em editorial do dia 26 de abril, intitulado: “Não pode ser” o *Correio do Norte* se colocou contra a candidatura de Jonathas Pedrosa, pois, nas palavras do jornal: “aceitar a candidatura de sua excelência, é aceitar a candidatura de Silvério Nery, é entregar o governo nas mãos do sr. Sá Peixoto”³³⁶.

Para o articulista, o fato de Jonathas Pedrosa ser um dos chefes do PRC, atuar em defesa dos responsáveis pelo bombardeio de 1910 no Senado Federal e manter amizades desairosas fazia dele o canal pelo qual a oligarquia Nery pretendia se reimplantar no Amazonas. De maneira contundente, o editorial assim se conclui: “O CORREIO DO NORTE foi criado para

³³⁴ *Correio do Norte*, n° 880, Manaus, 03 de janeiro de 1912.

³³⁵ *Idem*.

³³⁶ *Correio do Norte*, n° 977, Manaus, 26 de abril de 1912.

dar combate a oligarquia do sr. Silvério Nery. E agora que ela nos ameaça com a sua volta, fôra incoerente não combatê-la abertamente. O CORREIO DO NORTE está com o povo e o povo não quer essa candidatura”³³⁷.

Embora houvesse a ideia de que a escolha do nome de Jonathas Pedrosa estava sendo imposto, ao Amazonas, pela política nacional, desfez-se quando o candidato surgiu no jornal *Folha do Amazonas*, patrocinado por Silvério Nery. Não restava mais qualquer dúvida de que o candidato era do nerysmo.

Se *A Folha do Amazonas* era o porta-voz do nerysmo, o *Correio do Norte*, embora reforçasse em seus editoriais sua postura independente, comemorava, em passeata organizada em frente à redação do jornal, o reconhecimento dos candidatos ao Parlamento Nacional, Monteiro de Souza e Luciano P. Silva, ambos filiados ao Partido Republicano Federal.

Nesse contexto, as manifestações que emergiam de suas páginas expressavam entusiasmo pela vitória contra o grupo de Silvério Nery, fazendo circular o seguinte boletim:

Viva o coronel Antônio Bittencourt
Viva o Dr. Antônio Monteiro de Souza
Viva o Dr. Luciano Pereira da Silva
Viva o Partido Republicano Federal
Viva o eleitorado poderoso do Amazonas
Viva o povo amazonense
Viva a Liberdade!³³⁸

A euforia pelo reconhecimento de Monteiro de Souza à Câmara Federal se unia a uma certa expectativa de que ele fosse indicado pelo PRF como candidato ao cargo de governador do Estado. Pelo menos era o que nutria o *Correio do Norte*. No entanto, o jornal estampou sua indignação diante do acordo firmado entre o PRF e Jonathas Pedrosa, em uma “Convenção de bobagem”, como foi assinalado pelo jornal.

O possível acordo colocou em xeque o apoio do jornal ao PRF. Isto é, em longo artigo, o articulista relembrou os atos de Jonathas Pedrosa no episódio do bombardeio de Manaus, afirmando que era o senador “quem atacava aberta e desabridamente o governo do Amazonas patrocinando a causa dos bombardeadores de Manáos, procurando eximi-los às responsabilidades que lhes pesavam e não de pesar para sempre”³³⁹.

De certa forma, o que tranquilizava os membros do jornal era o fato de a convenção ter ocorrido de maneira ilegal, visto que foi presidida por Raposo da Camara que, como presidente

³³⁷ Idem.

³³⁸ *Correio do Norte*, n° 992, Manaus, 16 de maio de 1912.

³³⁹ *Correio do Norte*, n° 995, Manaus, 20 de maio de 1912.

do Superior Tribunal de Justiça, não seria de sua competência presidir uma reunião política daquela natureza. Como era esperado, outra convenção foi realizada e presidida por Guerreiro Antony.

O jornal *Correio do Norte* deixou de ser publicado em julho de 1912, o que nos privou de sua perspectiva sobre os rearranjos políticos ocorridos naquele período. Apesar disso, as disputas políticas no estado do Amazonas continuaram, culminando na destituição do governador Antônio Bittencourt antes da conclusão de seu mandato, em dezembro daquele ano. Esse evento foi novamente atribuído às ações organizadas pelo senador Silvério Nery e seu grupo político, evidenciando a intensa rivalidade entre as facções locais³⁴⁰.

Sob os efeitos da revolta da Força Policial que depôs Bittencourt a 1º de janeiro de 1913, Jonathas de Freitas Pedrosa assumiu o governo, sendo vice-governador o coronel Antonio Guerreiro Antony. Como as disputas pelo controle político local era constante, a cisão política entre Pedrosa e Antony era inevitável, sobretudo após a reforma da Constituição Estadual de 1910, concretizada em outubro 1913. Uma das determinações da nova constituição retirava o vice-governador do cargo³⁴¹.

Nesse contexto, outros jornais surgiram no cenário da imprensa local; por exemplo, *Gazeta da Tarde* fazia oposição ao governo Pedrosa, e *Tempo*, jornal da situação, cujo programa político visava rebater as críticas da oposição e defender os ideais da facção Pedrosa.

Dessa maneira, as oligarquias do Amazonas, assim como outras oligarquias regionais, manobraram o poder para atender a seus próprios interesses por meio de alianças com aqueles que detinham o controle do próprio poder. A imprensa frequentemente serviu de palco para disseminar discursos convincentes, já que os jornais estavam profundamente ligados aos interesses políticos e ideológicos de seus donos, colaboradores e grupos sociais.

³⁴⁰ SANTOS, Eloína M. **A rebelião de 1924 em Manaus**. 4ª edição revista. Manaus: Editora Valer, 2021, p. 32

³⁴¹ Durante o governo do Sr. Jonathas de Freitas Pedrosa, foi promulgada a sexta Constituição do Amazonas – de 20 de outubro de 1913, por representantes do Senado e da Câmara dos Deputados do Estado do Amazonas – novidade bicameral que nascera com a carta anterior e seria extinta por deliberação unânime de seus pares para dar lugar a uma corporação denominada Assembleia Legislativa do Estado, composta de trinta membros denominados deputados. Além de tornar extinto o cargo de vice-governador, essa carta marcou eleições municipais para 1º de dezembro de 1913 e de deputados estaduais para 2 de janeiro de 1914. AMAZONAS. Assembleia Legislativa do Estado. **Constituição 1891 a 1989**. Manaus: Estado do Amazonas, 2002, p. 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da imprensa em qualquer período histórico revela-se uma tarefa instigante e desafiadora. Por meio de sua perspectiva, adentramos um universo singular de visões de mundo. A imprensa constrói representações, estabelece relações sociais e cria narrativas que refletem e influenciam o contexto social. Compreender como essas relações foram formadas e qual o significado que a leitura desses impressos assumia para as sociedades do passado, constitui uma tarefa complexa, que exige uma análise cuidadosa.

No Amazonas, a expansão da produção de jornais teve início durante o período republicano e está diretamente ligada ao crescimento da economia da borracha. Esse desenvolvimento tanto ampliou o mercado de trabalho, com o surgimento de novas ocupações urbanas, como promoveu a evolução da imprensa local, incluindo a criação de jornais claramente vinculados a partidos políticos e às elites estabelecidas naquele momento.

Essa efervescência econômica resultou tanto no maior acesso a materiais, equipamentos e técnicas necessárias para a produção de jornais — mesmo que muitos fossem confeccionados por processos artesanais —, quanto no crescimento populacional, revelando fatores que contribuíram significativamente para fomentar a produção jornalística na região.

Nesse contexto de expansão econômica, especialmente na cidade de Manaus, diversos desdobramentos foram vivenciados pela população local. Tais questões emergiam diariamente das páginas dos jornais que, por conseguinte, tomavam partido de acordo com suas convicções e abraçavam projetos políticos de acordo com grupos que representavam seus interesses. Assim, o jornal *Correio do Norte* surgiu em Manaus em 1906, com o objetivo de ser o porta-voz de um grupo político que, em torno do Partido Revisionista do Amazonas, defendia a revisão da Constituição de 1891 e se colocava como órgão oposicionista ao até então hegemônico grupo oligárquico representado pela família Nery.

Durante a investigação da trajetória do *Correio do Norte*, consideramos alguns fatores relevantes ao se trabalhar com os jornais, sendo um deles, a relação entre imprensa e poder. Na análise feita sobre o jornal, identificamos que, entre os proprietários e os redatores elencados, alguns exerciam outros tipos de atividades além do jornalismo.

Entre essas ocupações, estava o funcionalismo público e a política, ambas associadas à elite amazonense. Nesse sentido, a análise do contexto econômico, político e social das relações que esses animadores estabeleciam no interior da redação e fora dela foram muito relevantes para entendermos os projetos propostos pelo jornal.

Além de desempenhar o papel de apoio ou oposição a um determinado governo, o *Correio do Norte* também ofereceu uma perspectiva crítica sobre a cidade por meio de suas denúncias e reclamações. As denúncias tinham como objetivo moralizar a sociedade, ao construir representações sobre práticas populares específicas. As queixas, sobretudo relacionadas com a prestação de serviços, refletiam os anseios e preocupações das pessoas da época.

O jornal também agia diversas vezes como guardião e fiscalizador no projeto de transformação de Manaus e em uma cidade “civilizada” e “higienizada”, como, por exemplo, ao publicar artigos que demonstravam a preocupação do periódico em relação ao asseio da cidade e a proliferação de doenças, principalmente, nos cortiços. Além disso, o aumento da prostituição, da embriaguez e da vadiagem era retratado como práticas que deveriam ser monitoradas e, em alguns casos, proibidas, reforçando o discurso de grupos dominantes.

Outro ponto ressaltado pelo jornal foi o conflito de interesses entre as diversas facções políticas que influenciaram os eventos e afetaram a governabilidade do estado do Amazonas. As disputas pelo controle do poder político na região foram complexas, com repercussões que ultrapassaram o âmbito político e impactaram o contexto social da época. Dessa forma, buscou-se analisar como o jornal se posicionou diante dos conflitos entre as facções políticas e dos acordos estabelecidos pelos grupos dominantes que disputaram o poder nos pleitos de 1906, 1909 e 1910.

Nesses conflitos, confrontos e arranjos ordenados em torno do poder, o grupo político o qual o jornal representava sofreu alguns “golpes”, como a degola dos candidatos Adriano Jorge e Heliodoro Balbi, eleitos, mas não diplomados pela Comissão Verificadora de Poderes, liderada por Pinheiro Machado, um dos principais algozes do grupo de oposição. Também ocorreram a deposição de Bittencourt e o bombardeio de Manaus em 1910, em meio às acirradas disputas políticas das eleições presidenciais daquele ano. Logo, foi possível observar como as rivalidades partidárias e a busca incessante pelo poder político levaram ao emblemático evento que refletiu as tensões e conflitos, tanto no âmbito local quanto nacional.

Cabe destacar que a ascensão de Antônio Bittencourt revelou uma faceta interessante do *Correio do Norte*, antes opositor ferrenho à Nery e Bittencourt, quando este último era vice-governador do Estado e ambos comungavam no Partido Republicano Federal.

Percebendo as fragilidades internas dentro do PRF e os conflitos de interesse em torno do poder, o jornal passou a instigar o confronto definitivo de Bittencourt com o grupo de Silvério: “É preciso que o sr. Coronel Antônio Bittencourt se compenetre de que à sua vida, que

corre sério perigo, estão presas as vidas de tantos cidadãos, a honra do Estado e a liberdade de um povo”³⁴². Assim, suas críticas eram mais brandas a Bittencourt e o jornal passou a também a tecer elogios ao seu governo.

Os conflitos entre as facções políticas atravessaram as bases oligárquicas do Amazonas, que, durante a Primeira República, mantiveram-se coesa em torno de uma única liderança. Contudo, com as dissensões ocorridas em 1910, as oposições, no qual o grupo político ligado ao *Correio do Norte* está inserido, consolidaram-se e desafiaram os mecanismos dominantes estabelecidos por Nery.

Jornais como o *Correio do Norte* tiveram um papel crucial nesse processo, ao moldar as representações das visões do mundo dos agentes políticos envolvidos nas lutas pelo poder. Por meio de seus editoriais e pautas procuraram defender e promover os interesses do Partido Revisionista e dos grupos aliados a ele, com o objetivo de alcançar, manter e sustentar o poder em nome de suas ideias e ideais.

Ainda em 1910, no mês de setembro, o Partido Revisionista foi dissolvido. Dias depois, o *Correio do Norte* foi vendido para Castella Simões e Trajano Chacon, assumindo, nesse período, uma posição neutra e alterando seu subtítulo, que anteriormente era *Órgão do Partido Revisionista do Amazonas*, para *Órgão Independente*.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que os jornais não atuavam apenas como meros veículos de informação imparciais, mas como atores políticos ativos, exercendo influência sobre a opinião pública e contribuindo para a construção de narrativas políticas.

Além disso, assumiam uma função pedagógica e ideológica, buscando moldar a percepção da sociedade sobre os acontecimentos políticos e promover os interesses de determinados setores sociais.

Ainda que sustentasse uma posição de neutralidade, percebe-se que o jornal manteve vínculos com interesses próprios, alterando seu programa político ao apoiar Sá Peixoto nos episódios que marcaram o estado do Amazonas em 1910. Com a retomada de sua linha editorial original em 1911, Germano Bentes Guerreiro desculpou-se com a população pela terceira fase vivida pelo periódico, marcada por oportunismo e ganância, especialmente por parte de Castella Simões.

Ademais, sob o comando de Germano Bentes Guerreiro, o jornal foi editado até 1912. Acompanhá-lo em sua trajetória, seu amadurecimento e suas mudanças ao longo de seis anos estiveram entre os objetivos desta investigação, permitindo compreender como sua criação se

³⁴² *Correio do Norte*, n° 387, Manaus, 17 de março de 1910.

conectou às dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeavam o Amazonas no período de sua circulação. Dessa forma, o *Correio do Norte* não apenas registrou os fatos históricos, mas também revelou os interesses e as narrativas que os moldaram.

FONTES

Periódicos e Revistas³⁴³:

Correio do Norte – 1906, 1909, 1910, 1911 e 1912

Diário de Pernambuco – 1901, 1903

Jornal do Brasil (RJ) - 1898

Jornal Pequeno - 1899

Jornal do Commercio – 1904, 1905 1911, 1915, 1926

Mensageiro – 1901

Revista Redenção - 1924

Quo Vadis? – 1904

Obras³⁴⁴

BRAGA, Genesino. **Assim nasceu o Ideal**. Manaus, Imprensa Oficial, 1979.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

Verbetes

ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Editora FGV, 2015.

ROSA, Rogério. Atlas Histórico do Brasil.

³⁴³ Disponibilizados e consultados no acervo online ou físico da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, Centro do Povos da Amazônia, Hemeroteca Nacional Digital, Biblioteca Pública do Estado do Amazonas ou Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas.

³⁴⁴ Acervo Pessoal.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Bento. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1987.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAHIA, Juarez. **Três Fases da Imprensa Brasileira**. Santos-SP: Presença, 1960.
- BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? *In: Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho*, 2., 2004, Florianópolis. [Anais eletrônicos] Florianópolis, abril de 2004. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. *In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (Orgs). Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d' água, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BOSI, Alfredo. "As Letras na Primeira República". *In: FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 9. São Paulo, Difel, 1985, p. 293-319.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, RJ: 2004.
- BRAGA, Genesino. **Assim nasceu o Ideal Clube**. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.
- BRAGA, Robério. **Adriano Jorge – Forte como a morte**. Manaus: Reggo; Nova Métrica, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm
Acesso em: 16 de julho de 2024.
- BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, Editora da Unesp, 1992.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (Orgs). **História Social da Linguagem**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BURKE, Peter. A **Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Unesp, 1997.

BURNS, E. Bradford. **Manaus, 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Gov. do Estado do Amazonas, 1966.

CAMARGO, Ana Maria. **A Imprensa Periódica Como Objetivo e Instrumento de Trabalho**. Tese (Doutoramento em História), Universidade de São Paulo, 1976.

CALHÃO, Antonio Ernani *et. al.* **Imprensa periódica Mato-Grossense, 1847-1969**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1994.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província**: a imprensa durante o período imperial (1851-1889). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: imprensa paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**. v.12, nº 23/24, p. 55-75, set.91/ago. 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARONE, Edgar. **A República Velha**: evolução política. Coleção "Corpo e Alma do Brasil". Editora Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1974.

CARVALHO, Almir Diniz de. **Acadêmicos**: Imortais; Dicionário Biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola *et. al.* **Folhas do Tempo**: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. São Paulo, Difel, 1990.

COELHO, Geraldo Mártires. **Letras & Baionetas**: novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Cejup, 1989, p. 17-66.

COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915)**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

CRUZ, Heloísa de Faria. “A Cidade do Reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890/1915”. **Projeto História**. São Paulo, nº 13, junho/1996, p. 81-92.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta**: periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.

CRUZ, Heloísa de Faria (Org). **São Paulo em Revista**: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistana, 1870-1930. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n° 35, pp. 253-270, Disponível em <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>, Acesso em 14 de outubro de 2022.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Ed.). **Revolução Impressa**: A Imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 3ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2019.

DINIZ, Almir. **Acadêmicos**: Imortais do Amazonas; Dicionário Biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do Progresso. *In*: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

FARIA E SOUZA, João Baptista de; SOUZA, A Monteiro de; BAHIA, Alcides. **A Imprensa no Amazonas, 1851-1908**. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

FERTIG, André; ROUSTON JUNIOR, Eduardo. O Partido Federalista na Assembleia dos Representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). **Caderno de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia, v.23, n.2, p.523-543, jul./dez. 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) – Catálogo de Jornais**. Manaus, Editora Calderaro, 1990.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1991.

JUNQUEIRA, Maria Olívia Pessoni. **Discurso e Política Constitucional**: a reforma constitucional na doutrina brasileira da Primeira República. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Estado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEAL, Aurelino. **História constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **A Gazeta do Purus**: cenas de uma época (Sena Madureira, 1918/1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tânia Regina de (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Unesp, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). **Notas Sobre a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine**: Manaus entre dois tempos (1890/1900). 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2020.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus**: História e Arquitetura – 1669-1915. 4ª ed revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

MOREL, Marco. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa no Brasil. *In*: NEVES, Lucia Maria B. P. (Org). **Livros e Impressos**: retratos do setecentos ao oitocentos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

NUNES, José de Castro. **A Jornada Revisionista**: os rumos, as ideias, o ambiente. Rio de Janeiro: Pap. Almeida Marques & C, 1924.

PEREIRA, Kívia Mirrana de Souza. **As elites se divertem**: sociabilidades, identidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade**. São Paulo: São Paulo: Editora Nacional, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Edua, 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte – Letramento e periodismo no Amazonas (1980–1920)**. 3ª ed. Manaus: EDUA, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

RIZZINI, Carlos. **O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. 4ª edição revista – Manaus: Editora Valer, 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo *et al.* A Imprensa Como Fonte Para a Pesquisa Histórica. **Projeto História**, nº 3. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984, p. 47-54.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, nº 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89

ZULINI, J.P. **Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do parlamento no regime de 1889-1930**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. Faculdade São Paulo, 2016.